



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2014

Aos catorze dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, no Colégio de Campos, reuniu a assembleia municipal de Vila Nova de Cerveira, em sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. Período de “antes da ordem do dia”; -----
2. Proposta de alteração do “Regulamento do Cartão Municipal do Idoso – Idade +” - Versão Final; -----
3. Alteração ao Mapa de Pessoal; -----
4. Fundamentação para autorização de recrutamento excepcional de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Vila Nova de Cerveira; -----
5. Abono de Despesas de Representação; -----
6. Proposta de Constituição de Grupo de Trabalho – FGM; -----
7. Outros assuntos de interesse. -----

A Sr.^a **professora Ana Rocha**, na qualidade de diretora pedagógica do Colégio de Campos, saudou e deu as boas vindas aos membros da assembleia municipal e do executivo, bem como a todos os presentes. Regozijou-se por esta sessão se realizar nas instalações do Colégio de Campos e acrescentou que no final da reunião, uma aluna do Colégio fará uma intervenção sobre a atividade desenvolvida pelos alunos do Colégio no âmbito da iniciativa designada por “Parlamento Jovem”. -----

O **Presidente da assembleia** agradeceu as amáveis palavras proferidas pela Sr.^a Professora Ana Rocha, concedendo de imediato a palavra ao **Sr. Hilário**, Presidente da União de freguesias de Campos e Vila Meã, que de seguida cumprimentou todos os presentes, congratulando-se com o facto desta primeira sessão deliberativa descentralizada se realizar na freguesia da qual é Presidente, ficando muito lisonjeado com esta feliz coincidência e com esta iniciativa que considera muito positiva. -----

O **Presidente da assembleia** agradeceu também as palavras proferidas pelo Sr. Hilário e informou que a escolha da freguesia de Campos/Vila Meã e do Colégio de Campos para a realização desta sessão teve por base três motivos. Em primeiro lugar insere-se na estratégia de descentralização das sessões da assembleia municipal, procurando, deste modo, aproximar os eleitos locais das reais preocupações dos eleitores. Em segundo, trata-se de uma distinção “às freguesias” onde se localizam as empresas industriais, que são o motor económico do concelho e fazem com que Cerveira ocupe o segundo lugar do distrito quanto ao valor das exportações no ano de 2013. E, finalmente, porque o Colégio de Campos é uma instituição de ensino de reconhecido mérito, que presta um serviço público de grande qualidade. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida entrou-se na ordem de trabalhos. -----

Efectuada a chamada, verificou-se a existência de Quórum com a presença de **vinte e cinco** membros da assembleia, tendo **faltado** o **representante da União de freguesias de Candemil e Gondar**. -----

Foi recebida via e-mail, no dia seis do corrente, a comunicação de impossibilidade de presença à sessão desta assembleia municipal do **Sr. Armando Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Gondarém**, que se **fará representar** pelo tesoureiro da mesma, **Sr. Manuel João Vilas de Sá (Anexo 1)**. -----

Foi presente o ofício da União de Freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe, comunicando a impossibilidade de presença do seu **Presidente, Sr. Constantino Costa**, fazendo-se representar pelo secretário da mesma, **Sr. Cândido Magalhães Malheiro (Anexo 2)**. -----

A câmara municipal fez-se representar pelo Presidente Sr. Fernando Nogueira, tendo ainda assistido à sessão os Vereadores Sr. Vitor Costa, Sr.^a Aurora Viães e Sr. Fernando Matias. -----

Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

PONTO UM da ordem de trabalhos: “**período de Antes da Ordem do Dia**”-----

----- **a) Leitura e aprovação das atas anteriores, leitura resumida de expediente, e prestação de informações e esclarecimentos.** -----

Foi submetida à apreciação e votação a ata da sessão de 25 de abril de 2014, tendo sido **aprovada por maioria** com **três abstenções** dos representantes das Juntas de Freguesia de Gondarém, Covas e Vila Nova de Cerveira e Lovelhe, por não terem estado presentes na sessão. -----

Foi distribuída a listagem da correspondência recebida e expedida (**Anexo 3**), que ficou à disposição dos membros da assembleia para consulta. -----

Foi igualmente colocada à disposição da assembleia, a informação sobre a listagem de processos judiciais pendentes em 04/06/2014 e sobre o estado atual dos mesmos (**Anexo 4**), a “Informação municipal da dívida a fornecedores e empreiteiros no montante de 409.371,13 €” e o “Resumo Diário da Tesouraria” nº 114 datado de 12-06-2014 (**Anexo 5**), bem como a “Informação da Atividade Municipal” nos últimos meses (**Anexo 6**). -----

----- **b) Votos de Louvor, Congratulações, Saudações e Votos de Pesar.**-----

Neste ponto inscreveram-se e usaram da palavra os deputados:-----

- **Mário Afonso** – através da leitura do documento em anexo (**Anexo 7**), em nome da bancada dos Movimentos Independentes e na sequência do **Voto de Congratulação** proferido na assembleia anterior ao Clube Desportivo de Cerveira, solicitou que também fosse atribuído um **Voto de Congratulação à Associação Desportiva de Campos** pela «(...) *abnegada época que realizou, alcançando a permanência no campeonato distrital de seniores, à frente de equipas com maiores pergaminhos.*». -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Finalizou a sua intervenção fazendo votos que «estas duas coletividades continuem a desenvolver este notável trabalho, em prol da afirmação do desporto no concelho de Vila Nova de Cerveira». -----

-- **João Caldas** - através da leitura do documento em anexo (**Anexo 8**), manifestou o seu contentamento pelo excelente trabalho realizado e que se tem vindo a desenvolver pela mesa da assembleia municipal, com a prestimosa ajuda da Helena. No seu entender «(...) não seria descabido, se atendermos ao que já aconteceu em situações idênticas, apresentar um voto de louvor. No entanto não o fará, pois acredita que os visados como bons cerveirenses e bons profissionais que o são, tudo o que tem vindo a fazer, tem sido feito com o objetivo de cumprir o seu dever enquanto indigitados para o cargo que ocupam (...)». Outra das preocupações apresentadas, foi precisamente a atribuição de votos de louvor e de pesar, dado o sentimento que eles encerram, não concordando com a forma como eles têm sido apresentados nesta assembleia, sob pena de caírem na vulgaridade. -----

- **Ana Montenegro** – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 9**), e em nome da bancada dos Movimentos Independentes, propôs um **Voto de Congratulação à câmara municipal**, pela assinatura da “Carta da Amizade” entre Vila Nova de Cerveira e Tominho (Galiza), cerimónia que decorreu no passado dia onze de junho, no âmbito das comemorações dos 10 anos da inauguração da Ponte da Amizade que liga essas duas localidades. Salientou ainda que «(...) nessa cerimónia todos os autarcas mencionaram como inesquecíveis, o empenho e o esforço dos “antigos autarcas e colaboradores” no projeto de construção e edificação da referida ponte». Enalteceu também a presença dos “antigos responsáveis espanhóis”, cuja delegação estava bem completa e lamentou a ausência de alguns dos principais “antigos responsáveis portugueses”. -----

O **Presidente da assembleia** colocou à votação a **admissão do Voto de Congratulação à Associação Desportiva de Campos**, proferido pelo Sr. Mário Afonso, que foi admitido por unanimidade. -----

Não havendo intervenções para a sua discussão e colocado à votação foi **aprovado por unanimidade**. -- Seguidamente o Presidente da assembleia municipal agradeceu e realçou a importância da intervenção do Sr. João Caldas que, no seu entender, vai ao encontro das recomendações propostas pela mesa para reforçar as boas práticas da assembleia. -----

Por último o Presidente da assembleia colocou à votação a **admissão do Voto de Congratulação, à câmara municipal**, proferido pela Sr.^a Ana Montenegro, que foi admitido por unanimidade e sem intervenções para a sua discussão. Submetido à votação, foi **aprovado por unanimidade**. -----

Seguiu-se a intervenção do **Presidente da câmara municipal**, que contextualizou a assinatura da “Carta da Amizade entre Cerveira-Tominho”, realizada no passado dia onze de junho, que foi imediatamente distribuída a todos os deputados (**Anexo 10**), realçando a importância da Ponte da Amizade e provando que foi uma excelente iniciativa de uma infra-estrutura que cumpre totalmente os seus objetivos. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nesse sentido destacou o seu determinante contributo para o intercâmbio entre portugueses e espanhóis, nomeadamente entre cidadãos de Vila Nova de Cerveira e Tominho, que se tem intensificado, para além das tradicionais áreas comerciais e de recreio, ultimamente também em iniciativas de carácter cultural. Outras iniciativas estão consignadas neste protocolo. Também manifestou que foi com tristeza que verificou que os dois antigos autarcas cerveirenses impulsionadores deste projeto, apesar de terem sido convidados para esta cerimónia, não compareceram, ao invés dos autarcas espanhóis que estavam todos presentes. -----

O Presidente da mesa solicitou, ao abrigo do disposto no mecanismo excepcional previsto no artigo 46.º do Regimento, a autorização para integrar este assunto (“Carta da Amizade” entre Vila Nova de Cerveira e Tominho) na ordem de trabalhos. -----

Atendendo à oportunidade deste assunto, que foi presente à reunião de câmara municipal no dia onze do corrente mês, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, a favor da sua inclusão na ordem de trabalhos, ficando esta com a seguinte composição: -----

1. Período de “antes da ordem do dia”; -----
2. Proposta de alteração do “Regulamento do Cartão Municipal do Idoso – Idade +” – Versão Final; -----
3. Alteração ao Mapa de Pessoal; -----
4. Fundamentação para autorização de recrutamento excepcional de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Vila Nova de Cerveira; -----
5. Abono de Despesas de Representação; -----
6. Proposta de Constituição de Grupo de Trabalho – FGM; -----
7. Minuta de Protocolo Município de Vila Nova de Cerveira-Tominho – Carta da Amizade Cerveira – Tominho; -----
8. Outros assuntos de interesse. -----

----- c) **Intervenções políticas e interpelações ao Presidente da Câmara Municipal.** -----

Neste ponto inscreveram-se e usaram da palavra os deputados: -----

- Pedro Soares – Pronunciou-se contra o Voto e Louvor ao Sr. Emanuel Oliveira, que foi apresentado pela bancada do Partido Socialista e aprovado na última sessão desta assembleia municipal. Fundamentou o seu protesto dizendo que, «(...) tendo sido o próprio Emanuel Oliveira a solicitar a rescisão do contrato com o Município, argumentando que não tinha condições para continuar a desempenhar as suas funções, não fazia sentido a apresentação do voto de louvor (...)». Argumentou



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda que com a apresentação deste voto de louvor, criou-se uma discriminação negativa em relação aos restantes funcionários da câmara municipal. -----

«Então todos os outros funcionários da autarquia que se aposentaram ou cessaram funções e que desempenharam com zelo e dedicação as suas funções não são merecedores de um voto de louvor por parte da bancada do Partido Socialista?», questionou. -----

Esclareceu ainda que na sua opinião este voto de louvor tem apenas um cariz político, pois só foi apresentado por o *«Sr. Emanuel Oliveira ser o atual presidente da Comissão Política do Partido Socialista.»* -----

Argumentou também que sempre pensou que o primeiro voto de louvor apresentado na assembleia municipal por parte da bancada do Partido Socialista fosse dirigido ao Sr. José Carpinteira, Presidente da câmara municipal durante 24 anos e que, se excetuarmos os últimos anos, executou um excelente trabalho durante a sua governação. *«Não será ele merecedor de um Voto de Louvor? Será que o irão apresentar? Provavelmente não, porque aí ficariam com um dilema, dar maior importância ao atual Presidente da Comissão Política em detrimento do anterior Presidente da Câmara.»*. A este respeito acrescentou *“senhores deputados do Partido Socialista, se me pedirem com jeitinho, e para evitar que fiquem embaraçados com a situação que criaram, eu próprio apresentarei esse Voto de Louvor ao Sr. José Carpinteira, pois acho que ele é merecedor de tal voto.»* -----

Seguidamente teceu várias considerações sobre a abordagem estatística dos resultados eleitorais dos últimos anos, efetuada num texto da página digital do Partido Socialista Concelhio, referindo-se que a mesma é falaciosa, pois junta todos os resultados eleitorais *“no mesmo saco”*, não garantindo as especificidades de cada um dos atos eleitorais, pois *«a abstenção não foi sempre a mesma, o número de eleitores não foi sempre o mesmo”*, referindo-se que, *«esse tipo de análise política simplória alicerçada em médias aritméticas só tem a intenção de disfarçar a derrota do Partido Socialista.»* -----

Referindo-se a este assunto terminou a sua intervenção dizendo *«(...) Por favor não tentem fazer dos Cerveirenses parvos. Estes souberam bem o queriam e assim o escolheram. Cerveira precisa de uma oposição correta e séria.»* -----

Abordou ainda a eleição do Sr. Bessa Marinho para ser o representante da ANAFRE, desejando-lhe os maiores sucessos no desempenho das suas novas funções. -----

Referiu-se ao facto do seu nome ser mencionado num artigo na já referida página digital do Partido Socialista Concelhio, em que é dito *«o atual Presidente da Junta de Freguesia de Sopo foi o único autarca do Concelho a defender publicamente o objetivo de agregação das freguesias»*. Refutou tal acusação, realçando que *«quem escreveu esse artigo mente descaradamente, e esse tema merecerá numa resposta na próxima assembleia municipal, pois só tive conhecimento do mesmo hoje à noite.»*. ----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por último referiu que o parque de estacionamento junto á “Praça de Táxis”, deveria ser apenas para estacionamentos de curta duração. -----

- **Anabela Quintas** – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 11**) e em nome da bancada do Partido Socialista, proferiu uma exaustiva intervenção sobre o novo mapa judiciário e as suas consequências, propondo que esta assembleia municipal aprove uma Moção de Repúdio relativamente à deslocalização dos processos de família e menores para o Tribunal de Viana do Castelo, com o consequente esvaziamento de competências do Tribunal de Vila Nova de Cerveira nestas matérias. -----

Seguidamente e também através da leitura exaustiva do documento em anexo (**Anexo 12**), abordou o tema dos Baldios de Reboreda e ao que diz, «(...) aos vários atropelos à legalidade aquando a sua última reunião realizada no dia 04/04/2014, desde a convocatória até aos assuntos que foram tratados, uma vez que a eleição dos corpos sociais, não estava prevista na ordem de trabalhos.». -----

Na sequência da renúncia do Sr. Rui Cruz ao mandato de deputado municipal, em nome da bancada do Partido Socialista informou ainda que esta indica como suplente de líder da bancada o Sr. Manuel Soares (**Anexo 13**). Por último, propôs que também no seguimento da renúncia do Sr. Rui Cruz, o qual tinha sido eleito como representante da bancada para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, o mesmo seja substituído pelo Sr. Fernando Venade (que era suplente) e como suplente propõe a Sr.^a Carla Torres (**também faz parte integrante do Anexo 13**). -----

- **Aristides Martins** – através da leitura do documento em anexo (**Anexo 14**), em nome da bancada dos movimentos independentes, proferiu uma intervenção sobre o polígono industrial de Cerveira cujo conteúdo mais relevante passamos a transcrever: *«Ciente da importância vital para este concelho a autarquia desenvolveu ao longo dos anos uma política de apoio às empresas e aos empresários que se instalaram nos seus dois polígonos industriais. Uma dessas medidas era a Isenção de Taxas de Licenciamento de Construção, de que já era prática corrente em mandatos anteriores, primeiramente de forma automática e posteriormente por deliberação camarária. Mediante este procedimento, foi com surpresa que tomaram conhecimento de que o Partido Socialista na Câmara Municipal, manifestou-se em desacordo com a isenção concedida às empresas das taxas de licença de construção, ao ponto de recentemente um pedido de isenção ter sido aprovado por maioria com uma abstenção de um vereador do PS. Mais nos surpreende que tal postura venha do partido que governou esta autarquia durante 24 anos e que mais isenções concedeu. Será que os socialistas em Vila Nova de Cerveira estão zangados com os empresários que no concelho arriscam o seu capital investindo nas instalações de empresas? Há que clarificar esta questão pois os empresários precisam de saber com o que podem contar na hora de decidirem investir em Vila Nova de Cerveira. Se estão contra tais benefícios, só restará um caminho. Apresentar nesta Assembleia um projeto de alteração ao regulamento de taxas, propondo a revogação da*



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isenção das licenças de construção aos empresários instalados na zona industrial. Tem de ser consequentes. Nesta matéria não se pode ficar pelas meias tintas, ou são a favor ou são contra. Definam-se.». -----

- **Manuel Soares** – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 15**) ao qual juntou 4 páginas com fotos e em nome da bancada do Partido Socialista, proferiu uma intervenção sobre a Proteção Civil – período crítico de incêndios florestais, tendo questionado o executivo sobre: “*o que faz a máquina de rastos do município estacionada nas proximidades do Convento de S. Paio, quando esta deveria estar a fazer melhorias dos caminhos florestais; o que é feito da Equipa Municipal de Intervenção Municipal, e qual o seu futuro uma vez que os seus contratos estão prestes a terminar; o porquê da Equipa de Sapadores Florestais ao invés de procederem à limpeza dos locais de maior risco, estarem a desenvolver trabalhos de limpeza em taludes e rotundas da EN13, quando estas são da responsabilidade da empresa Estradas de Portugal*”; e finalmente pediu esclarecimentos sobre a motivação do executivo em mandar proceder à limpeza do caminho das escadinhas, em Lovelhe, pelos Sapadores Florestais, quando o mesmo é limpo todos os anos por jovens da referida freguesia por altura das festividades da Sr.^a da Encarnação. -----

Seguidamente e também através da leitura do documento em anexo (**Anexo 16**), ao qual juntou uma página com fotografia, revelou uma questão de âmbito ambiental, dirigida ao Sr. Presidente da câmara, sobre o que viu no passado dia um de junho, nomeadamente um trator acoplado com uma cisterna e virado para o regato, nas imediações do INATEL, parecendo estar abandonado no local, questionando-o sobre se o trator com a cisterna estava avariado, se estava a fazer descargas de efluentes, ou se haveria outro motivo. -----

- **Cristina Martins** - através da leitura do documento em anexo (**Anexo 17**), teceu algumas considerações sobre o funcionamento da Comissão Alargada da CPCJ, em particular sobre o dever de colaboração das representantes do Partido Socialista eleitas nesta Assembleia. Afirmou que «*nesta última reunião, a convocatória foi feita atempadamente e não há justificação para a ausência das representantes do Partido Socialista (PS), ao contrário do que aconteceu na primeira vez, que faltaram por terem sido convocadas com apenas um dia de antecedência e mostraram o seu desagrado, conforme foi aqui dito na última assembleia municipal pela deputada Anabela Quintas, tendo nessa altura a intempestividade da convocatória merecido também a minha reprovação. Acontece, porém, que em 15-05-2014 as mesmas representantes do PS foram convocadas para a 2.^a reunião que se realizou no passado dia 30-05-2014 e voltaram a não comparecer, nem muito menos tiveram o bom grado de comunicar as suas ausências. O horário das reuniões não é o mais indicado pois normalmente são realizadas às 9h30, no entanto não pode servir de desculpa, pois como a Sr.^a deputada Anabela Quintas*



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabe muito bem, sempre funcionaram assim. Seria de bom grado que quando indicassem representantes, além de averiguar o seu perfil também deveriam explicar o funcionamento destas reuniões, para saberem da sua disponibilidade. Para terminar informou que nesta reunião apenas compareceram 6 dos 16 elementos, foram criados grupos de trabalho, mas como se pode verificar é difícil trabalhar com tão poucos elementos.» -----

Seguidamente e na qualidade de representante eleita nesta assembleia municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 18**), apresentou um breve relatório sobre os principais temas abordados nas três reuniões decorridas. -----

- Joaquim Barroso – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 19**), e em nome da bancada do Partido Socialista, proferiu uma intervenção referente às propostas da mesa da assembleia municipal para melhorar a qualidade do trabalho realizado, manifestando o seu acordo na preocupação constante na melhoria da qualidade do trabalho realizado por esta assembleia e pelo contributo de todos os seus membros para um progresso constante da política local. No entanto não se revêem nas propostas constantes do ponto 3. Quanto ao ponto 4. Defendem que o ato de inscrição para a intervenção do público deve ser feito no período de duração da Assembleia. -----

Seguidamente e também através da leitura do documento em anexo (**Anexo 19-A**), dirigiu-se ao Sr. Presidente da câmara municipal onde expressou novamente a sua preocupação com a insegurança no concelho, tendo ainda manifestado a apreensão com o facto de ser habitual as portas do Castelo estarem abertas durante o período noturno. -----

Cláudia Ferreira – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 20**), proferiu uma intervenção na sequência da sua presença como representante da assembleia municipal, no Seminário Internacional sobre a “Democratização da Náutica: Dinâmicas Regionais e Internacionais 2014-2020”. Informou que «*De uma forma sucinta, estão a tentar implementar um método semelhante ao iniciado em Finisterra (França), havendo uma cooperação entre políticos, escolas e professores de educação física. Espera que esta iniciativa avance e que dentro do possível e no devido tempo, a câmara municipal possa apoiar esta causa diversificando e valorizando outras modalidades desportivas além da prática do futebol.*». -----

- Cândido Malheiro – respondendo à intervenção do Sr. Manuel Soares, disse que «*os Sapadores Florestais não estiveram a limpar as escadinhas da Sr.ª da Encarnação, estiveram sim, a cortar as mimosas.*» -----

De seguida, eram 19h45, solicitou autorização para se ausentar, devido a um compromisso assumido com a inauguração da Capela Mortuária de Lovelhe e que regressaria logo que possível. De imediato foi o seu pedido autorizado pelo Presidente da Mesa. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- **Presidente da Assembleia** – apresentou uns diapositivos (**anexo 21**) e teceu algumas considerações sobre o impacto das exportações, da derrama, da coleta de IRC e da devolução do IRS aos cidadãos no município de Vila Nova de Cerveira. -----

Terminado o período das intervenções políticas, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da câmara municipal**, que prestou as informações relevantes sobre todas as questões de diversa natureza que lhe foram colocadas no âmbito das intervenções precedentes. -----

Assim, quanto ao deputado Pedro Soares, sobre o assunto do parque de estacionamento junto à “Praça de Táxis”, informou que a Comissão Municipal de Trânsito está a ultimar uma proposta que irá ser apresentada à câmara municipal e que deverá contemplar uma solução para essa e outras situações. ----

Sobre a intervenção da deputada Anabela Quintas, quanto à questão do novo mapa judiciário, concorda que a assembleia municipal se manifeste contra o encerramento de serviços no Tribunal de Vila Nova de Cerveira. -----

Relativamente à intervenção do deputado Aristides Martins, esclareceu que a Autarquia está a prosseguir a política em prática há alguns anos, incentivando as empresas e os empresários que se querem instalar nas zonas industriais do concelho, com a isenção das respetivas taxas de licenciamento. -----

Respondendo ao deputado Manuel Soares, sublinhou que no último ano a máquina de rastros tem sido alvo de vandalismo e tentativas de roubo, encontrando-se parada por necessitar de manutenção. Acrescentou que tratando-se de um equipamento de monte, fica sujeita a este tipo de situações, uma vez que fica em locais isolados, mas não quer com isto dizer que fique abandonada, apenas que estas situações ocorrem com maior frequência em viaturas que não são guardadas em estaleiros fechados. Quanto à questão levantada sobre o futuro da Equipa Municipal de Intervenção Municipal, comunicou que terminando os seus contratos não está prevista a sua renovação, pois termina o projeto que permitiu a sua contratação, salvaguardando porém a possibilidade de vir a ser promovida nova candidatura a apoios que surjam nesta área de intervenção. Referindo-se à limpeza, declarou não ser de todo verdade a afirmação proferida, uma vez que os Sapadores Florestais exercem a sua atividade nos locais de maior risco de incêndio. Relativamente ao trator com cisterna nas imediações da Praia da Lenta, informou que mesmo deslocou-se àquele local para efetuar o esvaziamento da fossa do equipamento de apoio à praia, que é efetuado semanalmente, uma vez que o mesmo não está ligado à rede municipal de saneamento. No entanto durante a deslocação teve um furo num pneu e ficou parado enquanto não foi reparado. Destacou também que já foram dadas instruções aos técnicos da autarquia para estudarem uma solução para drenar os esgotos daquele equipamento à rede municipal de saneamento. -----

Sobre as portas do Castelo estarem abertas no período noturno, e respondendo ao deputado Joaquim Barroso, divulgou que é com muita pena que o mesmo não é pertença do património da autarquia, mas



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

sim da Direção Geral do Tesouro e Finanças, e que apesar das diligências desenvolvidas ao longo dos últimos anos, ainda não existe qualquer protocolo com a Câmara Municipal, quer para a sua manutenção quer para a sua utilização. -----

Sublinhou ainda que a segurança dos munícipes é uma prioridade e nesse sentido têm sido desenvolvidos esforços para melhorar os níveis de segurança em articulação com as autoridades competentes neste domínio. Por último e relativamente à cerimónia da comemoração dos dez anos da Ponte da Amizade, lamentou a ausência de alguns dos atores políticos determinantes na construção desse equipamento e mostrou-se entusiasmado com as oportunidades decorrentes da Carta da Amizade entre Vila Nova de Cerveira e Tominho recentemente assinada entre estas duas localidades fronteiriças.

PONTO DOIS da ordem de trabalhos **“Proposta de alteração do “Regulamento do Cartão Municipal do Idoso – Idade +” – Versão Final”** -----

- **O Presidente da câmara municipal** elucidou sobre a proposta de alteração ao referido regulamento (**Anexo 22**), que esteve em fase de discussão pública durante trinta dias, não tendo sido apresentada qualquer reclamação ou sugestão por parte dos munícipes e que foi aprovada por unanimidade na reunião de câmara do passado dia 28 de maio. Em termos genéricos propõe-se algumas alterações no artigo 9.º do mesmo, que pretendem beneficiar mais e melhor os utentes que usufruem deste cartão. -----

- **Joaquim Barroso** - através da leitura do documento em anexo (**Anexo 23**), informou que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a aprovação da alteração deste documento, no entanto deixou dois reparos; a supressão da alínea d) do referido artigo e a necessidade de reequacionar o valor limite da comparticipação de medicamentos, atualmente em 100 € anuais. Seguidamente e após uma breve análise dos problemas que vêm sendo reportados, pelo menos nas últimas duas assembleias municipais, refletindo a preocupação dos autarcas quanto ao envelhecimento da população, ao êxodo rural, as quebras da taxa de natalidade, a dificuldade em atrair jovens, ao apoio e incentivos à fixação das populações, a Juventude Socialista de Vila Nova de Cerveira entende necessário e urgente que o mesmo se faça em relação aos jovens. Assim, face ao “Cartão Municipal do Idoso – Idade +” apresenta a proposta de criação do “Cartão Jovem Municipal”. (**Anexo 24**). -----

- **Cristina Martins** - Os Movimentos Independentes concorda com o que foi dito pelo deputado Joaquim Barroso em relação ao Cartão do Idoso. No entanto referiu existir demasiada burocracia para preenchimento dos requerimentos. Questionou o Presidente da Câmara sobre a existência de serviço de apoio descentralizado para apoiar os idosos no preenchimento do mesmo, bem como na documentação a anexar. -----

- **O Presidente da Câmara** respondeu às questões que lhe foram colocadas, designadamente no que diz respeito à retirada da alínea d) do artigo 9.º do regulamento, a mesma não se justificava uma vez que os



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

idosos já têm acesso gratuito nos Museus do concelho. Quanto à criação do Cartão Jovem é uma ótima sugestão e já está incluído no âmbito da criação do Conselho Municipal da Juventude. No que diz respeito ao preenchimento dos requerimentos, concorda que realmente são complexos e burocráticos. Informou ainda que a autarquia já disponibilizou um técnico municipal que faz a itinerância nas freguesias para poder apoiar nestas e noutras questões mais pertinentes. -----

Não havendo mais intervenções e submetida à votação foi a proposta de Alteração ao “Regulamento do Cartão do Idoso - Idade +” submetida à votação tendo sido aprovado por **unanimidade**. -----

De seguida o **Presidente da assembleia** propôs que a apresentação e discussão dos ponto 3. e 4., constantes da ordem de trabalhos fossem efectuadas em conjunto pelo Presidente da câmara municipal, sem prejuízo de eventuais intervenções para cada matéria específica em análise e da sua votação na especialidade. Esta proposta, foi admitida por unanimidade e sem intervenções para a sua discussão. Submetida à aprovação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

PONTO TRÊS da ordem de trabalhos ” **Alteração ao Mapa de Pessoal**” -----

- O **Presidente da câmara municipal** fundamentou esta proposta com a necessidade de manter recursos humanos necessários para prestar um serviço de qualidade. Conforme se pode verificar pelos documentos anexos (**Anexo 25**), no presente ano já se desvincularam do serviço oito funcionários, estando na iminência de ainda se desvincularem mais cinco ou seis que estão aguardar a aposentação. Assim e visto que a redução do pessoal este ano já ultrapassou largamente os limites propostos por Lei, torna-se necessário a criação de dois lugares de assistente operacional, para contrato a tempo determinado, conforme proposta aprovada por unanimidade na reunião da câmara municipal do passado dia onze de junho do corrente. -----

Submetida à votação, foi autorizada por unanimidade, a alteração proposta ao Mapa de Pessoal do Município de Vila Nova de Cerveira. -----

PONTO QUATRO da ordem de trabalhos “**Fundamentação para autorização de recrutamento excepcional de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Vila Nova de Cerveira**” -----

- O **Presidente da câmara municipal** esclareceu que este assunto (**Anexo 26**) está diretamente relacionado com o anterior, tratando-se de dar a possibilitar para o recrutamento a título excepcional de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho, no caso de se verificarem as aposentações previstas. -----

Submetida à votação, a **autorização** foi **aprovada por unanimidade**. -----

PONTO CINCO da ordem de trabalhos “**Abono de Despesas de Representação**” -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da assembleia informou que este assunto já tinha sido abordado na assembleia municipal de 23-12-2013 - **Ponto Dois** “Abono de Despesas de Representação”, onde, a título excepcional, solicitou autorização para o retirar da ordem de trabalhos, sem prejuízo de voltar a ser discutido e votado numa próxima sessão. Nessa sessão, pese embora a intervenção do deputado Pedro Soares a expressar o seu inconformismo com a solução encontrada, a assembleia municipal pronunciou-se a favor da retirada desse assunto da ordem de trabalhos. -----

Nesta conformidade e porque todos os deputados têm conhecimento dos fundamentos do pedido, o Presidente da assembleia solicitou autorização para que, não havendo necessidade de mais esclarecimento ou intervenções sobre este assunto, o mesmo fosse votado de imediato por escrutínio secreto, o que foi aceite por unanimidade. -----

Os votos têm por opções Sim e Não, sendo que Sim corresponde a voto favorável e Não a voto desfavorável. -----

Efetuada a votação obteve-se o seguinte resultado num universo de 25 deputados: 19 votos Não, 5 votos Sim e 1 voto em Branco. Perante este resultado a proposta de “Abono de Despesas de Representação” (**Anexo 27**), não foi aprovada. -----

PONTO SEIS da ordem de trabalhos “**Proposta de Constituição de Grupo de Trabalho – FGM**”-----

Foi presente a proposta nº1/2014 de 2014.05.29 para a criação de um grupo de trabalho, nos termos do artigo 50º do Regimento para acompanhar o estudo sobre a alteração dos critérios de distribuição do Fundo Geral Municipal – FGM (**Anexo 28**). -----

Seguidamente os líderes das bancadas apresentaram um pedido conjunto à mesa para que fosse integrado neste grupo de trabalho o tema do **Orçamento Participativo**, e aproveitavam a ocasião para também criarem o grupo de trabalho para analisar o modelo da **Bienal de Arte**, conforme também já tinha sido abordado na assembleia municipal de 2013/12/23. -----

Submetida à aprovação, as propostas foram aceites por unanimidade. Seguiu-se à nomeação dos representantes das mesmas, sendo que a cada grupo de trabalho deveriam ser constituído por dois elementos da bancada dos Movimentos dos Independentes, dois elementos da bancada do Partido Socialista, um elemento do Partido Social Democrata e um técnico designado pela Câmara Municipal. ----

Assim para o **Grupo de trabalho do FGM e Orçamento Participativo**, a bancada dos Movimentos Independentes nomeou os deputados Mário Luís Fernandes Afonso e Manuel Pedro Cerqueira Soares (**Anexo 29**), a bancada do Partido Socialista nomeou as deputadas Cristina Isabel da Silva Cancela Gomes e Carla Isabel Martins Segadães (**Anexo 13-A**), o Partido Social Democrata nomeou o deputado Manuel Custódio Esteves, tendo a Câmara Municipal designado o técnico Carlos Alberto Limeres Bouça.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Para o **Grupo de trabalho da Bienal de Arte**, a bancada dos Movimentos Independentes nomeou os deputados Lúcia Isabel Leal Portela e Aristides Manuel Rodrigues Martins (**Anexo 30**), a bancada do Partido Socialista nomeou os deputados Joaquim do Nascimento Gomes Barroso e Manuel de Araújo Soares (**Anexo 13-B**), o Partido Social Democrata nomeou a deputada Cláudia Maria Pinto Ferreira, tendo a Câmara Municipal designado o técnico Carlos Alberto Limeres Bouça. -----

Submetidas à aprovação a constituição destes grupos de trabalho, foram aprovados por unanimidade. ----

No final da votação o Presidente da Assembleia desejou um ótimo trabalho e informou que os Grupos devem reunir no máximo 3 vezes por ano, tendo direito a senhas de presença, e que no caso do Grupo do Orçamento Participativo já deveriam apresentar alguma proposta de relatório na assembleia municipal de Setembro próximo. -----

PONTO SETE da ordem de trabalhos "Minuta de Protocolo Município de Vila Nova de Cerveira-Tominho – Carta da Amizade Cerveira – Tominho" -----

A assembleia municipal, depois da detalhada informação prestada pelo Sr. Presidente da câmara municipal sobre este assunto, deliberou por unanimidade acompanhar a câmara municipal na assinatura do Protocolo entre os municípios de Vila Nova de Cerveira e Tominho. -----

PONTO OITO da ordem de trabalhos "Outros assuntos de interesse" -----

Neste ponto e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 31**), interveio a jovem **Lara Rocha** aluna do Colégio de Campos, que integra também o Programa Parlamento dos Jovens, iniciativa a que o Colégio participa desde 2006. Referiu que «(...)os deputados do Colégio de Campos nunca foram eleitos para a Sessão Nacional, mas já conseguiram colocar medidas em projetos de recomendação que representaram o distrito. Os alunos têm melhorado o seu desempenho ano após ano. Por dois anos consecutivos duas alunas do colégio foram eleitas para constituir a Mesa da Sessão Distrital, nas funções de Vice-Presidente e Secretária. Referiu que o Parlamento dos Jovens é talvez a iniciativa em contexto escolar que melhor consegue aproximar os jovens da realidade democrática, da vida política e da prática da cidadania. Por outro lado o Concurso Euroscola é organizado pelo Parlamento Europeu e traduz-se, para as escolas vencedoras, na realização de diversas Sessões de um dia no hemiciclo do Parlamento Europeu em Estrasburgo. O ano letivo 2011/2012 e o presente ano letivo foram especiais – alunas do Colégio de Campos ganharam o Concurso Euroscola em Viana e seguiram para a final em Lisboa; puderam assim acompanhar os deputados eleitos pelo distrito que seguiram para a Sessão Nacional do Programa Parlamento dos Jovens. Este ano depois de garantida a seleção na fase distrital, com o trabalho subordinado ao tema "A Crise Demográfica" numa perspetiva europeia, e depois da apresentação, o júri do concurso deliberou incluir o Colégio de Campos nas escolas apuradas para a viagem. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, é com enorme satisfação que estamos aqui hoje para dar a conhecer que, pela primeira vez, uma escola do concelho de Vila Nova de Cerveira participará numa Sessão Especial do Parlamento Europeu, conjuntamente com outras escolas dos restantes 27 estados membros da União Europeia.-----

Connosco seguirão mais 23 colegas e dois professores do Colégio de Campos que, com grande orgulho, levarão a Bandeira do Colégio de Campos e de Vila Nova de Cerveira, a Estrasburgo.»-----

Após esta belíssima intervenção da aluna Lara Rocha, o Presidente da Mesa propôs uma ovação à mesma, que foi acedida de imediato. -----

Terminados os pontos da ordem de trabalhos o Presidente da assembleia abriu **o período reservado ao público**, tendo-se registado a intervenção do Sr. Cândido Malheiro, residente em Lovelhe, que para o efeito e através da leitura do documento em anexo (**Anexo 32**), que se prende com a defesa da sua honra, pelo facto de «(...) na assembleia municipal de 25 de Abril, à qual não pode assistir por motivos particulares, o seu nome e a sua pessoa, foram aqui falados com uma intervenção da senhora Anabela Quintas, porta voz da bancada do PS nesta assembleia municipal. Por isso, e como público, vem solicitar ao senhor presidente que lhe conceda estes escassos minutos ver esclarecidos os motivos do porque é que um simples cidadão que interveio na questão do encerramento da Pousada da Juventude, cujo conteúdo desconhecia por completo e me levou a uma afirmação despropositada na assembleia ordinária realizada em 28/02/2014, tendo logo de seguida e após conhecimento dos factos, reconhecido que tinha cometido um erro, e inadvertidamente proferido afirmações que considerava despropositadas, que nas suas palavras nunca esteve em causa o funcionamento deste prestigiado órgão municipal, nem a conduta dos seus membros, mas sim a defesa intransigente da nossa terra e das suas instituições. Por tudo isto, essa é a verdade dos factos e que com toda a humildade, assumiu o seu erro, tendo transmitido de imediato ao Sr, Presidente da Assembleia, que presume deu conhecimento do mesmo aos restantes deputados. Perante este cenário, solicita que comunique à senhora Anabela Quintas, porque é que um simples cidadão que interveio nesta questão e que reconheceu publicamente que se enganou, que pediu desculpas na pessoa do senhor presidente e se redimi do erro, a incomoda tanto a ela e ao PS? -----

Como se isso não bastasse, a porta voz do PS tratou esta questão como se o assunto fosse de lesa Pátria; solicitou que a intervenção ficasse exarada em ata e fosse do conhecimento público, porque eu desrespeitei esta assembleia. Muito mal vai o PS quando um simples cidadão os incomoda tanto. -----

O que os eleitores gostariam, era ver os senhores autarcas discutir mais os problemas da nossa terra e das pessoas, em vez de se entreterem com devaneios e tricas pessoais que não levam a lado nenhum e que são desertos de ideias.» Para terminar disse «Já agora senhor Presidente, com toda a humildade que me caracteriza, solicito que esta minha intervenção fique exarada em ata e seja do conhecimento público, para memória futura.»-----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Em sua defesa a Sr^a deputada **Anabela Quintas**, confirmou que mantém o que disse sobre este assunto. O Sr. Cândido Malheiro voltou a pedir a palavra para dizer que a deputada Anabela Quintas quer é protagonismo. -----

Seguidamente o **Presidente da assembleia**, saudou de uma forma calorosa o Sr. Roleira Marinho por estar presente nesta assembleia municipal, desta vez como público, tendo-o lisonjeado pelos seus longos anos de trabalho como deputado desta assembleia. -----

Seguiu-se a intervenção do Sr. Roleira Marinho, residente em Campos, que começou por manifestar a sua felicidade por assistir a esta sessão. Felicitou a jovem Lara Rocha pela sua apresentação, modo de estar e acima de tudo pelo seu contributo. Congratulou-se pelo trabalho desenvolvido pelo Parlamento dos Jovens do Colégio de Campos. Seguidamente agradeceu as palavras simpáticas do Presidente da assembleia, dizendo-se um cidadão anónimo. -----

Por último e na qualidade de munícipe da freguesia de Campos, abordou diversos temas relacionados com a sua freguesia (**Anexo 33**), manifestando a sua preocupação e solicitando alguns esclarecimentos por parte da Câmara Municipal, nomeadamente sobre: poluição por poeiras industriais; cheiros provenientes da ETAR; Pontão de pesca de Moutorros e Furna; Praias fluviais; ecovia em Campos/Vila Meã; Obras nas Infraestruturas da Associação Desportiva de Campos, do Centro Cultural, do Centro Paroquial e da igreja Paroquial; os limites da freguesia; zona húmida do Amial se pode ser tornada de lazer e finalmente a nova heráldica face à nova realidade autárquica. -----

O Presidente da mesa cedeu alguns minutos para que o Presidente da câmara municipal pudesse apresentar alguns esclarecimentos às questões colocadas pelo Sr. Roleira Marinho. -----

Não havendo mais assuntos a tratar e por proposta do Presidente da mesa, foi esta ata, por **unanimidade, aprovada em minuta**, afim das deliberações tomadas produzirem efeitos de imediato, tendo sido dado à mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

E nada mais havendo a tratar foi esta sessão encerrada pelas vinte e uma horas e trinta minutos. -----

E eu, Helena Paula Barroso Martins, funcionária nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Vitor Nelson Esteves Torres da Silva)



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A 1º Secretária,

(Cláudia Maria Pinto Ferreira)

A 2ª Secretária,

(Ana Cristina Araújo Silva dos Santos)

A funcionária,

(Helena Paula Barroso Martins)

ANEXOS

Á

ATA

DE

14/06/2014

ARMANDO RUI BRANDÃO DO PAÇO
RUA DA PEDREIRA, N.º 138
4920-062 GONDARÉM

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

Conhecimento

O Presidente,

Exmo. Senhor
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Armando Rui Brandão do Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Gondarém e, igualmente membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, na impossibilidade de estar presente na próxima Assembleia que se irá realizar no próximo dia 14 do corrente mês e ano e, conforme estipula o art.º 15.º do Regimento da Assembleia Municipal, venho por este meio dirigir-me a V. Excia comunicar a minha ausência, e informar que serei substituído pelo Sr. Manuel João Vilas de Sá, Tesoureiro da Junta de Freguesia.

Sem mais,

Mui respeitosamente,

Gondarém, 06 de Junho de 2014

(Armando Rui Brandão do Paço)



União de Freguesias de Vila Nova Cerveira e Lovelhe

Concelho de Vila Nova de Cerveira



Ex. mo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal
Praça do Município
492-250 VILA NOVA DE CERVEIRA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		77/2014	11/06/2014

Assunto: Pedido de substituição na assembleia municipal de 14/06/2014

Serve o presente ofício para comunicar a V.Ex^a, que na qualidade de Presidente desta União de Freguesias, não poderei estar presente na próxima reunião ordinária que se realiza em 14/06/2014, no Colégio de Campos, por motivos particulares, solicitando desde já, que a minha falta seja justificada.

Mais informo, que serei substituído na mesma, pelo secretário desta Junta de Freguesia, Cândido Magalhães Malheiro

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

Constantino João Magalhães Costa



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

Entre 26-04-2014 e 13-06-2014

DATA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
29-04-2014	Presidente da Câmara Municipal de VNC	Deliberações da última Assembleia Municipal
06-05-2014	CIM Alto Minho	Renúncia ao mandato do Sr. Rui Cruz
10-05-2014	Clube Desportivo de Cerveira	Voto de Congratulação
19-05-2014	Emanuel R. Sousa Oliveira	Voto de Louvor
03-06-2014	Constantino João Magalhães Costa	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Fernando Bessa Marinho	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	José Miguel Rodrigues Pereira	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Joaquim Lima Hilário	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Fernando António da Cunha Alves	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Rui Manuel de Sousa Esteves	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Armando Rui Brandão do Paço	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Ana Maria da Cunha Montenegro	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Filipe Manuel da Silva Amorim	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Manuel Custódio Esteves	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Manuel Pedro Cerqueira Soares	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Vitor Nelson Esteves Torres da Silva	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Mário Luis Fernandes Afonso	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Ana Cristina Araújo Silva dos Santos	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Aristides Manuel Rodrigues Martins	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Cristina Sofia Martins	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Lídia Isabel Leal Portela	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	João Manuel Araújo Domingues Caldas	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Joaquim do Nascimento Gomes Barroso	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Carla Isabel Martins Segadães	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Anabela Lages de Oliveira Quintas	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Carla Maria Caetano Amorim Torres	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Fernando José Rodrigues Pires Venade	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Cristina Isabel Silva Cancela	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Cláudia Maria Pinto Ferreira	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Manuel de Araújo Soares	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Presidente da Câmara Municipal de VN Cerveira	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Vereador Vitor Costa	Convocatória da Assembleia Municipal
03-06-2014	Vereadora Aurora Viães	Convocatória da Assembleia Municipal

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Entre 26-04-2014 e 13-06-2014

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
29-04-2014	ADSL	Convocatória para reunião da Assembleia Geral
07-05-2014	Agrupamento de Escolas VNC	Calendarização da sessão extraordinária da AMVNC
08-05-2014	ANMP	30 anos da ANMP
21-05-2014	A.Hum. Bombeiros Voluntários VNC	Convite
21-05-2014	ANMP	30 anos da ANMP
21-05-2014	Colégio de Campos	Envio do Jornal Escolar "O Arauto"
06-06-2014	Agrupamento de Escolas VNC	Agradecimento

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE
CERVEIRA**

**LISTAGEM DE PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES EM
04.06.2014 E ESTADO ACTUALIZADO DOS MESMOS**

1

PROCESSO – nº 11/03 – 7º Juiz TAC do Porto

ESPÉCIE – Acção Ordinária

AUTOR – João Paulo da Costa Marinho

RÉ – Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Condenação no pagamento de indemnização de 28.975,91 a título de danos patrimoniais, acrescida de juros de mora vencidos (contabilizados em € 12.957,60 à data da propositura da acção) e dos vincendos, e de € 100.000,00 a título de danos morais, bem como de sanção pecuniária compulsória de 5% para o caso de não ser cumprida de imediato a condenação que viesse a ser proferida.

ESTADO ACTUAL - Foi proferida sentença a condenar a C.M. a pagar ao Autor a quantia total de € 35.254,48 (que inclui danos patrimoniais e morais), acrescida de juros de mora à taxa legal (de 7% entre 10.01.2003 e 30.04.2003 e de 4% desde essa data até integral pagamento). Foi interposto recurso, encontrando-se o processo para decisão final.

2

PROCESSO – nº 419/09.4BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção administrativa comum sob a forma ordinária

AUTORA – Freguesia de Sapardos

RÉ – Freguesia de Rubiães

CHAMADOS – Município de Vila Nova de Cerveira e Município de Paredes de Coura

OBJECTO/PEDIDO – Delimitação das freguesias de Sapardos e Rubiães.

ESTADO ACTUAL - Tem a instância suspensa.

3

PROCESSO – nº 1823/10.8BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa comum sob a forma ordinária

AUTORA – Maria Gabriela Silva Pereira Camelo Taborda

RÉUS – Município de Vila Nova de Cerveira e Outros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação na indemnização de € 290.000,00 (duzentos e noventa mil euros), acrescida de juros à taxa legal desde a citação e pedido de indemnização a liquidar em função de danos futuros.

ESTADO ACTUAL – Tinha audiência prévia marcada para o dia 8 de Abril, tendo sido pedida a marcação de nova data por incompatibilidade de agendas de todos os Advogados das partes.

4

PROCESSO – nº 1860/12.8BEBRG – U. O. 1 (proveniente da injunção 159196/12.4YIPRT)

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTORA – Águas do Noroeste, S.A.

RÉU – Município de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de pagamento do valor de € 209.744,79, acrescida de juros vencidos, no valor de E 55.436,46 e de juros vincendos à taxa legal.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida decisão julgando competente o TAF de Braga, onde o processo irá prosseguir.

5

PROCESSO – nº 409/13.0BEBRG – U. O. 1

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTORA – Construções Refoiense, Ld^a.

RÉU – Município de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de pagamento do valor de € 1.753.369,32, acrescida de juros vincendos, à taxa legal, a título de indemnização por incumprimento dos contratos de empreitada de obras públicas “Remodelação do Largo da Feira – Praça da Galiza” e “Avenida das Comunidades/Regeneração da Entrada Norte da Vila”.

ESTADO ACTUAL – Tem audiência de julgamento marcada para 14.10.2014 e 21.10.2014.

6

PROCESSO – nº 1105/13.3BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção administrativa especial

AUTOR – Ilídio José Lourenço Pontedeira

RÉU – Município de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Anulação do despacho de 29.06.2012, concordante com a deliberação da Câmara Municipal de 27.06.2012, que aplicou ao Autor a pena disciplinar de despedimento.

ESTADO ACTUAL – aguarda marcação de audiência prévia.

7

PROCESSO – nº 1.397/13.8BEBRG – U. O. 1

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTORA – Construções Refoiense, Ld^a.

RÉU – Município de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Vários pedidos de pagamento de facturas relativos aos contratos de empreitadas de obras públicas celebrados entre a mesma e o Município (“Remodelação do Largo da Feira – Praça da Galiza”, “Avenida das Comunidades/Regeneração da Entrada Norte da Vila” e “Incubadora das Indústrias Criativas/Bienal de Cerveira”) e vários pedidos relativos aos autos de medição e recepções provisórias das mesmas.

ESTADO ACTUAL – aguarda marcação de audiência prévia.

8

PROCESSO – nº 316/14.9BEBRG – U. O. 1

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum

AUTORA – Construções Refoiense, Ldª.

RÉU – Município de Vila Nova de Cerveira

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de ilegalidade da deliberação que indeferiu o pedido de reequilíbrio financeiro relativo ao contrato de empreitada de obras públicas celebrado entre a mesma e o Município denominada “Incubadora das Indústrias Criativas/Bienal de Cerveira”) e bem assim pedido de condenação na quantia de 232.582,64.

ESTADO ACTUAL – aguarda marcação de audiência prévia.

ENTIDADE		RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA N°. 114						DATA	ANO	PÁGINA
M. V.N.Cerveira		Data : 2014/06/12						2014/06/12	2014	1
CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO	
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR
11		CAIXA	5.941.103,37	5.935.914,94	7.428,24	3.751,71	5.948.531,61	5.939.666,65	8.864,96	
11.1		Caixa	5.929.023,41	5.927.284,68	5.888,23	2.211,70	5.934.911,64	5.929.496,38	5.415,26	
	CX	CAIXA	5.929.023,41	5.927.284,68	5.888,23	2.211,70	5.934.911,64	5.929.496,38	5.415,26	
11.8		Fundo de manei	12.079,96	8.630,26	1.540,01	1.540,01	13.619,97	10.170,27	3.449,70	
11.8.2		João Nogueira	2.139,30	1.389,60			2.139,30	1.389,60	749,70	
	CX2	FM-João Nogueira	2.139,30	1.389,60			2.139,30	1.389,60	749,70	
11.8.3		Vitor Costa	4.786,29	3.286,29	1.471,87	1.429,27	6.258,16	4.715,56	1.542,60	
	CX3	FM-Vitor Costa	4.786,29	3.286,29	1.471,87	1.429,27	6.258,16	4.715,56	1.542,60	
11.8.4		Vitor Pereira	1.054,31	654,31	68,14	68,14	1.122,45	722,45	400,00	
	CX4	FM-Vitor Pereira	1.054,31	654,31	68,14	68,14	1.122,45	722,45	400,00	
11.8.6		Nuno Jorge Costa Correia	4.100,06	3.300,06			4.100,06	3.342,66	757,40	
	CX6	FM-Nuno Jorge Costa Correia	4.100,06	3.300,06			4.100,06	3.342,66	757,40	
12		DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES	6.509.071,50	4.506.738,37	671,69	3.321,30	6.509.743,19	4.510.059,67	1.999.683,52	
		FINANCEIRAS								
12.1		CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	5.553.676,77	4.321.146,51		3.321,30	5.553.676,77	4.324.467,81	1.229.208,96	
	0035/00001359130	CGD	610.630,36	251.361,61			610.630,36	251.361,61	359.268,75	
	0035/00001819430	CGD	161.235,94				161.235,94		161.235,94	
	0035/00009749330	CGD	12.079,91	12.079,91			12.079,91	12.079,91		
	0035/00014085230	CGD	4.625.774,56	4.030.767,86		3.321,30	4.625.774,56	4.034.089,16	591.685,40	
	0035/00014233230	CGD	56.842,32				56.842,32		56.842,32	
	0035/00014892630	CGD	43.704,24				43.704,24		43.704,24	
	0035/00015260530	CGD	5.170,05	5.170,05			5.170,05	5.170,05		
	0035/00015447030	CGD	6.613,53	6.613,53			6.613,53	6.613,53		
	0035/00015939130	CGD	3.751,20	3.751,20			3.751,20	3.751,20		
	0035/00015940530	CGD	2.873,08	2.873,08			2.873,08	2.873,08		
	0035/00016560930	CGD	16.472,31				16.472,31		16.472,31	
	0035/00016708430	CGD	1.435,74	1.435,74			1.435,74	1.435,74		
	0035/00017555930	CGD	7.093,53	7.093,53			7.093,53	7.093,53		
12.2		BANCO TOTTA & AÇORES	94.168,67	72.220,43			94.168,67	72.220,43	21.948,24	
	0018/35404061001	BT	94.168,67	72.220,43			94.168,67	72.220,43	21.948,24	
12.3		CAIXA DE CRÉDITO AGRICOLA MÚTUO	484.770,03	111.986,37			484.770,03	111.986,37	372.783,66	
	0045/40023596179	CCAM	434.770,03	111.986,37			434.770,03	111.986,37	322.783,66	
	0045/40259078937	CCAM	50.000,00				50.000,00		50.000,00	
12.4		BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	360.543,43	1.385,06	671,69		361.215,12	1.385,06	359.830,06	
	0033/60049885369	BCP	224.737,42	789,76	159,89		224.897,31	789,76	224.107,55	
	0033/45255167253	BCP	135.794,24	595,30	511,80		136.306,04	595,30	135.710,74	
	0033/45255168805	BCP	11,77				11,77		11,77	
12.5		BANCO ESPIRITO SANTO	15.912,60				15.912,60		15.912,60	
	0031/17259100197	BES	15.912,60				15.912,60		15.912,60	
TOTAL DE DISPONIBILIDADES			12.450.174,87	10.442.653,31	8.099,93	7.073,01	12.458.274,80	10.449.726,32	2.008.548,48	
DOCUMENTOS			25.371,85				25.371,85		25.371,85	
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS			5.637.746,25	4.393.099,36	5.880,73	4.861,31	5.643.626,98	4.397.960,67	1.245.666,31	
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			1.135.589,71	372.715,04	7,50		1.135.597,21	372.715,04	762.882,17	

TESOUREIRO

FUNCIONÁRIO

CHEFE EXECUTIVO



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO

Carmen de La-Salette Oliveira Araújo, Dirigente Intermédia de 3.º Grau da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira; -----

Declara, nos termos e para efeitos do disposto no n.º2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira tem, nesta data, uma dívida a fornecedores e empreiteiros do montante de 409.371,13 €. -----

Declara, ainda que detém as seguintes participações nas seguintes empresas: -----

Caixa de Crédito Agrícola -----9.640 Acções = 24.040,00 €

Valorminho, S.A -----9.720 Acções = 48.600,00 €

Águas do Noroeste, S.A -----48.780 Acções = 243.900,00 €

Empreendimentos Eólicos Cerveirenses, S.A ----- 7.500,00 €

Município de Vila Nova de Cerveira, 13 de junho de 2014. -----

O Chefe da Divisão de Administração Geral,

Vítor Manuel Passos Pereira

Informação à Assembleia Municipal da Atividade Municipal

Para os efeitos previstos na Lei nº 75/2013 do 12 de Setembro, e no seu artigo 25, nº 2 alínea C, tenho a honra de submeter à aprovação da Excelentíssima Assembleia Municipal a presente informação relativa a Atividade do Executivo Municipal, referente aos meses de Abril a Junho de 2014.

- Relatório da DAFI (inclui relatório dos serviços financeiros);
- Relatório da DDSCH;
- Relatórios da DOSM – Técnico Superior Nuno Esteves, Técnico Superior Miguel Roda, e Técnica Superior Cristiana Brandão.

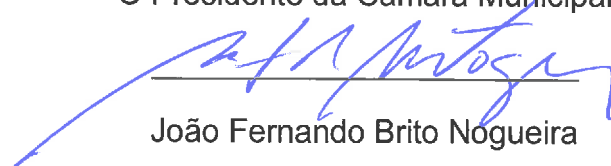
Finalmente, para efeitos do previsto no artigo 25º, nº 2, alínea C, junta-se em anexo, os seguintes documentos:

- 1) Declaração respeitante ao estado atual das dívidas a fornecedores;
- 2) Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao 12 de Junho de 2014;
- 3) Relação dos Processos Judiciais pendentes com a respetiva atualização reportando a 13 de Junho de 2014.

Vila Nova de Cerveira

Junho de 2014

O Presidente da Câmara Municipal



João Fernando Brito Nogueira

AR

RELATÓRIO DE DEMONSTRAÇÃO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

MESES DE ABRIL A JUNHO DE 2014

Na sequência da reunião havida no dia 13 de janeiro e de acordo com artigo 21º do Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal (que agora já não se encontra em vigor) define que a Divisão Administrativa e Financeira tem por atribuição o apoio técnico-administrativo às actividades desenvolvidas pelos restantes órgãos e serviços do município, elencando as suas várias competências.

Assim, junto enuncio, de forma sucinta, as actividades mais relevantes para os serviços a meu cargo desenvolvidas entre 15 de abril e 09 de junho de 2014:

RECURSOS HUMANOS

- Implementação das regras do Código do Trabalho, da Lei 12-A/2008, de 27.02 e da Lei 59/2008, de 30.06;

Registaram-se, conforme mapa anexo:

- 49 Requerimentos diversos;
- 9 Pedidos de ajudas de custo;
- 55 Pedidos de horas extraordinárias;
- 55 Pedidos de faltas por conta de horas;
- 124 Pedidos de faltas para consultas;
- 38 Atestados médicos;
- 48 Faltas por conta de férias;
- 85 Pedidos de alteração de férias, e;
- 47 correspondência registada.

ATENDIMENTO AO UTENTE E GESTÃO DE ÁGUA MUNICIPAL

- Foram realizados 224 registos de requerimentos, conforme mapa anexo;
- Foram realizados 53 ofícios, conforme mapa anexo.
- Foram emitidas 581 guias, conforme mapa anexo.

- Implementação de uma política de corte do fornecimento de abastecimento de água, aos consumidores faltosos, tendo, com essa política, reduzido em cerca de 80% as faltas de pagamento.

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

- Elaboração de Ordem do Dia e minuta das reuniões do executivo camarário e secretariado das mesmas reuniões, assim distribuídas:

De janeiro a 15 de abril a 09 de junho de 2014: 3 reuniões ordinárias.

APROVISIONAMENTO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- 258 propostas de cabimento, conforme mapa anexo;
- 252 requisições efetuadas, conforme mapa anexo;
- 447 faturas lançadas, conforme mapa anexo;
- 4 Procedimentos de Ajuste Direto para Prestação de Serviços, com convite e cadernos de encargos, conforme mapa anexo;
- 2 Procedimentos de concurso público por empreitada com programa e caderno de encargos, conforme mapa anexo.

OFICIAL PÚBLICO

- No período de 15 de abril a 09 de junho foram elaborados dez contratos e diversas minutas de contratos a celebrar.

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

- Incremento da eficácia e eficiência na arrecadação das receitas municipais e da realização das despesas orçamentadas, comprovadas através da análise dos documentos de prestação de contas relativos aos meses em apreciação;

- Implementação de um sistema de pagamento de despesas através de transferência bancária;

- Incremento do processo de regularização registral e contabilística dos bens do domínio público e privado do Município.

APOIO ÀS UNIDADES ORGÂNICAS (OBRAS PARTICULARES)

- Foram emitidas 20 licenças, sendo algumas de construção, conforme mapa anexo;
- Foram emitidos 4 alvarás de autorização de utilização, conforme mapa anexo;
- Foram realizados 119 registos de requerimentos, conforme mapa anexo;
- Foram emitidas 206 guias, conforme mapa anexo;
- Foram efetuados 31 ofícios, conforme mapa anexo;
- Foram produzidos diversos despachos, informações, etc, conforme mapa anexo.

APOIO AOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS/EXPEDIENTE

- Foram realizados 916 registos de entrada de documentos, conforme mapa anexo.

CONCLUSÃO

Em conclusão, considero que o desempenho dos vários serviços e os resultados obtidos relativamente aos objectivos definidos para a Divisão de Administração Geral, foram positivos.

Vila Nova de Cerveira, 09 de junho de 2014.

O Chefe da DAG,



Vitor Manuel Passos Pereira

ENTIDADE	CALENDÁRIO DA FACTURAÇÃO A PAGAR POR FORNECEDOR	DATA : 2014/06/13	PÁGINA: 1
MUNICÍPIO DE VILA NOVA CERVEIRA	Calculado por data de emissão da factura	ANO : 2014	

COD.	FORNECEDOR	A 30 DIAS	A 60 DIAS	A 90 DIAS	A 120 DIAS	A 180 DIAS	A 270 DIAS	A 360 DIAS	1 ANO E MEIO	SUPERIOR	TOTAL
1565	A. VENTURA - SOC. CONST. DO MINHO, LDA	4.706,40									4.706,40
1927	ANDANTE - ASSOCIAÇÃO ARTISTICA			2.000,00							2.000,00
5726	ANTONIO ALVES RIBEIRO & FILHOS, LDA	6.707,51									6.707,51
1493	AREAL EDITORES, SA		184,50	92,25							276,75
3478	AUTO RABAL - COMERCIO DE AUTOMOVEIS E ACESSORIOS, SA	525,55									525,55
5736	Aza Paula Fortunado Dos Santos Lopes	43,05									43,05
4212	Area Alto Minho - Agencia Regional de Energia E Ambiente		615,00	615,00							1.230,00
5579	Audio Stage, Lda				1.722,00						1.722,00
2410	Aurora da Conceicao Ribeiro Creio Costa Caldas	795,17	442,80	442,80	961,37						2.642,14
215	BELTRAO COELHO, LDA		7.708,91								7.708,91
120	BRICANTEL - COM. MATERIAL ELECTRICO BRAGANCA, LDA	1.537,50									1.537,50
5728	Beautiful Mornig, Lda		745,00								745,00
3988	CARLOS DANIEL FERNANDES DA CUNHA	43,79									43,79
393	CERVEIRAUTO-OF. REPA. AUTOMOVEIS, LDA	413,02	186,01								599,03
3292	CIL - CENTRO DE INFORMATICA, SA	1.636,92									1.636,92
5193	CLÁUDIO DE JESUS AFONSO	381,92									381,92
4812	COELHAS TEXTIS - COMERCIO E INDUSTRIA, LDA	370,23									370,23
1352	CONTENOR PORTUGAL, S.A.			3.889,88							3.889,88
443	COOPETAPE-COOPERATIVA DE ENSINO, C.R.L.	594,00									594,00
5642	Companhia de Seguros Açoreana, Sa	11.404,49		1,26							11.405,75
1364	DANTAS & DANTAS, LDA	768,00									768,00
1747	DIMACER - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LDA	848,20									848,20
581	DIRENOR, LDA			1.500,00							1.500,00
4702	DUPLA BRILHANTE - UNIPessoal, LDA		2.460,00								2.460,00
	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, SA	1.015,48									1.015,48
2293	EMPRESA DE TRANSPORTES COURENSE, LDA.	12.699,86	9.018,75	4.827,24							26.545,85
5543	ERMELINDA MARIA AVIDA REGO DO PACO	286,49	97,55								384,04
5658	ET-EMPRESA DE EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E COOPERAÇÃO INDUSTRIAL, LDA.	30,87		709,96							740,83
179	Extinsegur - Equipamentos de Segurança, Lda	265,31	284,77								550,08
273	FLON SYSTEMS - SISTEMAS DE MEDICAO DE FLUIDOS, LD.	1.805,52									1.805,52
300	FUNDAÇÃO INATEL	730,43	24,00								754,43
5188	GLOBAL NOTICIAS - PUBLICAÇÕES, SA	167,28									167,28
3063	Guimarães Pinto & Pinto, Lda		1.689,74								1.689,74
5644	HUSALUGA-V. ALUGUER MÁQUINAS, LDA	337,87									337,87
4094	Hr Protecção, Sa			54,74							54,74
419	IMAGEM DE LINHAS DESIGN E PUBLICIDADE, LDA	173,38	76,81								250,19
2466	J. LARA & LARA, LDA	659,39	1.105,47	1.145,29	285,12						3.195,27
557	JARDINS E LIMPEZAS FILIPE - UNIPessoal, LDA	405,29									405,29
5462	JOAO VALENTE UNIPessoal, LDA	1.082,40	629,76	667,80	984,00						3.363,96
5708	JORGE & PAULO VILAÇA, LDA	1.076,25									1.076,25
112	Jesus Parada Capelo		369,00								369,00
5772	Joaquim Barros Rodrigues & Filhos, Lda	1.654,82	500,00	740,03							2.894,85
5705	Jose Ernesto Pereira Lopez		115,00								115,00
5171	LABORE		1.922,86								1.922,86
251	LANCE EDITORA, LDA	200,00	200,00								400,00
196	LIVRARIA BERTRAND, SA	1.566,35									1.566,35
5600	LUIS ANTONIO DA CUNHA & IRMAO, LDA.	582,28		638,80	484,43						1.705,51
4018	Luis Mauricio Giestas Gonçalves - Inst. Eletr. Soc. Unipessoal, Lda	1.269,45	51,78	833,00							2.154,23
165	MANUEL DA SILVA PEREIRA & FILHOS, LDA	1.001,28		3.365,73							4.367,01
2977	MANUEL RUI AZINHAIS NABEIRO, LDA	221,01									221,01
1460	MAR IBERICA - SOCIEDADE DE PRODUTOS ALIMENTARES, SA		265,00								265,00
4905	MARIO GONCALVES, Lda.	3.681,71									3.681,71
566	MCARTANO & CIA., LDA	146,12									146,12
331	MENDES E IRMAOS, LDA				607,57						607,57
1422	MINHOCON - GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM	1.087,94									1.087,94
5652	MINHOTOLLOS - PROD. PUBLICITARIOS, LDA		4.132,80								4.132,80
5741	MINIUS PUBLICAÇÕES, LDA				1.500,00						1.500,00
4974	MOTO-PODIO, LDA	610,00									610,00
4700	Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sroc, S.a.		4.059,00	4.059,00							8.118,00
3244	Memel - Comercio de Artigos Sanitarios E Rega, Sa		3.614,03	221,84							3.835,87
5643	Mundo Escolar, Comércio de Material Didáctico, Lda	812,35									812,35
5603	NAROM, SL - SUCURSAL EM PORTUGAL	758,81		679,28							1.438,09
2490	NOSSOMOS LDA	90,00									90,00
1386	NUNO SANTA MARIA FERNANDES UNIP., LDA	156,59									156,59
4713	Numero Vedeta - Unipessoal, Lda	1.230,00	2.460,00	1.230,00							4.920,00
2520	O Mini Bus Aldeia, Lda	445,20									445,20
83	ORLANDO JOSE GONÇALVES AIRES	892,83									892,83
5727	OTAFOR, LDA	20,00									20,00
5723	PIMENTA DO VALE LABORATÓRIOS, LDA	2.597,03	9.685,02								12.282,05
5716	PORTGÁS-sociedade de Produção E Distribuição de Gás Sa		4.334,26								4.334,26
5234	R.F.S. - TELECOMUNICAÇÕES, LDA			2.890,50							2.890,50
5378	RAMPA DE FOGO, LDA	11,56									11,56
2282	REPSOL GAS PORTUGAL, S.A.	2.032,77									2.032,77
5087	RODRIGUES & QUEIRÓS UNIPessoal, LDA			1.330,82							1.330,82
5068	ROXOTROPICAL - LIMPEZAS E JARDINS, LDA										1.800,01
1356	S.E.S.I. - SIST. ELECTRONICOS SEGURANÇA INTEGRADA, LDA		1.800,01								1.800,01
					2.159,68						2.159,68

Pág. 5/6

ENTIDADE MUNICIPIO DE VILA NOVA CERVEIRA	CALENDÁRIO DA FACTURAÇÃO A PAGAR POR FORNECEDOR Calculado por data de emissão da factura	DATA : 2014/06/13 ANO : 2014	PÁGINA: 2
---	---	---------------------------------	-----------

COD.	FORNECEDOR	A 30 DIAS	A 60 DIAS	A 90 DIAS	A 120 DIAS	A 180 DIAS	A 270 DIAS	A 360 DIAS	1 ANO E MEIO	SUPERIOR	TOTAL
2019	SANTOS, BRITO & FONSECA, LDA.		1.156,82	1.090,41							2.247,23
494	SCHMITT ELEVADORES, LDA	122,39	811,80								934,19
2763	SEBASTIÃO DA ROCHA BARBOSA, LDA	37.701,09	22.296,36								59.997,45
361	SERRAÇÃO RODRIGUES, LDA.	876,99	2.521,50								3.398,49
703	SERRALHARIA OS CASA NOVAS LDA		1.451,40	744,15							2.195,55
4130	SERVINET - HIGIENE E LIMPEZA UNIPessoal, LDA	1.746,60									1.746,60
3471	SIMPLES & SEGURO, RESTAURANTE LDA	540,00									540,00
2532	SUMA- SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.		18.252,62								18.252,62
5742	Serafim Rodrigues de Barros Gonçalves	607,50									607,50
4718	T-CARE - CONHECIMENTO E SAÚDE, SA	954,00	954,00	954,00							2.862,00
4668	TORRE MARCO - COMERCIO DE TRACTORES E ALFARIS AGRICOLAS, SA	447,32									447,32
172	UNISELF - SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, SA	16.024,27	8.871,08	14.020,85							38.916,20
173	VALORMINHO-VAL.TRAT.RESIDUOS SOLIDOS,S.A.		8.724,60								8.724,60
3699	VENAFIL - CLEANING AND GARDENS, LDA	27.772,89	17.918,30	22.741,33							68.432,52
74	VIVUA DE JOSE DE SOUSA FILHOS, LDA	116,85									116,85
4091	VORTAL - COMERCIO ELECTRONICO, CONSULTORIA E MULTIMEDIA, SA	1.845,09									1.845,09
TOTAL GERAL		187.440,23	141.740,57	71.485,96	6.704,37						409.371,13

[Handwritten signature]

Vitor Pereira
Chefe Divisão

Pág. 6/6

Srº Presidente da Assembleia Municipal
 Senhoras secretárias da Mesa da Assembleia
 Srº Presidente da Câmara Municipal
 Vereadora Aurora Viães – Vereador Vitor Costa
 Caros colegas deputados Municipais
 Estimado Público

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14 / 06 / 20 14

O Presidente,

Comunidade

Na sequência da excelente época que o Clube Desportivo de Cerveira realizou, juntou-se recentemente a conquista da Supertaça Ramiro Marques da Associação de Futebol de Viana do Castelo, atingindo a almejada dobradinha.

Quero aqui mais uma vez enaltecer o brilhante êxito alcançado, reforçando o voto de congratulação recentemente atribuído pela conquista do Campeonato Distrital de Seniores e de Juvenis.

O Clube Desportivo de Cerveira é hoje um clube com um vasto currículo a nível distrital e nacional que honra e leva o nome de Cerveira ao mais alto nível.

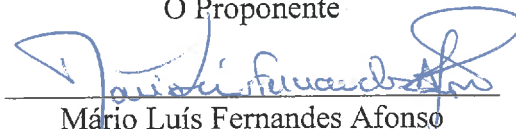
Mas por estamos em Campos, também queria que este voto de congratulação atribuído ao Clube Desportivo de Cerveira, fosse extensível á Associação Desportiva de Campos pela abnegada época que realizou, alcançando a permanência no campeonato distrital de seniores, á frente de equipas com maiores pergaminhos.

A Associação Desportiva de Campos funciona hoje como um polo de atração de jovens das freguesias limítrofes: VilaMeã, Cornes, Nogueira, Reboreda, S. Pedro da Torre entre outras.

Nas camadas jovens a Associação Desportiva de Campos ostenta os traquinas, os petizes, os infantis e os iniciados.

Faço votos que estas duas associações continuem a desenvolver este notável trabalho, em prol do concelho de Vila Nova de Cerveira.

O Proponente


 Mário Luís Fernandes Afonso

Já que estamos num período da ordem de trabalhos que nos faculta a possibilidade de apresentar ou expressar votos, não ficaria de todo descabido, se atendermos ao que já aconteceu em situações idênticas, apresentar um voto de louvor pelo excelente trabalho que a mesa da Assembleia Municipal, com a prestimosa ajuda da Helena, tem vindo a desenvolver. Não o vou fazer, pois acredito que os visados como bons cerveirenses e bons profissionais que o são, tudo aquilo que têm vindo a fazer, tem sido feito com o objectivo de cumprir o seu dever enquanto indigitados para o cargo que ocupam. No entanto, e enquanto deputado da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, quero expressar o meu contentamento e o meu agradecimento pela empenho e pela excelente qualidade de serviço efectuado, facto que possibilita a todos os elementos que constituem esta Assembleia Municipal, uma participação mais activa e esclarecida e de melhor qualidade.

A preocupação demonstrada na gestão do tempo e do timing ou enquadramento dos assuntos a tratar, é mais um sinal desse querer e desse bom trabalho. Por vezes divagamos sobre assuntos de interesse menor e quando chegamos ao momento de tratar dos assuntos de maior interesse da ordem de trabalhos, estamos cansados e a olhar para o relógio.

Outro assunto que me tem preocupado e para o qual ainda não tinha encontrado coragem para o abordar, é a atribuição de votos de louvor e de pesar, dado o sentimento que eles encerram. Não sou contra, de forma alguma, que os mesmos sejam atribuídos. Não concordo é com a forma como eles são apresentados a esta Assembleia! Sob pena de caírem na vulgaridade - perdendo o verdadeiro sentido de solenidade – e sob pena de estarmos a criar discriminações ao tratarmos situações idênticas de forma diferente, seria de todo o interesse que quando alguém pense em apresentar um voto de louvor ou de pesar, documente muito bem a intenção, tendo o cuidado de analisar se o motivo que o leva a tomar esse procedimento é realmente um motivo que extravase, pela positiva, o de outro qualquer cidadão normal no âmbito das suas competências ou se a acção da mesma pessoa teve impacto na vida de todo o concelho e não só no da determinada freguesia, como já tem acontecido.

Obrigado.

João Caldas/14 de Junho de 2014

2000

O Presidente,

Entre:

O Município de Vila Nova de Cerveira, representada pelo Presidente da Câmara Municipal, João Fernando Brito Nogueira.

O Concelho de Tomiño, representado pela Alcaldesa, Sandra Gonzaléz

Considerandos:

Considerando as afinidades geográficas, culturais, sociais, económicas e históricas existentes entre Concelhos de Vila Nova de Cerveira e Tomiño, reforçada em 2004 com a Ponte da Amizade – Ponte Internacional de Cerveira-Tomiño;

Considerando os laços de amizade e cooperação existentes entre as duas populações e a comprovada vontade de ambas as partes em colaborarem para o bem estar dos seus cidadãos;

Tendo em conta que a cooperação transfronteiriça é um dos meios mais eficazes com vista à aproximação das povoações fronteiriças, a supressão das dificuldades que implicam todas as fronteiras, a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural destas regiões;

Que as partes consideram o relacionamento entre os dois municípios como uma componente fundamental do processo de amizade e cooperação entre as populações e organizações dos seus concelhos;

É celebrada a presente Carta de Geminção Amizade Cerveira-Tomiño, em que o Concelho de Tomiño e o Município de Vila Nova de Cerveira afirmam o seu empenho político na sua implementação e aprofundamento, e que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA

Este acordo tem por objeto a promoção do desenvolvimento harmonioso dos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Tomiño, através do estabelecimento de uma dinâmica de concertação transfronteiriça, concretizada em encontros regulares entre o Município de Vila Nova de Cerveira e o Concelho de Tomiño, para tratar de domínios e assuntos da sua competência comum, trocar informações, coordenar iniciativas e examinar a possibilidade de solucionar problemas comuns por meio de acordos, de projetos conjuntos, de decisões tendentes a uma solução coordenada, ou de recomendações e propostas às autoridades competentes.

CLAUSULA SEGUNDA

As prioridades deste acordo são :

- Promover a cooperação institucional, económica, social, cultural e ambiental entre os dois concelhos;
- Promover a valorização do seu património natural e cultural, com especial enfoque para a área envolvente do Rio Minho;
- Potenciar a mobilidade e acessibilidade sustentáveis entre os dois concelhos;
- Promover a gestão partilhada de equipamentos e serviços públicos de ambas as entidades;
- Promover o planeamento estratégico do território e procurar fontes de financiamento para um programa de ação a definir;
- Promover a participação e a cidadania europeia;
- Definir o modelo de gestão para o futuro deste projeto, avaliando a necessidade de criar um organismo com personalidade jurídica para a implementação do programa de ação de cooperação transfronteiriça Cerveira-Tomiño.

CLAUSULA TERCEIRA

Este acordo será complementado outros projetos de colaboração que se estabeleçam nos diferentes âmbitos de atuação e que formarão parte do mesmo.

Realizado em duplicado, em Galego e Português, sendo todos os textos iguais. Este acordo será por prazo indeterminado a partir da data da sua assinatura podendo ser parcialmente modificado por acordo entre as partes ou anulado mediante notificação prévia com uma antecedência mínima de três meses. Em caso de existir execução de um programa, deve manter-se a execução do mesmo, salvo decisão em contrário por acordo entre as partes.

Assinado na Ponte da Amizade Cerveira-Tomiño-, em 11 de junho de 2014.

O Município de Vila Nova de Cerveira, João Fernando Brito Nogueira;

O Concelho de Tomiño, Sandra Gonzaléz

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Ac. Câmara

(05) MINUTA DE PROTOCOLO MUNICIPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA – TOMINHO - CARTA DA AMIZADE CERVEIRA-TOMIÑO

Foi presente uma minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Vila Nova de Cerveira e o Município de Tominho, designada por “carta da amizade”, na qual se pretende estabelecer uma gemação entre os dois concelhos.

A Câmara Municipal, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à minuta de protocolo supra referida e dela dar conhecimento à Assembleia Municipal, para ratificação.

11/junho/2014

ponto 1 – A.O.

Exma. mesa da Assembleia Municipal
Exmos. srs. Presidente da CM e vereadores
Exmos srs. deputados
e todos os presentes

ANEXO 11
Alvará de 14/06/14
M
T.

“NOVO MAPA JUDICIÁRIO” / Tribunal de Vila Nova de Cerveira

Enquanto deputados municipais, deste município fomos notificados pelo sr. Presidente desta Assembleia da Moção de Repúdio, deliberada na Assembleia Municipal das Caldas da Rainha, relativamente à Reforma Judiciária apelidada de Novo Mapa Judiciário”.

Este Assunto é manifestamente preocupante, não só para os agentes judiciários, mas e essencialmente para todos os cidadãos que recorrem à justiça.

Por isso, logo que, tal como os demais deputados, recebi tal notificação dei nota ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de que se justificava também aqui agendar uma Assembleia Extraordinária onde esse fosse o assunto a discutir e sobre o qual deveríamos tomar posição.

Dei-lhe ainda conhecimento de que no dia seguinte, a 30 de Maio de 2014 decorreria uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar na sede da Ordem dos Advogados, em Lisboa, e na qual seria discutido o impacto do “Novo Mapa Judiciário”.

Como saberão, mormente através da comunicação social a Ordem dos Advogados deliberou apresentar queixa crime contra o Governo Português, por entender que o encerramento dos Tribunais atenta contra o direito fundamental dos cidadãos de acesso à Justiça e subverte as regras e princípios do estado de Direito Democrático.

A nossa comarca não tem como previsto, ainda, o encerramento do Tribunal.

Mas sabemos que, nesta reforma, encerra o Tribunal de Paredes de Coura.

E sabemos também, que não obstante ser o Juiz colocado na comarca de Vila Nova de Cerveira, a assumir o Tribunal de Paredes de Coura (o que ocorre há muitos anos), com o encerramento deste, os seus processos serão remetidos para o Tribunal de Valença, e não para o de Vila Nova de Cerveira.

Para além disso e atenta a especialização prevista no “novo mapa judiciário” nomeadamente no que respeita a processos sobre o estado das pessoas (família e menores), serão da competência territorial da Secção de Competência Especializada de Família e Menores do Tribunal de Viana do Castelo. Esclarecendo: todos os processos de família e menores correrão em Viana do Castelo... artigo 99/1- d) da Lei nº 62/2013 (Lei da Organização do Sistema Judiciário, LOSJ e respetivo Mapa anexo).

O Sr. Delegado da OA desta Comarca, remeteu oportunamente, **ainda em sede de anteprojecto de lei, parecer à Ordem dos Advogados, no qual, e após auscultação dos profissionais desta comarca que quiseram pronunciar-se, se posicionou contra a deslocalização dos processos de família e menores, para o Tribunal de Viana do Castelo, alegando em síntese o seguinte:** “a eventual centralização de matérias ou competências específicas em Viana do Castelo, que dista a mais de 30 quilómetros do Tribunal Judicial de Vila Nova de Cerveira, merece obviamente o repúdio imediato e frontal, por parte dos advogados, bem como, certamente, de todos os agentes judiciários, munícipes, utentes e demais cidadãos, porquanto, ao invés de se descentralizar e simplificar os serviços e a organização judiciária, o que iria suceder, na realidade, seria uma acumulação de serviços no centro urbano (neste caso, na cidade de Viana do Castelo), afunilando e dificultando ainda mais, desse modo, o acesso dos cidadãos à justiça e aos Tribunais. Com efeito, caberá aqui relembrar que o distrito de Viana do Castelo possui muitas zonas rurais e economicamente desfavorecidas, para além de apresentar uma população notoriamente envelhecida, logo, em muitos casos, com graves dificuldades de deslocação das pessoas ao Tribunal, o que atenta a distância que teria de ser percorrida até Viana do Castelo, seria manifestamente agravado, com inegáveis consequências ao nível da própria realização material da

Pág. 1/2

Quon

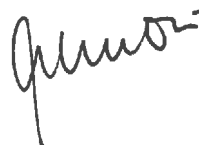
justiça (...)

Outro ponto a merecer ainda maior atenção, reside na circunstância de os meios de transporte público neste distrito serem deveras escassos e onerosos para os cidadãos, o que mais irrazoável e sem fundamento torna certamente a proposta, a este respeito, no aludido Anteprojecto.

Tem ainda de referir-se o facto de se tratar de matérias (Família e menores) que, por um lado, não têm especificidade que justifique tal esvaziamento de competências do Tribunal de Vila Nova de Cerveira, o qual, através dos seus juizes, ao longo das últimas décadas, tem demonstrado à sociedade a sua capacidade de resposta, célere e eficaz, também quanto a tais processos; e que por outro lado, implicariam a deslocação de progenitores, menores e demais familiares e testemunhas para local arredado da respectiva área de residência, muitas vezes para simplesmente ser obtido, como acontece na generalidade dos casos, ou um acordo de partes ou, então o adiamento de resolução final dos processos, com posteriores e sucessivas deslocações a Viana do Castelo, o que não faria igualmente sentido.” (...)

Devemos aqui notar que do artigo 99/1- d) da Lei nº 62/2013 (Lei da Organização do Sistema Judiciário, LOSJ) conjugado com respetivo Mapa anexo se extrai que, por factores semelhantes aos supra referidos no referido Parecer da Delegação da OA desta comarca, as comarcas de Melgaço e Monção ficaram a salvo da deslocalização dos processos de família e menores para o Tribunal de Viana do Castelo.

Assim, a bancada do Partido Socialista propõe que , enquanto representantes dos munícipes de Vila Nova de Cerveira, seja colocada à deliberação desta Assembleia Municipal a aprovação de uma Moção de Repúdio relativamente à deslocalização dos processos de família e menores para o Tribunal de Viana do Castelo, com o consequente esvaziamento de competências do Tribunal de Vila Nova de Cerveira, nestas matérias.



Anexo 12
Ata Venc 2014/06/14
ly
+
ponto 1 - A.O.

Exma. mesa da Assembleia Municipal

Exmos. srs. Presidente da CM e vereadores

Exmos srs. deputados

e todos os presentes

BALDIOS DE REBOREDA

Considerando que ocorreram na União de Freguesias de Reboreda e Nogueira, atropelos à legalidade no que a este assunto respeita, entendemos que devemos trazer ao conhecimento desta Assembleia esses acontecimentos, para que todos e cada um de nós retire as devidas ilações políticas.

Estipula o art. 1º da Lei nº 68/93, de 04 de Setembro (LEI DOS BALDIOS), no seu nº 1, que *“são baldios os terrenos possuídos e geridos por comunidades locais”*, explicitando o seu nº 2 que *“para os efeitos da presente lei, comunidade local é o universo dos compartes”* e o nº 3 que *“são compartes os moradores de uma ou mais freguesias ou parte delas que, segundo os usos e costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio”*.

Prevendo o mesmo diploma legal, por outro lado, no seu art. 3º, quanto às finalidades dos baldios, que *“os baldios constituem, em regra, logradouro comum, designadamente para efeitos de apascentação de gados, de recolha de lenhas ou de matos, de culturas e outras fruições, nomeadamente de natureza agrícola, silvícola, silvo-pastoril ou apícola”*.

Mais ali se prevendo, no art. 11º, nºs 2 e 3, que:

“2 - As comunidades locais organizam-se, para o exercício dos actos de representação, disposição, gestão e fiscalização relativos aos correspondentes baldios, através de uma assembleia de compartes, um conselho directivo e uma comissão de fiscalização.”

3 - Os membros da mesa da assembleia de compartes, bem como do conselho directivo e da comissão de fiscalização, são eleitos por períodos de dois anos, renováveis, e mantêm-se em exercício de funções enquanto não forem substituídos.”

Sendo que, no que se refere a tais eleições, rege o previsto no art. 15º, als. a) e b), normas

Pág. 1/3
Anexo

segundo as quais compete à assembleia de compartes (a qual “*é constituída por todos os compartes*” - cf. art. 14º):

“*a) Eleger a respectiva mesa;*

b) Eleger e destituir, em caso de responsabilidade apurada com todas as garantias de defesa, os membros do conselho directivo e os membros da comissão de fiscalização”.

Ora, sucede que, relativamente aos baldios da freguesia de Reboreda, por Edital do dia 16/03/2014, o presidente da mesa da respectiva assembleia de compartes, procedeu à convocatória desta mesma assembleia, com a seguinte ordem de trabalhos:

“*1º Período antes da ordem do dia e outros assuntos de interesse para os baldios e compartes*

2º Apresentação de aprovação de contas do ano 2013.” - cf. DOC. Nº 1, que se junta em anexo.

No seguimento da qual, veio a realizar-se tal assembleia de compartes, no dia 04/04/2014, tendo, inesperadamente e totalmente à revelia da respectiva ordem de trabalhos, acima descrita, essa assembleia procedido à eleição dos membros dos órgãos que compõem os baldios da freguesia de Reboreda, nos termos constantes da acta respectiva, a Acta Nº 9 da “*Assembleia de compartes dos Baldios da Freguesia de Reboreda*”.

Mais acontece que, conforme resulta da mesma acta, verifica-se terem ocorrido as seguintes irregularidades ou ilegalidades procedimentais, para além da já mencionada eleição extravasando a ordem de trabalhos da convocatória da assembleia de compartes em causa:

1)-Foram eleitos apenas 3 membros para a mesa da assembleia de compartes, sendo certo que, nos termos do previsto no art. 16º, nº 1 da mencionada LEI DOS BALDIOS, “*a mesa da assembleia de compartes é constituída por um presidente, um vice-presidente e dois secretários, eleitos pela assembleia, de entre os seus membros, pelo sistema de lista completa*”;

2)-Por outro lado, ainda, foram eleitos apenas 3 membros para a comissão de fiscalização, quando legalmente se encontra previsto que sejam “*cinco elementos, eleitos pela assembleia de compartes, de entre os seus membros, de preferência com conhecimentos de contabilidade*” - art. 24º, nº 1.

Posto o que, nos termos acima descritos, encontra-se absolutamente inquinada de ilegalidades procedimentais a eleição dos respectivos membros, quer, repete-se, quanto à ordem de trabalhos, quer ainda quanto à própria composição numérica dos referidos órgãos dos baldios da freguesia de Reboreda.

Naturalmente, a União de Freguesias de Reboreda e Nogueira participou esta situação às instâncias competentes, correndo já na procuradoria do Tribunal Administrativo de Braga.

Obviamente que esta Assembleia tem o direito de saber quem se “auto-elegeu”, numa Assembleia para a qual não estava prevista na ordem de trabalhos a “eleição de Corpos Sociais” e, daí a arguição da anulabilidade:

Assim:

Para Assembleia Geral: José alberto Soares Pontes, Liliana Leal de Castro e Calisto Brito Dias;

Para Conselho Directivo: Presidente-José Rodrigues Pereira; vogal- José Augusto Cantinho Venade; Vogal - Lourenço Caldas Martins;

Para Conselho Fiscal: Presidente- Maria de La Salete Correia Mota; Vogal Joaquim José Roleira Afonso; vogal António Esmeriz Lameira.

Não se entende qual a motivação (quiçá particular) para omitir da ordem de trabalhos este ponto, que, como sabemos, legalmente, tem obrigatoriamente de figurar na Ordem de trabalhos a eleição de corpos sociais.

Não se entende como pode o sr. José Alberto Soares Pontes intitular-se, no Edital de convocatória, Presidente da Assembleia de Compartes da União de Freguesias de Reboreda e Nogueira, já que nunca foi eleito nessa qualidade.

Não acreditamos que desconhecesse que da ordem de trabalhos, ínsita na Convocatória, tinha de constar o ponto “eleição de órgãos sociais”; primeiro: porque é básico; segundo: porque do “grupo” faz parte uma advogada, a Dra. Salete Mota;

Por fim estamos convictos que todos estes atropelos não passam de mau perder nas eleições para a Junta da União de Freguesias de Reboreda e Nogueira... mas é, apenas, a nossa convicção...

Junta

- 1 A bancada do partido Socialista, atenta a renúncia do Sr. Rui Cruz ao mandato de deputado Municipal, indica como suplente de líder da Bancada o Sr. deputado:

Manuel Soares

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

O Presidente,

Proposta:

2 Aquando da eleição dos membros desta Assembleia para a sua representação CIM, tendo em consideração o equilíbrio representativo por referência às bancadas maioritariamente eleitas, o partido socialista, indicou o Sr. Rui Cruz.

Acontece que o Sr. Rui Cruz renunciou ao mandato de deputado Municipal.

Assim, em sua substituição, o partido socialista indica o sr. Deputado:

FERNANDO VENADE (já era suplente) e como suplente
Carla Torres.

Requer a esta Assembleia a aprovação desta substituição, mantendo assim os critérios de equilíbrio representativo que presidiram à aprovação da primeira lista conjunta das Bancadas do Partido socialista de da Bancada do Movimento Pence.

3 Ponto 6 . de OA

No que se reporta ao Ponto 6 da Ordem de Trabalhos "Proposta de Constituição de Grupo de Trabalho – FGM, a bancada do Partido Socialista indica as seguintes deputadas desta Assembleia Municipal:

+ oramento participativo

1 – Cristina Isabel da Silva Cancela Gomes;

2 – Carla Isabel Martins Segadães

4

Gratuito

Priscuel - Joaquim Barroso e

Ramuel Soares.

PSD Andim

- da Presidente do A.M. / uma
a comen / uma
2.ª. / Isenção de taxas

ANEXO 14

1

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

O Presidente,

No concelho de Vila Nova de Cerveira, freguesia de Campos, Cornes e Vila Meã desenvolveram-se dois polígonos industriais nos quais se encontram instaladas diversas unidades industriais

Muito empresários portugueses e de outras nacionalidades ao longo do tempo escolheram Vila Nova de Cerveira para instalar as suas empresas.

A Camara Municipal de Vila Nova de Cerveira desde sempre, ciente da importância vital para este concelho considerado como área interior, desenvolveu uma politica de apoio às empresa e os empresários que se instalaram nos seus dois polígonos industriais,

Os apoios ao longo dos tempos foram diversos :

- Sendo polígonos públicos a CM promoveu inicialmente a venda de lotes a custos atrativos, para instalação industrial, como ocorreu no polígono 1,

- em simultâneo desenvolveu uma politica de reduções e/ou isenções fiscal ao nível do IRC, IMI, derrama,

- do mesmo modo contemplou nos seus regulamentos de taxas isenções das taxas devidas pelo licenciamento para obras, Nos termos do art. 16º nº 1 al. f) do regulamento de liquidação e cobrança de taxas no Município de Vila Nova de Cerveira.

2

Este quadro de incentivos tem atraído ao longo do tempo a instalação em ambos os polígonos industriais de grupos económicos de reputação mundial, tais como o Grupo Antolin, grupo Marfiro, o Grupo TRW, entres outras, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do concelho, criando milhares de postos de trabalho e gerando riqueza tributada em sede de IRC, IVA e Derrama.

Esta politica dirigida ao investimento industrial contribuiu assim para o desenvolvimento do concelho mas também de toda a região, o que permite constatar que o concelho de VNC apresenta no contexto Nacional uma das mais baixas taxas de desemprego a rondar os 8 %

Por outro lado o concelho de VNC surge destacado como o concelho que mais peso tem nas exportações de todo o distrito, tendo no ano de 2013 atingido a cifra de 404.750.868, pouco atras de Viana do Castelo com 600 milhões.

É pois indiscutível a importância vital em continuar a apoiar a acarinhar a empresas e os empresários instalados mas também os que queiram vir a instalar-se,

No que ás taxas de refere...

Com efeito desde sempre as empresas que tinham a sua sede no concelho de VNC e se instalavam num dos polígonos industriais beneficiavam da isenção das taxas de licença de construção, primeiro de forma automática e mais recentemente por deliberação da Camara Municipal.

Foi pois com surpresa que tomamos conhecimento de que o partido socialista na Camara Municipal de Vila Nova de Cerveira, manifestou-se em desacordo com a isenção concedida ás empresas das taxas de licença de construção, ao ponto de recentemente um pedido de isenção ter sido aprovado por maioria com a abstenção de um vereador do PS.

Mais nos surpreendeu que tal postura venha do partido que governou o município durante de 24 anos e que mais isenções concedeu.

Será que os socialistas em Vila Nova de Cerveira estão zangados com os empresários que em VNC arriscam o seu capital investindo na instalação de empresas ?

Estão zangados com as empresas que criam emprego criam riqueza e assim contribuem para o desenvolvimento do concelho.

Há que clarificar esta questão pois os empresários precisam saber com o que podem contar na hora de decidirem investir em VNC.

Se estão contra tais benefícios, só restará um caminho. Apresentar nesta Assembleia um projecto de alteração ao regulamento de taxas, propondo a revogação da isenção das licenças de construção aos empresários instalados na zona industrial. Tem de ser consequentes.

Nesta matéria não se pode ficar pela meias tintas, ou são a favor ou são contra.

Definam-se.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

C. Presidente,

Ex. mos Sr.^{as} e Sr.s Vereadores

Ex. mos Sr.^{as} e Sr.s Deputados da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta

Ex.mº Público

Assunto: Proteção Civil - período crítico de incêndios florestais

Tendo em conta que apenas faltam três semanas para a fase mais crítica de incêndios começar (conhecida por fase Charlie), que levou a um crescimento de combustíveis, aliado às temperaturas que se avizinham e que podem causar grandes dificuldades aos bombeiros nos próximos dias;

A Organização Meteorológica Mundial, que prevê que os próximos meses apresentem temperaturas mais elevadas do que as registadas no ano anterior;

Segundo declarações públicas, do Presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, Jaime Marta Soares, que admite que os bombeiros estão “preocupados”, uma vez que este ano há muito combustível, o que ajuda a propagação de incêndios;

E uma vez que os incêndios de Verão, geralmente apagam-se no Inverno com medidas de prevenção;

A bancada do Partido Socialista, muito preocupada com estas situações, questiona o executivo relativamente ao seguinte:

1. O que faz a **máquina de rastos do Município** estacionada nas proximidades do Convento de S.Paio? Atento o facto que a mesma se encontra parada há vários meses, quando esta deveria estar a fazer melhorias dos caminhos florestais e corta- fogos de modo a viabilizar a atuação dos bombeiros na situação de urgência consequente de incêndios.
2. Ainda dentro deste assunto, pergunta-se o que é feito da **Equipa Municipal de Intervenção Florestal**, a qual foi constituída ao abrigo de um programa de apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional e do Município, que permitiu a integração de quatro jovens, que receberam formação para a defesa da floresta e

**EQUIPA DE SAPADORES A LIMPAR OS TALUDES
DA ROTUNDA DA NACIONAL 13 (ACESSO À PONTE)**

3



05/05/2014

**EQUIPA DE SAPADORES A LIMPAR OS TALUDES
DA ROTUNDA DA NACIONAL 13 (ACESSO À PONTE)**



63

EQUIPA DAS ESTRADAS DE PORTUGAL A LIMPAR OS TALUDES A SEGUIR À ROTUNDA DA NACIONAL 13 (ACESSO À PONTE)





MÁQUINA DE RASTOS DO MUNICÍPIO PARADA

Nesta foto vemos que a máquina está tombada, provavelmente vandalizada. Junto ao Convento de S. Paio.



Nesta foto a máquina continua parada junto ao Convento de S. Paio.



ASSEMBLEIA

MUNICIPAL

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

DO em 14

/ 06 / 2014

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

O Presidente,

Ex. mos Sr.ªs e Sr.s Vereadores

Ex. mos Sr.ªs e Sr.s Deputados da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta

Ex.mº Público

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assunto: Questão de âmbito ambiental

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

O Presidente,

Relativamente a este assunto, apenas gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me esclarecesse o seguinte:

Tendo sido visto no passado dia 1 de junho do corrente ano, um trator do Município, acoplado com uma cisterna e virado para o regato, nas imediações do INATEL de Vila Nova de Cerveira e parecendo o mesmo estar "abandonado" no local, pergunta-se o seguinte:

1. Se o trator com a cisterna estava avariado!
2. Se estava a fazer descargas de efluentes tendo em conta o cheiro que pairava na zona!
3. Ou se haveria outro motivo!

Nota: para o efeito anexo foto sobre este tema

Vila Nova de Cerveira, 14 de junho de 2014

O Deputado Municipal



Manuel de Araújo Soares



TRACTOR DO MUNICÍPIO COM CISTERNA VIRADA PARA O REGATO NA FREGUESIA DE LOVELHE



01/06/2014

Na Assembleia Municipal do dia 25-04-2014 a Deputada Anabela Quintas teceu alguns reparos sobre o funcionamento da Comissão Alargada da CPCJ, uma vez que as representantes indicadas pelo Partido Socialista e eleitas nesta Assembleia, foram convocadas para uma reunião da Comissão Alargada com menos de 24 horas de antecedência, o que impossibilitou a comparência das representantes. Nessa Assembleia eu concordei com a Deputada Anabela Quintas, pois também fui convocada com a mesma antecedência e mostrei o meu desagrado.

Entretanto, no dia 29-04-2014 foi enviada a calendarização das reuniões a todos os representantes da Comissão Alargada da CPCJ e no dia 15-05-2014 foi enviada a convocatória para a reunião da respetiva comissão realizada no dia 30-05-2014. Desta vez, a antecedência da convocatória não serve de desculpa para a não comparência das representantes indicadas pelo Partido Socialista e eleitas nesta Assembleia. Também importa referir que quando não for possível a sua comparência seria sempre de bom grado comunicar à CPCJ.

Sabendo que o horário das reuniões não é o mais indicado para a comparência dos representantes, uma vez que normalmente as reuniões são realizadas às 9h30, também não pode servir de desculpa, pois como a Deputada Anabela Quintas sabe muito bem, sempre funcionaram assim. Quando indicaram as representantes, além de averiguar o perfil também deveriam ter explicado às pessoas em causa o funcionamento destas reuniões, para saber se as pessoas tinham a disponibilidade necessária.

Para terminar, refiro que nesta reunião compareceram 6 dos 16 elementos da CPCJ Alargada. Foram criados grupos de trabalho, mas como podem verificar é difícil trabalhar com tão poucos elementos. A função a CPCJ Alargada é de fazer prevenção, e a função da CPCJ Restrita é de trabalhar com as crianças e jovens que já estejam em situação de risco ou perigo. Se a CPCJ Alargada trabalhar corretamente de certeza que o número de casos diminui, ou pelo menos não aumenta, pois atualmente existem 43 crianças/jovens a ser acompanhados pela CPCJ Restrita de V.N. de Cerveira.

Campos, 14 de junho de 2014

Cristina Martins do Movimento Independente Pensar Cerveira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

Como representante eleita por esta Assembleia para integrar a Assembleia Intermunicipal da Associação Intermunicipal da CIM do Alto Minho gostava de fazer uma breve intervenção sobre o ponto da situação das reuniões decorridas.

A 1ª Reunião da Assembleia Intermunicipal decorreu do dia 13 de dezembro de 2013 em Ponte do Lima, onde realizou-se a Instalação da Nova Assembleia Intermunicipal. Também foi realizada a Eleição da Mesa, tendo sido eleito como Presidente o Sr. Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, como Vice-Presidente a Sra. Ana Maria Ribeiro Novo e como Secretário, o Sr. Abel Nuno Lopes.

A 2ª Reunião da Assembleia Intermunicipal decorreu no dia 27 de dezembro de 2013, em Ponte de Lima. Nesta reunião foi apresentada uma proposta da parte da bancada do Partido Socialista a manifestar-se contra o encerramento dos Estaleiros Navais de Vina do Castelo. Essa proposta foi aprovada por maioria.

O Presidente do Conselho Intermunicipal, Sr. José Maria Costa no ponto de Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal referiu as principais atividades desenvolvidas pela CIM Alto Minho no último trimestre. Comunicou a articulação e reuniões com algumas instituições, e mesmo do próprio Conselho Intermunicipal, para definição e desenvolvimento dos grandes objetivos do Alto Minho 2020, colocando em contato os novos autarcas com alguns programas e processos em curso relativamente a alguns instrumentos financeiros ainda em curso neste Quadro Comunitário.

Nesta reunião também foi apresentado e eleito por maioria o Secretário Executivo Intermunicipal, o Sr. Eng.º Júlio Pedro Garcês dos Santos Pereira, que já vem cumprindo essas funções desde setembro de 2011.

Por último, no ponto da Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, foi referido que a aposta principal para 2014, será a promoção do trabalho em rede com os principais atores públicos, privados e associativos do Alto Minho, na montagem técnica, financeira e institucional das iniciativas âncora do plano global de ação "Alto Minho 2020" na busca das melhores soluções para assegurar o respetivo financiamento. Quanto ao orçamento, o Presidente do Conselho Intermunicipal referiu estar muito constrangido no que se refere aos financiamentos dos fundos comunitários, aguardando que sejam aprovados, em breve novas ações, para as quais a CIM tem reunido com organismos nacionais e europeus.

A 3ª e última Reunião da Assembleia Intermunicipal decorreu no dia 28 de abril de 2014, em Arcos de Valdevez. Nesta reunião foram apresentadas várias moções: duas sobre o encerramento de especialidades médicas hospitalares – ULSAM, outra sobre

os investimentos que o Alto Minho, o Norte e o País precisam, outra sobre o encerramento do Tribunal Judicial de Paredes de Coura, e duas sobre o 25 de abril. Todas as moções foram aprovadas.

Nesta reunião foi apreciado e votado o relatório de contas referente ao ano de 2013. No final do ano de 2013, o ativo líquido da Comunidade intermunicipal do Minho Lima era de 1.471.495,44€ (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e quarenta e quatro centimos), os Fundos Próprios totalizavam 850.896,33€ (oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e noventa e seis euros e trinta e três centimos) e o total do Passivo era de 620.599,11€ (seiscentos e vinte mil, quinhentos e noventa e nove euros e onze centimos).

O resultado do exercício foi positivo no valor de 214.141,16€ (duzentos e catorze mil, cento e quarenta e um euros e dezasseis centimos), propondo-se a sua aplicação em reservas legais no montante de 5% e incorporação em património dos restantes 95%. O relatório foi aprovado por maioria.

Nesta reunião também foram aprovados: a Alteração de Estatutos, a contratação de Revisor Oficial de Contas, a Alteração ao Orçamento e o novo Regimento da Assembleia Intermunicipal.

Campos, 14 de junho de 2014

Cristina Martins do Movimento Independente Pensar Cerveira

**Intervenção referente às propostas da mesa da Assembleia Municipal para o
melhorar a qualidade do trabalho realizado pela Assembleia Municipal**

Exma. Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e senhores deputados, estimado público.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Partido Socialista encontra-se em pleno acordo na preocupação constante na melhoria da qualidade do trabalho realizado por esta assembleia e pelo contributo de todos os seus membros para um progresso constante da política local. No entanto, referente aos dois primeiros pontos observados, a bancada do Partido Socialista pauta-se pelo esforço reiterado do cumprimento do regimento, colaborando desde o primeiro momento para o melhor funcionamento desta assembleia. Refiro-me ao cumprimento dos tempos de intervenção (artigo 35º), assim como ao cumprimento da estrutura e das ordens de intervenção consagradas no artigo 34º do regimento, contribuindo assim para o regular funcionamento da Assembleia Municipal de forma clara e ordeira.

Não nos revemos já nas propostas constantes no ponto 3, dado que ambas as bancadas se têm associado aos diversos votos apresentados, quando assim o entendem, sem que o mesmo implique uma dupla exposição oral referente ao mesmo tema, e que provocariam um uso desnecessário do tempo. Entendemos ainda que as ideias próprias de cada bancada devem prevalecer para o enriquecimento do contributo político deste órgão e dos seus membros.

Quanto ao ponto 4, defendemos que o ato de inscrição para a intervenção do público deve ser feito no período de duração da Assembleia até ao momento das intervenções do mesmo, e desde que as mesmas se pautem pelo cumprimento do regimento.

Insegurança no Município

Exma. Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e senhores deputados, estimado público.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Partido Socialista expressa novamente a preocupação com a segurança no concelho. Embora se tenha denotado um patrulhamento mais visível, continuam os furtos ao património de Vila Nova de Cerveira. Nomeadamente de peças religiosas, como os sinos das capelas da vila, as grades de sargeta ou as próprias viaturas dos CTT.

Manifestamos ainda a nossa preocupação com o facto de ser habitual as portas do castelo estarem abertas durante o período noturno, e, cujo valioso património gostaríamos de ver melhor protegido e resguardado de qualquer eventualidade.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

O Presidente,

Boa tarde a todos. Caro Presidente da Câmara e Vereadores. Presidente, Secretária e restantes membros da Assembleia Municipal. Estimado Público (e Comunicação Social?).

A minha intervenção centar-se no

~~Venho falar-vos um pouco do~~ Seminário Internacional sobre a “Democratização da Náutica: Dinâmicas Regionais e Internacionais 2014-2020” ocorrido no passado dia 29 de maio no Centro de Remo de Viana do Castelo, que como representante desta Assembleia neste evento tive o prazer de frequentar.

Resumindo, está então a tentar-se implementar um método semelhante ao iniciado em Finisterra (França) há 50 anos atrás, havendo uma cooperação entre políticos, escolas e professores de educação física.

Numa primeira fase, toda e qualquer criança em tenra idade teria o direito a ter aulas de natação, tendo que efectuar testes e exame final que provariam que realmente aprenderam a nadar. Saber nadar seria um direito e algo acessível e obrigatório para todos.

Posteriormente e com a certeza que estas crianças sabem nadar, já no 2.º ciclo, teriam direito a ter nas aulas de educação física, aulas de desportos náuticos, como por exemplo: remo, vela, canoagem e surf.

Em zonas de rio e mar, como a nossa e dos restantes concelhos do nosso distrito, esta iniciativa iria fomentar e melhorar vários aspectos: não só a segurança, saúde e bem-estar das próprias crianças, como também aspectos de índole financeira e turística, podendo movimentar a economia da zona com a realização de actividades como a competição entre turmas e escolas dos vários concelhos, ou até mesmo a nível nacional, através do Desporto Escolar.

No concelho de Viana do Castelo e com a cooperação da própria Câmara Municipal foram já criados quatro Centros para estes desportos: o de Remo, Vela, Canoagem e Surf. Vários alunos tiveram já acesso à aprendizagem destes desportos náuticos. *nas aulas de educação física.*

Como nadadora de alta competição que fui, confesso que este assunto tem um sabor especial. Eu fui campeã nacional, fui inclusivamente representar Portugal além-fronteiras, levando o nome de Vila Nova de Cerveira comigo e no entanto, porque certamente não era futebol que praticava, nunca me foi dado o devido mérito, nem aos restantes nadadores que treinavam comigo. Um dos motivos que me levou a desistir foi precisamente a falta de apoio que nos era dado, ao Clube de Natação da Associação Desportiva e Cultural da Juventude de Cerveira, por comparação ao apoio dado ao ~~futebol por exemplo, a outros desportos~~ *desportos, não se faz ao futebol nem a outros.*

Espero que esta iniciativa vá para a frente e que a Câmara Municipal, dentro do seu possível e no devido tempo, possa apoiar esta causa, Obrigada.

segundo o exemplo do concelho de Viana do Castelo.

AMVNC

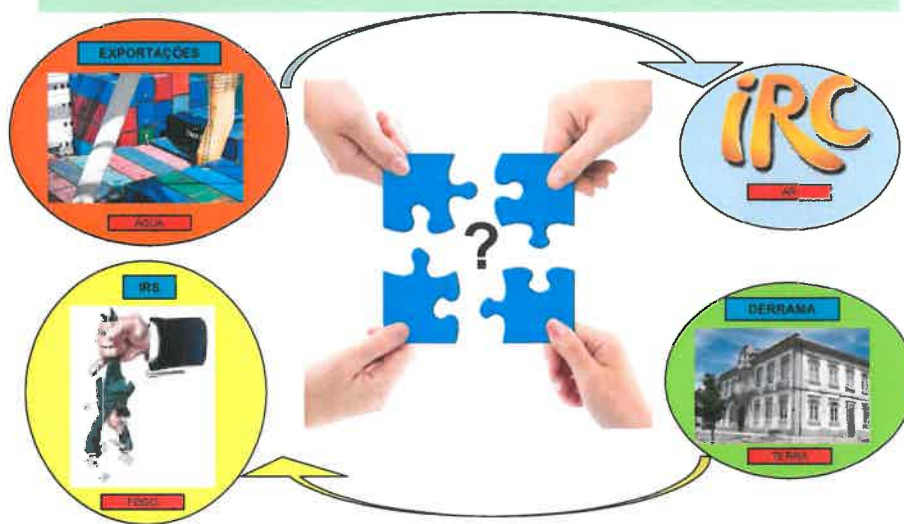
Exportações

IRC . DERRAMA . IRS



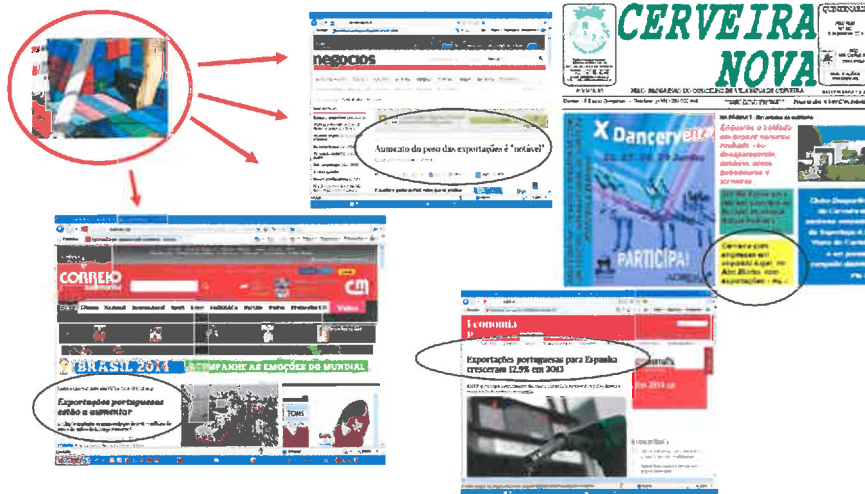
Uma análise ao município
de Vila Nova de Cerveira
(Campos 2014/06/14)

A problemática ... interação de 4 elementos:



exportações . irc . derrama . irs

As Exportações...



exportações . irc . derrama . irs

3

Um caso de sucesso...impressionante?



exportações . irc . derrama . irs

4

Será que vamos no **rumo certo** ?



exportações . irc . derrama . irs

5

Combustíveis explicam dois terços do aumento das exportações em 2013

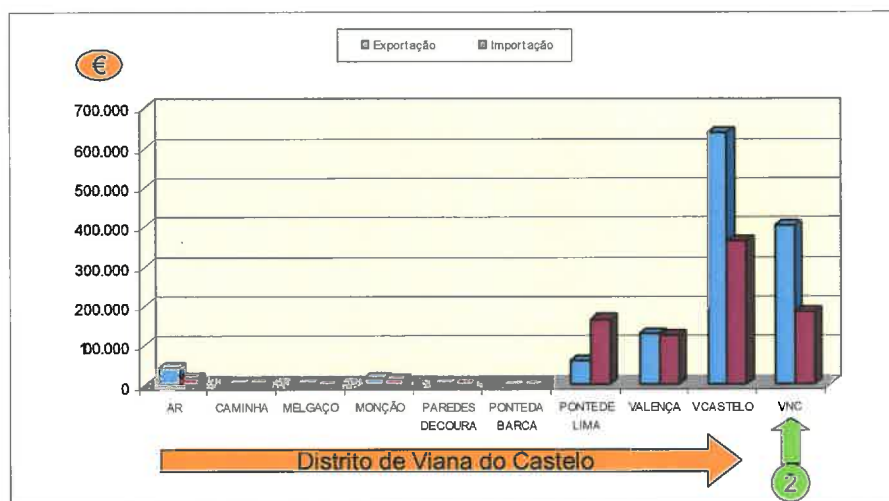


exportações . irc . derrama . irs

6

Dados estatísticos

Valor das Exportações e Importações em 2013

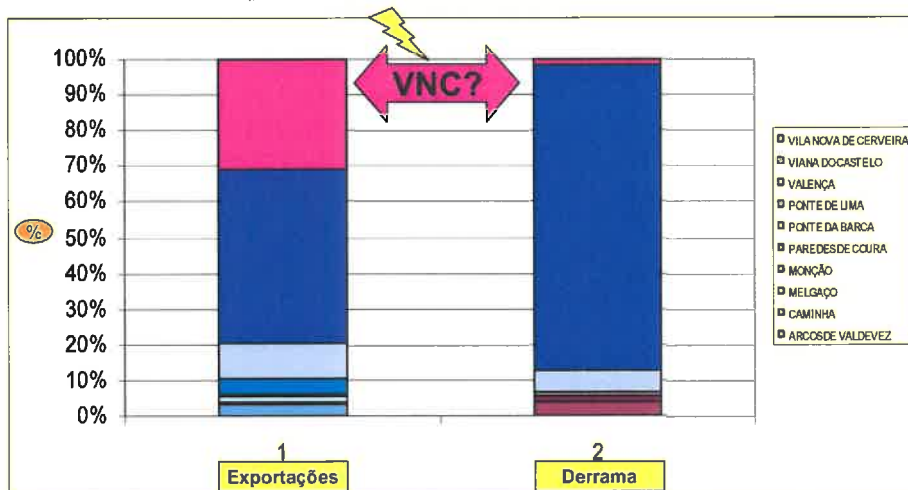


exportações . irc . derrama . irs

7

Dados estatísticos

Peso das Exportações (1) e Derrama (2) em 2013



exportações . irc . derrama . irs

8

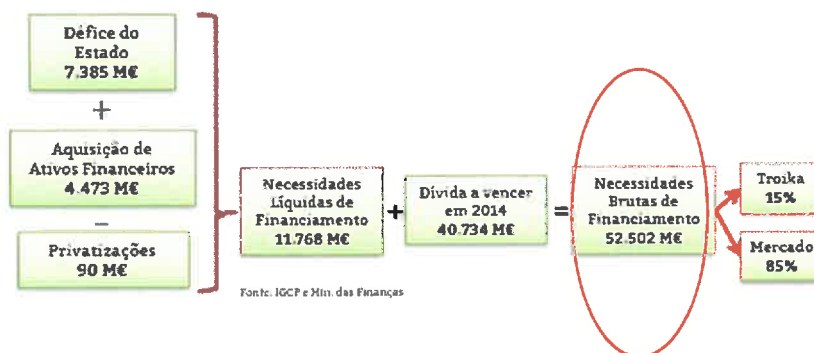
Dados estatísticos da Galáxia Fiscal

exportações · irc · derrama · irs

9

Dados estatísticos

Quanto **dinheiro** o **estado** precisa em 2014?

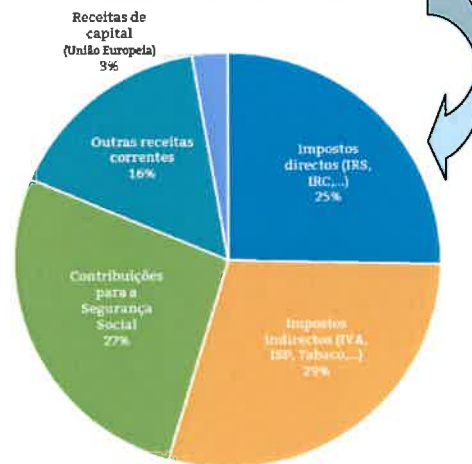


exportações · irc · derrama · irs

10

Dados estatísticos

De onde vem a **receita do estado**?



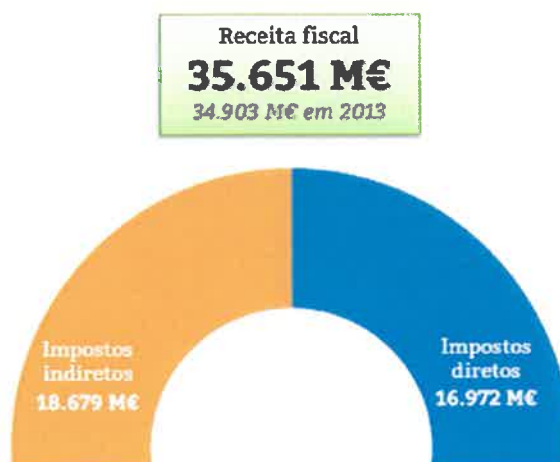
Receita por fonte

exportações . irc . derrama . irs

11

Dados estatísticos

Receita estimada e impostos 2014

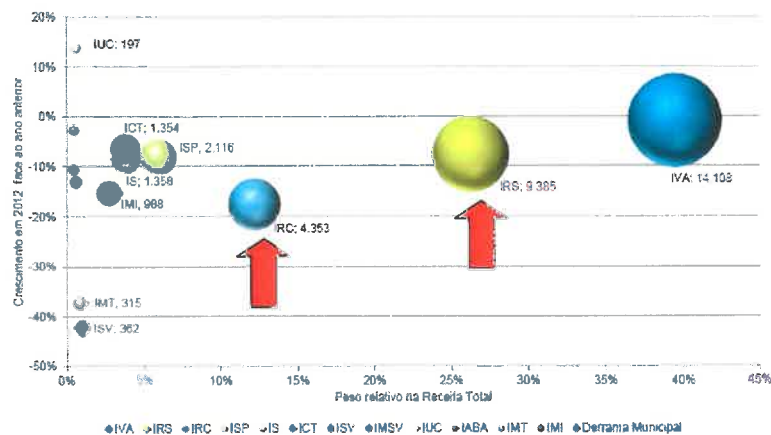


exportações . irc . derrama . irs

12

Dados estatísticos 2012

Principais impostos na receita fiscal



exportações . irc . derrama . irs

13

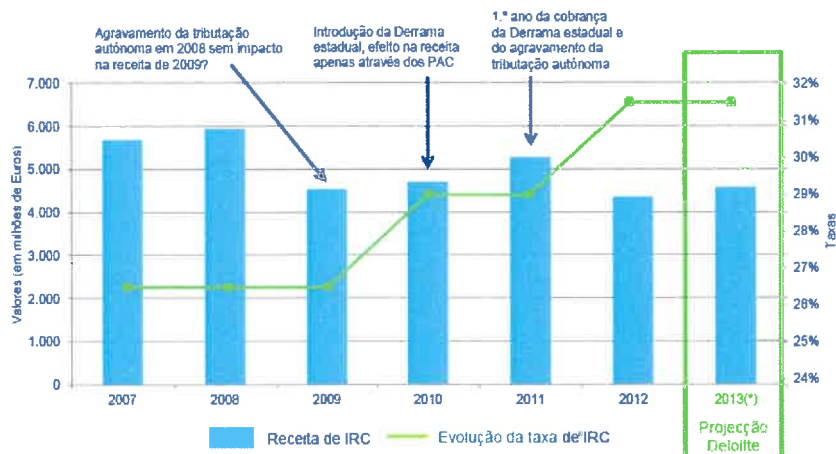
O que estão a pagar as
Empresas?

exportações . irc . derrama . irs

14

Dados estatísticos

Evolução da receita de **IRC** (2007-2013):

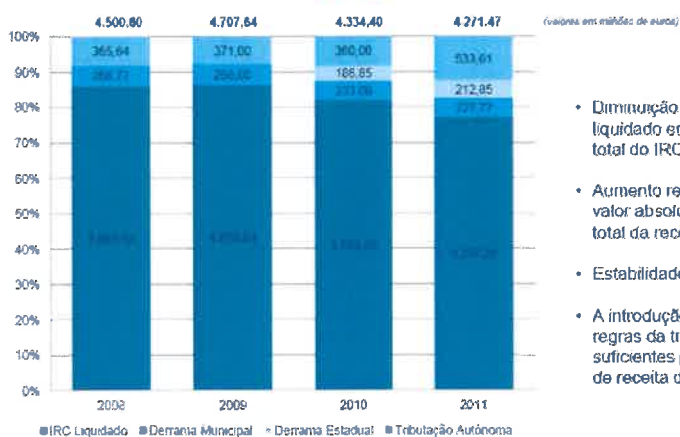


exportações . irc . derrama . irs

15

Dados estatísticos

Composição do **IRC**:



- Diminuição da importância do IRC liquidado em valor e em percentagem do total do IRC pago pelas empresas.
- Aumento relevante do peso relativo e do valor absoluto da tributação autónoma no total da receita.
- Estabilidade da derrama municipal
- A introdução da derrama estadual e novas regras da tributação autónoma não foram suficientes para compensar a perda total de receita de IRC.

Fonte: Análise Deloitte suportada em dados estatísticos do Portal das Finanças. IRC Liquidado, Derramas e Tributação Autónoma referem-se aos exercícios económicos de 2008 a 2011 desconsiderando portanto efeitos do PC, PAC e PEC, liquidações adicionais, entre outros.

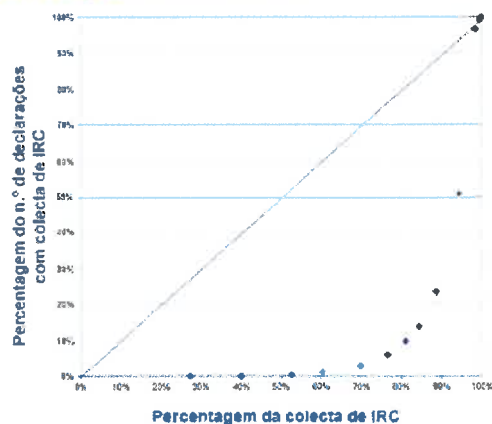
exportações . irc . derrama . irs

16

Dados estatísticos 2010

Quem paga **IRC** ?

Distribuição da colecta de IRC



Fonte: Suportado em dados estatísticos do Portal das Finanças (2010).

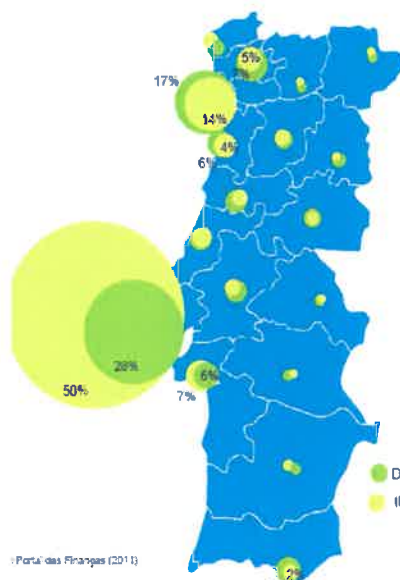
- Tipicamente, a colecta de IRC é suportada por um reduzido número de contribuintes
- Em 2010, 9,7% das declarações com colecta de IRC são responsáveis pelo pagamento de 81,7% da colecta do IRC
- 0,6% (1325 empresas) dos contribuintes suportaram 53% da colecta de IRC de 2010
- 71% (279.026) empresas não pagaram IRC (pagaram apenas derrama e tributações autónomas ou não pagaram de todo)

exportações . irc . derrama . irs

17

Distribuição Geográfica:

O **IRC** é um imposto “urbano”



● Declarações entregues (% do total)
● IRC liquidado (% do total)

Portal das Finanças (2011)

exportações . irc . derrama . irs

18

O que estão a pagar as Empresas da ZIC?

exportações . irc . derrama . irs

19

Dados estatísticos

Distrito e Vila Nova de **Cerveira**



exportações . irc . derrama . irs

20

Dados estatísticos

Taxa (Derrama) de 2011 a 2013



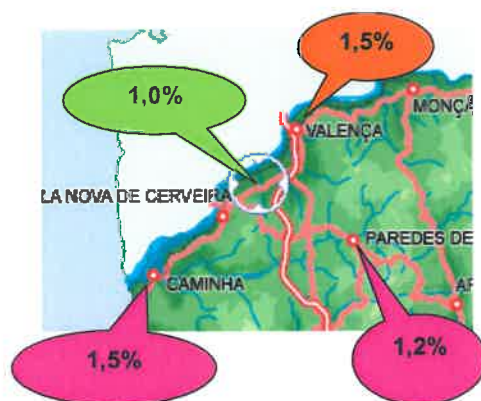
	2014			2013			2012		
	Volume de Negócios de 2013			Volume de Negócios de 2012			Volume de Negócios de 2011		
	> 150 mil €	< 150 mil €	Isenção	> 150 mil €	< 150 mil €	Isenção	> 150 mil €	< 150 mil €	Isenção
ARCOS DE VALDEVEZ									
CAMINHA				1,5%			1,5%		
MELGAÇO									
MONÇÃO									
PAREDES DE COURA	1,0%		150.000	1,2%	1,0%		1,2%	1,0%	
PONTE DA BARCA	1,5%	0,5%	30.000	1,5%	0,5%	< 30.000	1,5%	0,5%	
PONTE DE LIMA									
VALENÇA	1,5%	0,5%		1,5%	0,5%		1,5%	0,5%	
VIANA DO CASTELO	1,5%			1,5%			1,5%		
VILA NOVA CERVEIRA	1,5%	0,8%	< 75.000	1,0%	0,8%	< 50.000	1,2%	1,0%	não

exportações . irc . derrama . irs

21

Dados estatísticos

Taxa normal da Derrama 2013

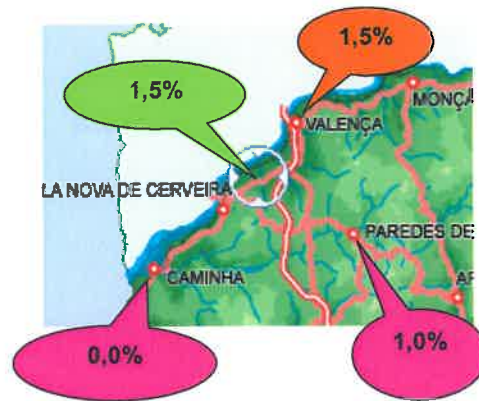


exportações . irc . derrama . irs

22

Dados estatísticos

Taxa normal da Derrama 2014



exportações . irc . derrama . irs

23

Dados estatísticos

Evolução da Derrama 2008-2014 (VNC)

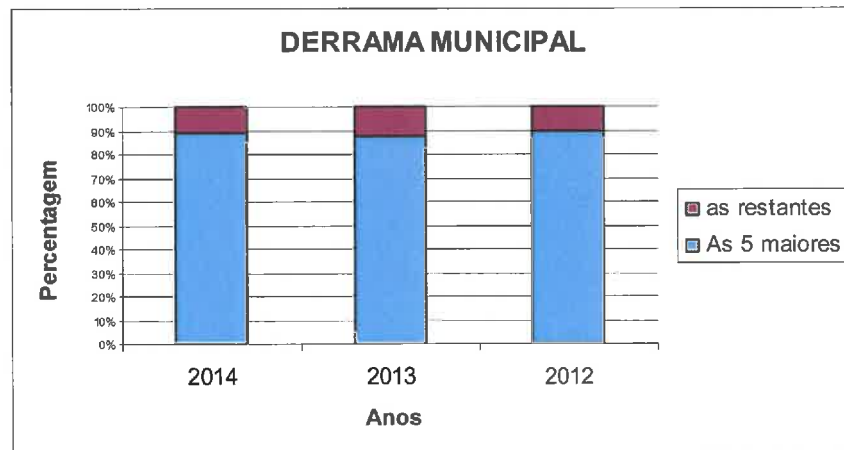
DERRAMA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Valor Orçamento	319.846 €	237.256 €	163.851 €	186.851 €	223.624 €	271.000 €	168.026 €
Receita Efectiva	140.725 €	245.070 €	129.429 €	257.863 €	285.777 €	63.511 €	?
% execução	44%	103%	79%	138%	128%	23%	90 a 110%

exportações . irc . derrama . irs

24

Dados estatísticos

Estrutura da Derrama (VNC) – empresas que pagam



exportações . irc . derrama . irs

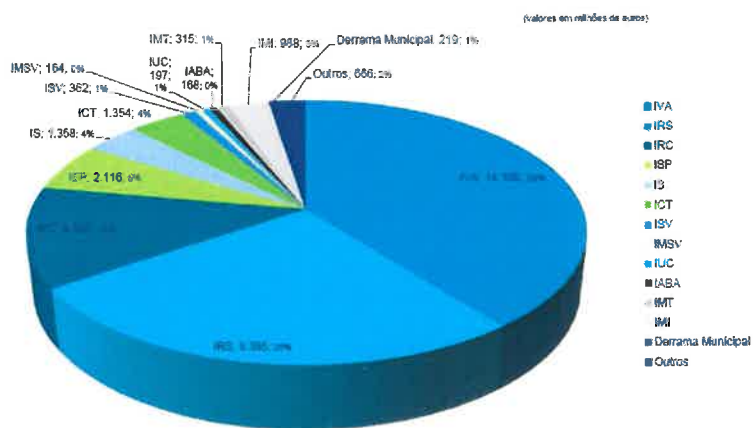
25

O que estão a pagar os
Portugueses?

exportações . irc . derrama . irs

26

IVA e IRS totalizam 65% da receita fiscal



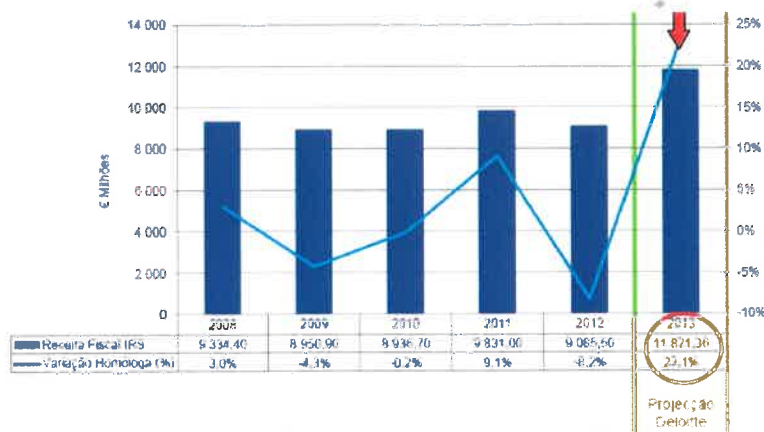
Fonte: Síntese da Execução Orçamentária de Janeiro a Dezembro de 2012 (Saldo Global das Administrações Públicas); Dados de Janeiro de 2013, Ministério das Finanças. Direção-Geral do Orçamento.

exportações , irc , derrama , irs

27

Dados estatísticos

Evolução da receita IRS (2008-2013)



Fonte: Análise Detalhe elaborada com base em dados da Direcção-Geral do Orçamento, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

exportações . irc . derrama . irs

28

Dados estatísticos

Evolução da receita IRS

exportações . irc . derrama . irs

29

Dados estatísticos 2010

Quem paga IRS?

Receita IRS por categoria de rendimentos

(valores em milhões de euros)

Categoria de rendimento	Valor bruto de rendimento	IRS Liquidado	Peso no IRS (%)
Categoria A – Rendimento do trabalho dependente	57.960	5.624	62,93%
Categoria H – Pensões	19.847	1.956	21,89%
Categoria B – Rendimentos profissionais e empresariais	5.635	555	6,21%
Categoria F – Rendimentos prediais	2.967	282	3,27%
Categoria G – Incrementos patrimoniais	678	67	0,75%
Categoria E – Rendimentos de capitais	2252,5	443	4,95%
Total	88.440	8.937	

Fonte: Notas prévias de apresentação e enquadramento: IRS, 2008-2016, Portal das Finanças
Conta Geral do Estado 2010, IGA 1

84,82%

Dados estatísticos 2010

Quem paga IRS (escalões)?

Rendimento colectável (anual)	Número de famílias*	%	Colecta (líquida)	Coleta (média)	%
1-10 000€	3 034 586	65,6%	338 M€	111 €	4,0%
10 001-20 000€	843 586	18,2%	1 022 M€	1 211 €	12,1%
20 001-30 000€	328 489	7,1%	1 184 M€	3 605 €	14,0%
30 001-40 000€	169 630	3,6%	1 038 M€	6 155 €	12,3%
40 001-50 000€	91 345	2,0%	845 M€	9 253 €	10,0%
50 001-60 000€	55 386	1,2%	704 M€	12 713 €	8,3%
60 001-70 000€	32 847	0,7%	533 M€	16 213 €	6,3%
70 001-80 000€	19 967	0,4%	404 M€	20 226 €	4,8%
80 001-90 000€	13 319	0,3%	313 M€	23 489 €	3,7%
90 001-100 000€	9 142	0,2%	252 M€	27 519 €	3,0%
100 001-150 000€	18 987	0,4%	703 M€	37 035 €	8,3%
150 001-250 000€	6 275	0,1%	412 M€	65 699 €	4,9%
Mais de 250 000€	2 343	0,1%	713 M€	304 118 €	8,4%

Fonte: Ministério das Finanças/DGO e AT

exportações . irc . derrama . irs

Representam cerca de 50%



31

Quanto estão a pagar os Cerveirenses?

exportações . irc . derrama . irs

32

Dados estatísticos

Valor das Exportações e Derrama em 2013

Município	Exportação	%	Derrama	%
ARCOS VALDEVEZ	42.151.981 €	3%	0,00 €	0%
CAMINHA	6.190.067 €	0%	134.115 €	4%
MELGAÇO	3.475.250 €	0%	0,00 €	0%
MONÇÃO	19.319.966 €	1%	0,00 €	0%
PAREDES COURA	6.785.630 €	1%	43.646 €	1%
PONTE BARCA	1.287.149 €	0%	50.799 €	2%
PONTE LIMA	62.230.943 €	5%	0,00 €	0%
VALENÇA	127.658.386 €	10%	186.294 €	6%
VIANA CASTELO	640.217.063 €	49%	2.850.664 €	86%
VN CERVEIRA	404.750.868 €	31%	63.511 €	2%
TOTAL (distrito)	1.314.067.303 €	100%	3.329.029 €	100%
Porto			16.654.349 €	
Lisboa			55.173.667 €	

exportações . irc . derrama . irs

33

Dados estatísticos

Valor do IRS e IRC em 2013

IRC ≈ 2.135.000,00 €
(empresas de VNC)

Municípios	IRS LIQUIDADO EM 2013		
	Valor	Peso %	5%
ARCOS DE VALDEVEZ	7.122.480,00 €	6,82	356.124,00 €
CAMINHA	10.024.000,00 €	9,59	501.200,00 €
MELGAÇO	2.652.360,00 €	2,54	132.618,00 €
MONÇÃO	6.350.240,00 €	6,08	317.512,00 €
PAREDES DE COURA	2.356.480,00 €	2,26	117.824,00 €
PONTE DA BARCA	3.678.480,00 €	3,52	183.924,00 €
PONTE DE LIMA	11.479.500,00 €	10,99	573.975,00 €
VALENÇA	4.861.580,00 €	4,65	243.079,00 €
VIANA DO CASTELO	52.170.500,00 €	49,93	2.608.525,00 €
VILA NOVA DE CERVEIRA	3.801.680,00 €	3,64	190.084,00 €
<i>Viana do Castelo (distrito)</i>	104.497.300,00 €	100,00	5.224.865,00 €

exportações . irc . derrama . irs

34

Dados estatísticos

Distribuição do IRS municipal em 2013

Municípios	DISTRIBUIÇÃO			
	5%	% Autarquia	Autarquia	Cidadãos
ARCOS DE VALDEVEZ	356.124,00 €	5	356.124,00 €	0,00 €
CAMINHA	501.200,00 €	3	300.720,00 €	200.480,00 €
MELGAÇO	132.618,00 €	5	132.618,00 €	0,00 €
MONÇÃO	317.512,00 €	5	317.512,00 €	0,00 €
PAREDES DE COURA	117.824,00 €	3	70.694,40 €	47.129,60 €
PONTE DA BARCA	183.924,00 €	5	183.924,00 €	0,00 €
PONTE DE LIMA	573.975,00 €	0	0,00 €	573.975,00 €
VALENÇA	243.079,00 €	5	243.079,00 €	0,00 €
VIANA DO CASTELO	2.608.525,00 €	5	2.608.525,00 €	0,00 €
VILA NOVA DE CERVEIRA	190.084,00 €	3	114.050,40 €	76.033,60 €

exportações . irc . derrama . irs

35

Conclusões



exportações . irc . derrama . irs

36

CONCLUSÕES

- (i) As **exportações** são significativas na economia municipal
- (ii) O **peso** das **exportações** não tem reflexo na **derrama municipal**
- (iii) Poucos pagam **derrama**
- (iv) O valor do **IRC** tem vindo a diminuir ao contrário do **IRS**
- (v) Os rendimentos de **trabalho** e **pensões** suportam o **IRS**
- (vi) Com a devolução aos cidadãos da % IRS a **autarquia** tem compensado os Cerveirenses do "enorme" aumento do **IRS**...

Com a diminuição de 1 milhão/euros de transferência do OE nos últimos 4 anos e a quebra na derrama, a gestão da CMVNC tem de ser bem pensada.

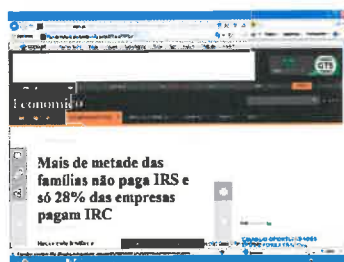


exportações . irc . derrama . irs

VNETS

37

O FUTURO...



Comissão reforma IRS
Comissão reforma fiscal verde
Comissão natalidade...



exportações . irc . derrama . irs

38



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ac. Câmara

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

O Presidente,

(06) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO “REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO – IDADE +” – VERSÃO FINAL

Após a fase de discussão pública, foi presente para aprovação final a proposta de alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso – Idade +, com algumas alterações sugeridas pelos serviços.

A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração do regulamento em causa com as alterações sugeridas pelos respectivos serviços e remetê-la para aprovação da Assembleia Municipal.

28/mayo/2014



Município de Vila Nova de Cerveira

CÂMARA MUNICIPAL

DAFI

- INFORMAÇÃO -

Assunto: ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO
– “IDADE +”

Decorrido o prazo de 30 dias, para discussão pública do Inquérito Público da Alteração do regulamento do cartão municipal do idoso – “Idade +”, previsto no art.º 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, informo que nesta Divisão de Administração geral não foi apresentada, qualquer reclamação ou sugestão, pelos munícipes, no entanto foram apresentadas sugestões de alterações por parte dos serviços da Câmara Municipal.

Vila Nova de Cerveira, 09 de maio de 2014.

A Coordenadora Técnica,



Município de Vila Nova de Cerveira

Câmara Municipal

Praça do Município, 4920-284 Vila Nova de Cerveira Telefone: 251 708 020

Regulamento do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”

Preâmbulo

O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” é um documento emanado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, com o objectivo de proporcionar ao idoso vantagens na utilização de bens e serviços públicos e privados existentes no concelho. O presente Regulamento garante benefícios económicos e contribui para o desenvolvimento e incentivo de actividades da autarquia que visam o bem-estar da pessoa idosa e uma melhoria significativa das suas condições de vida.

Ao longo do processo de envelhecimento, as capacidades de adaptação do ser humano vão diminuindo, tornando-o cada vez mais sensível ao meio ambiente e dependente da comunidade. O período da velhice tem que ser encarado de uma forma positiva, como uma oportunidade para desenvolver novas actividades e/ou outras que, durante o exercício da sua actividade profissional, não foi possível realizar. Mas, aqui surgem problemas relacionados com a situação económica, devido às baixas reformas que geralmente são atribuídas.

Posto isto, há a necessidade de criar apoios à população mais desprotegida contribuindo para a dignificação dos nossos idosos. Os idosos representam um sector etário da população que se encontra mais fragilizada, sobretudo pelos baixos recursos económicos, preocupando o município de Vila Nova de Cerveira.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira aprova o presente projecto de regulamento ao abrigo do dispositivo no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar) e do artigo 53.º, n.º 2, al. A) e 64.º, n.º 4, al. C) ambos da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 1.º

Disposições gerais

1 – Pelo presente Regulamento é criado o Cartão Municipal do Idoso “Idade +”, dirigido a munícipes residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, que se encontrem em situação de comprovada carência sócio – económica.

2 – Os portadores do cartão podem beneficiar de apoio nas seguintes áreas de intervenção:

- a) Social;
- b) Cultural;
- c) Saúde.



Município de Vila Nova de Cerveira

Câmara Municipal

Praça do Município, 4920-284 Vila Nova de Cerveira Telefone: 251 708 020

3 – Este Regulamento define as regras, os princípios e os procedimentos a que devem obedecer os candidatos ao Cartão Municipal do Idoso “Idade +”.

4 – O Cartão Municipal do Idoso “Idade +”, é extensível a toda a sociedade civil, mediante protocolos celebrados com as entidades aderentes. No guia informativo serão enunciados os produtos e serviços passíveis de desconto e respectivo valor.

Artigo 2.º

Objectivo

O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” tem como objectivo apoiar os idosos, economicamente mais carenciados, que, por falta de meios, se vêem impossibilitados de aceder a certas e determinadas actividades e alcançar uma situação financeira e social mais digna. Para além de potenciar o comércio concelhio, possibilita a prestação de serviços de elevada qualidade e implica os agentes económicos no desenvolvimento das redes de solidariedade social.

Artigo 3.º

Beneficiários

Podem beneficiar do Cartão Municipal do Idoso “Idade +” todos os cidadãos residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, desde que preencham os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Ser pensionista ou reformado;
- b) Residirem e serem eleitores no concelho de Vila Nova de Cerveira, há, pelo menos, cinco (5) anos;
- c) O rendimento “per capita” do agregado familiar mensal, não ultrapasse o IAS (Indexante dos Apoios Sociais).

Artigo 4º

Cartão Idade +

- a) O Cartão “Idade +” é gratuito, pessoal e intransmissível, não podendo, por isso, ser vendido, cedido ou emprestado por qualquer motivo;
- b) As empresas, estabelecimentos comerciais e entidades, junto das quais o cartão é válido, podem solicitar a exibição de um documento de identificação ao seu portador.



Município de Vila Nova de Cerveira

Câmara Municipal

Praça do Município, 4920-284 Vila Nova de Cerveira Telefone: 251 708 020

Artigo 5.º

Processo de candidatura

O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” deve ser solicitado junto da Secção de Administração Geral da Câmara Municipal ou no Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e posteriormente preenchido entregue na Secção de Administração Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira;

1- Os documentos necessários para a adesão são os seguintes:

- a) Requerimento próprio a fornecer pelos serviços, conforme modelo anexo, o qual deve ser confirmado pela Junta de Freguesia, a composição do agregado familiar e a residência nesta freguesia há, pelo menos, cinco anos;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão do requerente e de todos os elementos que compõem o agregado familiar;
- c) Fotocópia do NIF;
- d) Fotocópia do cartão da segurança social ou cartão de pensionista;
- e) Fotocópia do cartão de eleitor;
- f) Fotocópia do último recibo da pensão ou reforma, ou documento comprovativo do seu valor, bem como dos outros rendimentos auferidos pelos restantes elementos que compõem o agregado familiar ou no caso da sua inexistência, certidão emitida pela Repartição de Finanças, que confirme a existência ou não de rendimentos;
- g) Declaração ou listagem dos bens patrimoniais do agregado familiar emitida pelo Serviço de Finanças respetivo;
- h) Documentos comprovativos referentes a despesas regulares de água, rendas, ou juros e amortizações de dívida com aquisição de imóveis para habitação própria e permanente;
- i) Qualquer outro documento solicitado pela Autarquia, tendo em vista a análise do processo.

2 – Sempre que haja alteração do rendimento declarado ou da situação patrimonial do utente, deve o facto ser comunicado à Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira no prazo de 10 dias úteis.

3 – A apresentação de uma candidatura não confere ao idoso o direito à atribuição do Cartão “Idade +”.

4 – Os titulares do cartão receberão, gratuitamente, um Guia Cartão “Idade +”, com toda a informação relativa aos estabelecimentos e serviços junto dos quais o mesmo é válido.

5 - Em caso de deferimento, o requerente deverá apresentar uma fotografia, tipo passe, actuais e iguais, na Secção Administrativa Geral ou no Gabinete de Acção Social, no prazo de 10 dias úteis.



Município de Vila Nova de Cerveira

Câmara Municipal

Praça do Município, 4920-284 Vila Nova de Cerveira Telefone: 251 708 020

Artigo 6.º

Análise de candidatura

- 1- O processo de candidatura é analisado pelos serviços de Acção Social da Câmara Municipal, implicando uma visita ao domicílio do candidato e um relatório social. (Nos casos de não preencher os requisitos referidos no artigo 3.º, a visita domiciliária por parte dos técnicos é dispensável uma vez que, independentemente do parecer técnico, os requerimentos serão indeferidos. Caso o parecer técnico tenha peso na decisão final, mesmo contrariando a alínea c) do artigo 3.º, sempre que devidamente justificado, as visitas domiciliárias deverão ser realizadas em todos os processos.)
- 2- O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” é concedido por despacho do Presidente da Câmara Municipal o qual pode ser delegado no Vereador da respectiva Área Funcional, mediante processo de candidatura analisado pelos serviços de acção social da autarquia.
- 3- A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, reserva-se o direito de solicitar a todas as instituições que atribuem benefícios, donativos ou subsídios para o mesmo fim, todas as informações necessárias a uma avaliação objectiva.
- 4- Caso a proposta seja de indeferimento, há lugar à audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
- 5- Só haverá lugar à concessão dos apoios previstos no presente regulamento, após emissão do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”.
- 6- O facto da apresentação de uma candidatura não confere, ao idoso, o direito à atribuição do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”.

Artigo 7.º

Entidades Aderentes

- 1 – Poderão aderir ao Cartão “Idade +” todas as entidades sem qualquer restrição geográfica, de natureza pública ou privada, incluindo os serviços titulados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, que se proponham conferir descontos na venda dos seus bens ou serviços.
- 2 – As entidades que pretendam aderir à iniciativa referida no número anterior devem fazer a sua inscrição na Câmara Municipal, através de requerimento, dirigido ao presidente, e instruído com os seguintes documentos:
 - a) Número de Identificação Fiscal;
 - b) Certidão do Registo Comercial da Empresa colectiva ou individual;
 - c) Relação dos bens e/ou serviços que propõem sejam abrangidos pelo presente regulamento, mencionando, objectivamente, os descontos respectivos.



Município de Vila Nova de Cerveira

Câmara Municipal

Praça do Município, 4920-284 Vila Nova de Cerveira Telefone: 251 708 020

3 – Após a aceitação da proposta por parte da Câmara Municipal será fornecido o dístico que as identifica como “Estabelecimento Cartão Idade +”, o qual deverá ser colocado em local facilmente visível do exterior do estabelecimento.

Artigo 8.º

Obrigações dos beneficiários

Constituem obrigações dos utilizadores do cartão:

- a) Informar, previamente, a Câmara Municipal da mudança de residência, bem como, de todas as circunstâncias que alterem a sua situação económica;
- b) Não permitir a sua utilização por terceiros;
- c) Informar a Câmara Municipal, sobre a perda, roubo ou extravio do cartão. A responsabilização do titular só cessará após a comunicação por escrito da ocorrência. Se após a comunicação encontrar o cartão, deve junto da Câmara Municipal fazer prova da sua titularidade, sob pena do mesmo ser anulado;
- d) Devolver o cartão aos serviços sempre que perca o direito ao mesmo.

Artigo 9.º

Benefícios do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”

1 – O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” atribui aos seus utilizadores os seguintes benefícios:

- a) Redução de **30% nos primeiros 10m3** no pagamento do consumo de água, saneamento e tarifas de lixo para fins domésticos, desde que o contador esteja em seu nome ~~há, pelo menos, cinco (5) anos e o consumo mensal seja inferior à 5-m3;~~
- b) Redução de 10% no acesso às piscinas municipais;
- c) Redução de 20% no acesso a espectáculos e programas culturais e/ou recreativos promovidos pela autarquia;
- ~~d) Redução de 20% na visita a museus municipais ou espaços culturais do município;~~
- e) Redução de 20% nas taxas devidas pela emissão de licença para reconstrução de habitação ou para obras simples, cujo orçamento não seja superior a 15 000€ (quinze mil euros);
- f) Redução de 30% nos ramais de ligação de saneamento;
- g) Prestação de serviços (mão-de-obra/materiais de construção) ao domicílio pela Câmara Municipal, aos utentes do cartão municipal do idoso “Idade +” que



Município de Vila Nova de Cerveira

Câmara Municipal

Praça do Município, 4920-284 Vila Nova de Cerveira Telefone: 251 708 020

domésticas, nomeadamente, serviços de água, de carpintaria e eletricidade, **até ao limite de comparticipação de 500€;**

- h) Acesso a iniciativas e programas **que visam a promoção do envelhecimento ativo organizados pela Câmara Municipal;**
- i) Outros descontos acordados ou negociados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira com entidades terceiras e aprovados pela Câmara Municipal;
- j) Comparticipação de 50% na parte que cabe ao utente na aquisição, mediante receita médica, de medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

2 – A comparticipação prevista na alínea j) do número anterior não poderá exceder, anualmente, por utente do cartão municipal do idoso “Idade +”, o valor de €100,00;

3- A comparticipação referida no número anterior, não pode sobrepor-se a comparticipação atribuída no âmbito de outros programas ou subsídios concedidos para os mesmos fins.

4 – O limite máximo de comparticipação por utente poderá ser anualmente revisto pela Câmara Municipal e publicitado por meio de editais.

5 – A comparticipação nos medicamentos prevista na alínea j) do número 1 do presente artigo será paga ao beneficiário, mediante a entrega nos serviços de Acção Social da Câmara Municipal de fotocópia da receita médica e do original do recibo emitido pela farmácia, ambos em seu nome. O recibo em questão deverá especificar os medicamentos prescritos.

6 – Os documentos referidos no número anterior, deverão ser apresentados no prazo máximo de 60 dias após a sua emissão, mas sempre dentro da validade do cartão, sob pena de essa despesa não ser comparticipada pelo cartão municipal do idoso “Idade +”;

7- A redução prevista na alínea a) do número 1 fica sujeito a preenchimento de requerimento no Balcão Único do Município de Vila Nova de Cerveira.

Artigo 10.º

Cessação do direito à utilização do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”

1- Constituem nomeadamente, causas de cessação imediata dos benefícios:

- a) A apresentação pelo beneficiário ou seu representante, de falsas declarações para obtenção do cartão, que terá como consequência a sua anulação e a interdição, por um período de dois anos, de qualquer apoio da Câmara Municipal;
- b) A não apresentação no prazo de trinta (30) dias úteis, de documentos solicitados pela Câmara Municipal;



Município de Vila Nova de Cerveira

Câmara Municipal

Praça do Município, 4920-284 Vila Nova de Cerveira Telefone: 251 708 020

- c) O recebimento de outro benefício ou subsídio, não eventual, concedido por outra instituição e destinado aos mesmos fins, salvo se, for dado conhecimento à Câmara Municipal e esta, ponderadas as circunstâncias, considerar justificada a acumulação;
- d) Alteração de residência para fora do concelho de Vila Nova de Cerveira;
- e) A não participação por escrito, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data em que ocorra alteração das condições económicas do utilizador, susceptível de influir no quantitativo do rendimento de que resultou a atribuição do cartão;
- f) A transferência do recenseamento eleitoral para outro concelho.

2 – Nos casos referidos no número anterior, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira reserva-se o direito de exigir do beneficiário, ou daquele a cargo de quem se encontra, a restituição dos benefícios auferidos, bem como, de adoptar os procedimentos julgados adequados.

Artigo 11.º

Validade do cartão

O cartão municipal do idoso tem a validade de um ano e deverá ser renovado anualmente pelo beneficiário. O portador deverá fazer prova dos seus rendimentos através da entrega de documentos comprovativos.

Artigo 12.º

Elementos adicionais

A Câmara Municipal, sempre que o entender, poderá solicitar elementos adicionais aos candidatos do cartão municipal do idoso "Idade +", ou aos próprios utentes desse cartão, os quais em caso de recusa determinarão, de imediato, a perda dos direitos concedidos pelo referido cartão.

Artigo 13.º

Alterações ao regulamento

Este regulamento poderá sofrer, a todo o tempo, e nos termos legais, alterações consideradas indispensáveis.

Artigo 14.º

Dúvidas e omissões

Cabe à Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira resolver, mediante deliberação, todas as dúvidas e omissões.



Município de Vila Nova de Cerveira

Câmara Municipal

Praça do Município, 4920-284 Vila Nova de Cerveira Telefone: 251 708 020

Artigo 15.º

Disposições finais

- 1 – O desconhecimento deste regulamento não poderá ser invocado para justificar o não cumprimento das suas disposições.
- 2 - Os encargos resultantes da aplicação deste regulamento serão comparticipados por verbas a inscrever anualmente no orçamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no prazo de trinta (30) dias, a contar da data da sua afixação nos lugares de estilo existente no Município.

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Edital n.º 233/2014

Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”

João Fernando Brito Nogueira, Presidente da Câmara Municipal do concelho de Vila Nova de Cerveira:

Toma público, nos termos e para os efeitos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, que, durante o período de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, é submetido a inquérito público a alteração ao Regulamento do cartão Municipal do Idoso “Idade +”, que foi aprovado na reunião desta Câmara Municipal realizada no dia 26 de fevereiro do ano em curso.

Durante este período poderão os interessados consultar a mencionada alteração ao Regulamento no Serviço de Atendimento ao Utente (Balcão Único) da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, e sobre ele serem formuladas, por escrito, as sugestões que se entendam, e que deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

10 de março do ano 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, João Fernando Brito Nogueira.

Regulamento do Cartão Municipal do Idoso «Idade +»

Preâmbulo

O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” é um documento emanado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, com o objetivo de proporcionar ao idoso vantagens na utilização de bens e serviços públicos e privados existentes no concelho.

O presente Regulamento garante benefícios económicos e contribui para o desenvolvimento e incentivo de atividades da autarquia que visam o bem-estar da pessoa idosa e uma melhoria significativa das suas condições de vida.

Ao longo do processo de envelhecimento, as capacidades de adaptação do ser humano vão diminuindo, tornando-o cada vez mais sensível ao meio ambiente e dependente da comunidade. O período da velhice tem que ser encarado de uma forma positiva, como uma oportunidade para desenvolver novas atividades e ou outras que, durante o exercício da sua atividade profissional, não foi possível realizar. Mas, aqui surgem problemas relacionados com a situação económica, devido às baixas reformas que geralmente são atribuídas.

Posto isto, há a necessidade de criar apoios à população mais desprotegida contribuindo para a dignificação dos nossos idosos. Os idosos representam um setor etário da população que se encontra mais fragilizada, sobretudo pelos baixos recursos económicos, preocupando o município de Vila Nova de Cerveira.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira aprova o presente projeto de regulamento ao abrigo do dispositivo no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar) e do artigo 53.º, n.º 2, alínea a) e 64.º, n.º 4, alínea c) ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Artigo 1.º

Disposições gerais

1 — Pelo presente Regulamento é criado o Cartão Municipal do Idoso “Idade +”, dirigido a munícipes residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, que se encontrem em situação de comprovada carência sócio — económica.

2 — Os portadores do cartão podem beneficiar de apoio nas seguintes áreas de intervenção:

- a) Social;
- b) Cultural;
- c) Saúde.

3 — Este Regulamento define as regras, os princípios e os procedimentos a que devem obedecer os candidatos ao Cartão Municipal do Idoso “Idade +”.

4 — O Cartão Municipal do Idoso “Idade +”, é extensível a toda a sociedade civil, mediante protocolos celebrados com as entidades aderentes. No guia informativo serão enunciados os produtos e serviços passíveis de desconto e respetivo valor.

Artigo 2.º

Objetivo

O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” tem como objetivo apoiar os idosos, economicamente mais carenciados, que, por falta de meios, se veem impossibilitados de aceder a certas e determinadas atividades e alcançar uma situação financeira e social mais digna. Para além de potenciar o comércio concelhio, possibilita a prestação de serviços de elevada qualidade e implica os agentes económicos no desenvolvimento das redes de solidariedade social.

Artigo 3.º

Beneficiários

Podem beneficiar do Cartão Municipal do Idoso “Idade +” todos os cidadãos residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, desde que preencham os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Ser pensionista ou reformado;
- b) Residirem e serem eleitores no concelho de Vila Nova de Cerveira, há, pelo menos, cinco (5) anos;
- c) O rendimento “per capita” do agregado familiar mensal, não ultrapasse o IAS (Indexante dos Apoios Sociais).

Artigo 4.º

Cartão Idade +

a) O Cartão “Idade +” é gratuito, pessoal e intransmissível, não podendo, por isso, ser vendido, cedido ou emprestado por qualquer motivo;

b) As empresas, estabelecimentos comerciais e entidades, junto das quais o cartão é válido, podem solicitar a exibição de um documento de identificação ao seu portador.

Artigo 5.º

Processo de candidatura

O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” deve ser solicitado junto da Secção de Administração Geral da Câmara Municipal ou no Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e posteriormente preenchido entregue na Secção de Administração Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira;

1 — Os documentos necessários para a adesão são os seguintes:

- a) Requerimento próprio a fornecer pelos serviços, conforme modelo anexo, o qual deve ser confirmado pela Junta de Freguesia, a composição do agregado familiar e a residência nesta freguesia há, pelo menos, cinco anos;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão do requerente e de todos os elementos que compõem o agregado familiar;
- c) Fotocópia do NIF;
- d) Fotocópia do cartão da segurança social ou cartão de pensionista;
- e) Fotocópia do cartão de eleitor;
- f) Fotocópia do último recibo da pensão ou reforma, ou documento comprovativo do seu valor, bem como dos outros rendimentos auferidos pelos restantes elementos que compõem o agregado familiar ou no caso da sua inexistência, certidão emitida pela Repartição de Finanças, que confirme a existência ou não de rendimentos;
- g) Declaração ou listagem dos bens patrimoniais do agregado familiar emitida pelo Serviço de Finanças respetivo;
- h) Documentos comprovativos referentes a despesas regulares de água, rendas, ou juros e amortizações de dívida com aquisição de imóveis para habitação própria e permanente;
- i) Qualquer outro documento solicitado pela Autarquia, tendo em vista a análise do processo.

2 — Sempre que haja alteração do rendimento declarado ou da situação patrimonial do utente, deve o facto ser comunicado à Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira no prazo de 10 dias úteis.

3 — A apresentação de uma candidatura não confere ao idoso o direito à atribuição do Cartão “Idade +”.

4 — Os titulares do cartão receberão, gratuitamente, um Guia Cartão “Idade +”, com toda a informação relativa aos estabelecimentos e serviços junto dos quais o mesmo é válido.

5 — Em caso de deferimento, o requerente deverá apresentar uma fotografia, tipo passe, atuais e iguais, na Secção Administrativa Geral ou no Gabinete de Ação Social, no prazo de 10 dias úteis.

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Edital n.º 233/2014

Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”

João Fernando Brito Nogueira, Presidente da Câmara Municipal do concelho de Vila Nova de Cerveira;

Torna público, nos termos e para os efeitos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, que, durante o período de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, é submetido a inquérito público a alteração ao Regulamento do cartão Municipal do Idoso “Idade +”, que foi aprovado na reunião desta Câmara Municipal realizada no dia 26 de fevereiro do ano em curso.

Durante este período poderão os interessados consultar a mencionada alteração ao Regulamento no Serviço de Atendimento ao Utente (Balcão Único) da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, e sobre ele serem formuladas, por escrito, as sugestões que se entendam, e que deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

10 de março do ano 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, João Fernando Brito Nogueira.

Regulamento do Cartão Municipal do Idoso «Idade +»

Preâmbulo

O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” é um documento emanado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, com o objetivo de proporcionar ao idoso vantagens na utilização de bens e serviços públicos e privados existentes no concelho.

O presente Regulamento garante benefícios económicos e contribui para o desenvolvimento e incentivo de atividades da autarquia que visam o bem-estar da pessoa idosa e uma melhoria significativa das suas condições de vida.

Ao longo do processo de envelhecimento, as capacidades de adaptação do ser humano vão diminuindo, tornando-o cada vez mais sensível ao meio ambiente e dependente da comunidade. O período da velhice tem que ser encarado de uma forma positiva, como uma oportunidade para desenvolver novas atividades e ou outras que, durante o exercício da sua atividade profissional, não foi possível realizar. Mas, aqui surgem problemas relacionados com a situação económica, devido às baixas reformas que geralmente são atribuídas.

Posto isto, há a necessidade de criar apoios à população mais desprotegida contribuindo para a dignificação dos nossos idosos. Os idosos representam um setor etário da população que se encontra mais fragilizada, sobretudo pelos baixos recursos económicos, preocupando o município de Vila Nova de Cerveira.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira aprova o presente projeto de regulamento ao abrigo do dispositivo no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar) e do artigo 53.º, n.º 2, alínea a) e 64.º, n.º 4, alínea c) ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Artigo 1.º

Disposições gerais

1 — Pelo presente Regulamento é criado o Cartão Municipal do Idoso “Idade +”, dirigido a munícipes residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, que se encontrem em situação de comprovada carência sócio — económica.

2 — Os portadores do cartão podem beneficiar de apoio nas seguintes áreas de intervenção:

- a) Social;
- b) Cultural;
- c) Saúde.

3 — Este Regulamento define as regras, os princípios e os procedimentos a que devem obedecer os candidatos ao Cartão Municipal do Idoso “Idade +”.

4 — O Cartão Municipal do Idoso “Idade +”, é extensível a toda a sociedade civil, mediante protocolos celebrados com as entidades aderentes. No guia informativo serão enunciados os produtos e serviços passíveis de desconto e respetivo valor.

Artigo 2.º

Objetivo

O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” tem como objetivo apoiar os idosos, economicamente mais carenciados, que, por falta de meios, se veem impossibilitados de aceder a certas e determinadas atividades e alcançar uma situação financeira e social mais digna. Para além de potenciar o comércio concelhio, possibilita a prestação de serviços de elevada qualidade e implica os agentes económicos no desenvolvimento das redes de solidariedade social.

Artigo 3.º

Beneficiários

Podem beneficiar do Cartão Municipal do Idoso “Idade +” todos os cidadãos residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, desde que preencham os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Ser pensionista ou reformado;
- b) Residirem e serem eleitores no concelho de Vila Nova de Cerveira, há, pelo menos, cinco (5) anos;
- c) O rendimento “per capita” do agregado familiar mensal, não ultrapasse o IAS (Indexante dos Apoios Sociais).

Artigo 4.º

Cartão Idade +

a) O Cartão “Idade +” é gratuito, pessoal e intransmissível, não podendo, por isso, ser vendido, cedido ou emprestado por qualquer motivo;

b) As empresas, estabelecimentos comerciais e entidades, junto das quais o cartão é válido, podem solicitar a exibição de um documento de identificação ao seu portador.

Artigo 5.º

Processo de candidatura

O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” deve ser solicitado junto da Secção de Administração Geral da Câmara Municipal ou no Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e posteriormente preenchido entregue na Secção de Administração Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira;

1 — Os documentos necessários para a adesão são os seguintes:

- a) Requerimento próprio a fornecer pelos serviços, conforme modelo anexo, o qual deve ser confirmado pela Junta de Freguesia, a composição do agregado familiar e a residência nesta freguesia há, pelo menos, cinco anos;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão do requerente e de todos os elementos que compõem o agregado familiar;
- c) Fotocópia do NIF;
- d) Fotocópia do cartão da segurança social ou cartão de pensionista;
- e) Fotocópia do cartão de eleitor;
- f) Fotocópia do último recibo da pensão ou reforma, ou documento comprovativo do seu valor, bem como dos outros rendimentos auferidos pelos restantes elementos que compõem o agregado familiar ou no caso da sua inexistência, certidão emitida pela Repartição de Finanças, que confirme a existência ou não de rendimentos;
- g) Declaração ou listagem dos bens patrimoniais do agregado familiar emitida pelo Serviço de Finanças respetivo;
- h) Documentos comprovativos referentes a despesas regulares de água, rendas, ou juros e amortizações de dívida com aquisição de imóveis para habitação própria e permanente;
- i) Qualquer outro documento solicitado pela Autarquia, tendo em vista a análise do processo.

2 — Sempre que haja alteração do rendimento declarado ou da situação patrimonial do utente, deve o facto ser comunicado à Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira no prazo de 10 dias úteis.

3 — A apresentação de uma candidatura não confere ao idoso o direito à atribuição do Cartão “Idade +”.

4 — Os titulares do cartão receberão, gratuitamente, um Guia Cartão “Idade +”, com toda a informação relativa aos estabelecimentos e serviços junto dos quais o mesmo é válido.

5 — Em caso de deferimento, o requerente deverá apresentar uma fotografia, tipo passe, atuais e iguais, na Secção Administrativa Geral ou no Gabinete de Ação Social, no prazo de 10 dias úteis.

Artigo 6.º

Análise de candidatura

1 — O processo de candidatura é analisado pelos serviços de Ação Social da Câmara Municipal, implicando uma visita ao domicílio do candidato e um relatório social. (Nos casos de não preencher os requisitos referidos no artigo 3.º, a visita domiciliária por parte dos técnicos é dispensável uma vez que, independentemente do parecer técnico, os requerimentos serão indeferidos. Caso o parecer técnico tenha peso na decisão final, mesmo contrariando a alínea c) do artigo 3.º, sempre que devidamente justificado, as visitas domiciliárias deverão ser realizadas em todos os processos.)

2 — O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” é concedido por despacho do Presidente da Câmara Municipal o qual pode ser delegado no Vereador da respetiva Área Funcional, mediante processo de candidatura analisado pelos serviços de ação social da autarquia.

3 — A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, reserva-se o direito de solicitar a todas as instituições que atribuem benefícios, donativos ou subsídios para o mesmo fim, todas as informações necessárias a uma avaliação objetiva.

4 — Caso a proposta seja de indeferimento, há lugar à audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

5 — Só haverá lugar à concessão dos apoios previstos no presente regulamento, após emissão do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”.

6 — O facto da apresentação de uma candidatura não confere, ao idoso, o direito à atribuição do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”.

Artigo 7.º

Entidades Aderentes

1 — Poderão aderir ao Cartão “Idade +” todas as entidades sem qualquer restrição geográfica, de natureza pública ou privada, incluindo os serviços titulados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, que se proponham conferir descontos na venda dos seus bens ou serviços.

2 — As entidades que pretendam aderir à iniciativa referida no número anterior devem fazer a sua inscrição na Câmara Municipal, através de requerimento, dirigido ao presidente, e instruído com os seguintes documentos:

- a) Número de Identificação Fiscal;
- b) Certidão do Registo Comercial da Empresa coletiva ou individual;
- c) Relação dos bens e ou serviços que propõem sejam abrangidos pelo presente regulamento, mencionando, objetivamente, os descontos respetivos.

3 — Após a aceitação da proposta por parte da Câmara Municipal será fornecido o dístico que as identifica como “Estabelecimento Cartão Idade +”, o qual deverá ser colocado em local facilmente visível do exterior do estabelecimento.

Artigo 8.º

Obrigações dos beneficiários

Constituem obrigações dos utilizadores do cartão:

- a) Informar, previamente, a Câmara Municipal da mudança de residência, bem como, de todas as circunstâncias que alterem a sua situação económica;
- b) Não permitir a sua utilização por terceiros;
- c) Informar a Câmara Municipal, sobre a perda, roubo ou extravio do cartão. A responsabilização do titular só cessará após a comunicação por escrito da ocorrência. Se após a comunicação encontrar o cartão, deve junto da Câmara Municipal fazer prova da sua titularidade, sob pena do mesmo ser anulado;
- d) Devolver o cartão aos serviços sempre que perca o direito ao mesmo.

Artigo 9.º

Benefícios do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”

1 — O Cartão Municipal do Idoso “Idade +” atribui aos seus utilizadores os seguintes benefícios:

- a) Redução de 50 % no pagamento do consumo de água, saneamento e tarifas de lixo para fins domésticos, desde que o contador esteja em seu nome há, pelo menos, cinco (5) anos e o consumo mensal seja inferior a 5 m³;
- b) Redução de 10 % no acesso às piscinas municipais;
- c) Redução de 20 % no acesso a espetáculos e programas culturais e ou recreativos promovidos pela autarquia;
- d) Redução de 20 % na visita a museus municipais ou espaços culturais do município;

e) Redução de 20 % nas taxas devidas pela emissão de licença para reconstrução de habitação ou para obras simples, cujo orçamento não seja superior a 15 000€ (quinze mil euros);

f) Redução de 30 % nos ramais de ligação de saneamento;

g) Prestação de serviços (mão de obra/materiais de construção) ao domicílio pela Câmara Municipal, aos utentes do cartão municipal do idoso “Idade +” que vivam em situação de isolamento comprovado, para pequenas reparações domésticas, nomeadamente, serviços de água, de carpintaria e eletricidade;

h) Acesso a iniciativas e programas promovidos pela Câmara Municipal;

i) Outros descontos acordados ou negociados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira com entidades terceiras e aprovados pela Câmara Municipal;

j) Comparticipação de 50 % na parte que cabe ao utente na aquisição, mediante receita médica, de medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

2 — A comparticipação prevista na alínea j) do número anterior não poderá exceder, anualmente, por utente do cartão municipal do idoso “Idade +”, o valor de €100,00;

3 — A comparticipação referida no número anterior, não pode sobrepor-se a comparticipação atribuída no âmbito de outros programas ou subsídios concedidos para os mesmos fins.

4 — O limite máximo de comparticipação por utente poderá ser anualmente revisto pela Câmara Municipal e publicitado por meio de editais.

5 — A comparticipação nos medicamentos prevista na alínea j) do n.º 1 do presente artigo será paga ao beneficiário, mediante a entrega nos serviços de Ação Social da Câmara Municipal de fotocópia da receita médica e do original do recibo emitido pela farmácia, ambos em seu nome. O recibo em questão deverá especificar os medicamentos prescritos.

6 — Os documentos referidos no número anterior, deverão ser apresentados no prazo máximo de 60 dias após a sua emissão, mas sempre dentro da validade do cartão, sob pena de essa despesa não ser comparticipada pelo cartão municipal do idoso “Idade +”;

7 — A redução prevista na alínea a) do n.º 1 fica sujeito a preenchimento de requerimento no Balcão Único do Município de Vila Nova de Cerveira.

Artigo 10.º

Cessação do direito à utilização do Cartão Municipal do Idoso “Idade +”

1 — Constituem nomeadamente, causas de cessação imediata dos benefícios:

- a) A apresentação pelo beneficiário ou seu representante, de falsas declarações para obtenção do cartão, que terá como consequência a sua anulação e a interdição, por um período de dois anos, de qualquer apoio da Câmara Municipal;
- b) A não apresentação no prazo de trinta (30) dias úteis, de documentos solicitados pela Câmara Municipal;
- c) O recebimento de outro benefício ou subsídio, não eventual, concedido por outra instituição e destinado aos mesmos fins, salvo se, for dado conhecimento à Câmara Municipal e esta, ponderadas as circunstâncias, considerar justificada a acumulação;
- d) Alteração de residência para fora do concelho de Vila Nova de Cerveira;
- e) A não participação por escrito, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data em que ocorra alteração das condições económicas do utilizador, suscetível de influir no quantitativo do rendimento de que resultou a atribuição do cartão;
- f) A transferência do recenseamento eleitoral para outro concelho.

2 — Nos casos referidos no número anterior, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira reserva-se o direito de exigir do beneficiário, ou daquele a cargo de quem se encontra, a restituição dos benefícios auferidos, bem como, de adotar os procedimentos julgados adequados.

Artigo 11.º

Validade do cartão

O cartão municipal do idoso tem a validade de um ano e deverá ser renovado anualmente pelo beneficiário. O portador deverá fazer prova dos seus rendimentos através da entrega de documentos comprovativos.

Artigo 12.º

Elementos adicionais

A Câmara Municipal, sempre que o entender, poderá solicitar elementos adicionais aos candidatos do cartão municipal do idoso “Idade +”, ou aos próprios utentes desse cartão, os quais em caso de recusa determinarão, de imediato, a perda dos direitos concedidos pelo referido cartão.

Artigo 13.º

Alterações ao regulamento

Este regulamento poderá sofrer, a todo o tempo, e nos termos legais, alterações consideradas indispensáveis.

Artigo 14.º

Dúvidas e omissões

Cabe à Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira resolver, mediante deliberação, todas as dúvidas e omissões.

Artigo 15.º

Disposições finais

1 — O desconhecimento deste regulamento não poderá ser invocado para justificar o não cumprimento das suas disposições.

2 — Os encargos resultantes da aplicação deste regulamento serão comparticipados por verbas a inscrever anualmente no orçamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no prazo de trinta (30) dias, a contar da data da sua afixação nos lugares de estilo existente no Município.

207681185

MUNICÍPIO DE VILA DE REI**Edital n.º 234/2014**

Ricardo Jorge Martins Aires, presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei: Torna público, no uso da competência que lhe confere a alínea *t*) do n.º 1 do artigo 35.º, conjugado com o artigo 56.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Vila de Rei, na reunião camarária, realizada a 05 de março de 2014, deliberou submeter a apreciação pública a “proposta de implementação do regime jurídico do licenciamento zero — aprovação e alteração de regulamentos municipais em Vila de Rei”, em cumprimento do n.º 1 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro). Assim, durante o período de 30 dias, a contar da data da publicação do presente edital, no *Diário da República*, poderá a Proposta de Projeto de Regulamento, ser consultada no Edifício dos Paços do Concelho, na Divisão de Planeamento de Coordenação Estratégica e no site da autarquia: www.cm-viladerei.pt, sobre a qual os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao Presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei, nos termos do n.º 2 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de janeiro.

10 de março de 2014. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Jorge Martins Aires*.

307682246

Edital n.º 235/2014

Ricardo Jorge Martins Aires, presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei:

Torna público, no uso da competência que lhe confere a alínea *t*) do n.º 1 do artigo 35.º, conjugado com o artigo 56.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o “Regulamento do Ninho de Empresas de Vila de Rei”, aprovado na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 18 de fevereiro de 2014 e homologada pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2014, após ter sido previamente publicado em inquérito público durante 30 dias, através de edital publicado na 2.ª série N.º 5 do *Diário da República*, de 08 de janeiro de 2014, não tendo sido apresentada contra o mesmo qualquer reclamação, ou sugestão.

Estando assim cumpridos todos os requisitos materiais, orgânicos e formais, se encontra disponível para consulta no site da autarquia

em www.cm-viladerei.pt, para que todos os interessados dele tenham conhecimento, nos termos da legislação em vigor.

10 de março de 2014. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Jorge Martins Aires*.

307682457

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE SINTRA**Deliberação n.º 728/2014**

Para os devidos efeitos se torna pública a Estrutura Orgânica Nuclear dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de Sintra, tomada na sua 1.ª Sessão Ordinária, de 28 de fevereiro de 2014, sob proposta n.º 139-P/2014, aprovada em Reunião de Câmara, de 21 de fevereiro de 2014, que a seguir se transcreve na íntegra:

Estrutura e Organização dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra**Estrutura Orgânica Nuclear dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra****Preâmbulo**

A presente alteração à estrutura orgânica nuclear dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra decorre, essencialmente, da necessidade de a dotar da capacidade de integrar as novas atribuições no âmbito da recolha de resíduos sólidos urbanos que, por transferência da Câmara Municipal de Sintra, são agora da responsabilidade destes Serviços, garantindo uma gestão autárquica eficaz, colocada ao serviço dos municípios que não descure objetivos de qualidade e sustentabilidade ambiental.

Procura-se que, desse alinhamento, resultem ganhos de eficácia e eficiência na atividade municipal, rentabilizando meios, através do alargamento das atribuições dos serviços municipalizados a um ramo de atividade que, conjuntamente com o abastecimento público de água e o saneamento de águas residuais urbanas, se encontra disciplinado pelo mesmo regime jurídico e sujeito à mesma entidade reguladora.

Para o efeito é criado o Departamento Municipal de Resíduos e Logística, que agrega o conjunto das atribuições municipais imprescindíveis à gestão do sistema municipal de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e respetiva gestão de meios e materiais, através da criação de duas unidades flexíveis.

Assim, nos termos do disposto na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar a estrutura nuclear dos serviços municipalizados e correspondentes unidades, competindo-lhe ainda estabelecer o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.

Nestes termos, procedeu-se à elaboração da presente Estrutura e Organização dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra.

CAPÍTULO I**Disposições Gerais**

Artigo 1.º

Do Modelo de Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados

1 — Os Serviços Municipalizados adotam o modelo de estrutura orgânica hierarquizada, constituída por unidades orgânicas nucleares e por unidades orgânicas flexíveis, nos termos da legislação em vigor.

2 — A estrutura nuclear é composta pelo Diretor Delegado e por cinco unidades orgânicas nucleares correspondentes aos departamentos municipais, cujas identificação, atribuições e competências se encontram consagradas na presente Estrutura e Organização.

3 — A estrutura flexível é composta por dezoito unidades orgânicas flexíveis que correspondem a divisões municipais, integradas ou não nos departamentos municipais.

4 — A fim de permitir e assegurar a sua adaptabilidade constante às novas solicitações da organização, as unidades orgânicas flexíveis podem ser criadas ou extintas por deliberação da Câmara Municipal, mediante proposta do Conselho de Administração, em conformidade com a lei e nos limites fixados em Assembleia Municipal.

Apresentado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

Intervenção referente à proposta de alteração do "regulamento do Cartão Municipal do Idoso – Idade +"

Exma. Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e senhores Deputados, estimado público.

O Partido Socialista irá votar a favor da aprovação da alteração deste documento, apreciando o facto de se dar continuidade a um projeto que visa apoiar os nossos idosos, especialmente num momento em que os cortes e impostos deste Governo dificultam dia após dia a vida de milhares de pessoas. No entanto, não poderei de deixar fazer dois reparos a este documento. Em primeiro lugar quanto à supressão da alínea d) do artigo 9º, respeitante à visita aos museus municipais e espaços culturais, mesmo tendo conhecimento da redução dos preços para maiores de 65 anos. (Pessoalmente entendo que se deva primar por uma cultura de qualidade na oferta cultural, e que se promova o seu consumo. E felizmente Vila Nova de Cerveira dotou-se de equipamentos de conhecimento, de arte e de cultura que devemos promover por e com todos os meios.)

Em segundo lugar, chamo ainda a atenção para a necessidade do reequacionamento do valor limite da comparticipação de medicamentos, atualmente em 100€ anuais, e que dada a situação atual do País deveria ser ponderado o seu aumento.

Senhor Presidente, Senhoras e senhores deputados,

Face aos problemas que vêm sendo reportados, pelo menos nas últimas duas Assembleias Municipais, refletindo a preocupação dos autarcas quanto ao envelhecimento da população, ao êxodo rural, às quebras da taxa de natalidade, à dificuldade em atrair jovens, às vicissitudes do interior contra as quais lutamos, à falta de emprego e estabilidade especialmente entre as novas gerações, ao aumento da taxa de emigração, a temas tão interessantes como a globalização e a consequente melhoria das condições de vida. O acesso à cultura e à informação permite-nos encontrar o melhor de dois mundos no nosso concelho, a tranquilidade e a beleza natural de Vila Nova de Cerveira aliado ao acompanhamento em tempo real de

qualquer atividade que aconteça neste planeta. Recordo ainda, que geograficamente encontramos-nos a pouca distância, quer física quer temporal de dois aeroportos, dois portos marítimos de grande escala e três universidades.

Falámos portanto de apoio e incentivos à fixação das populações.

A Juventude Socialista entende que esta medida de discriminação positiva que é o cartão do idoso é realmente positiva, mas não chega!

A Juventude Socialista de Vila Nova de Cerveira entende necessário e urgente que o mesmo se faça em relação aos jovens. Que se criem mais medidas, que se criem mais incentivos, que se invista mais e mais nos jovens. Apresentamos assim e neste momento, face ao Cartão Municipal do Idoso – Idade + , a **proposta de criação do “Cartão Jovem Municipal.”**

O objetivo prende-se com a concessão aos jovens Cerveirenses até aos 30 anos de idade de um conjunto alargado de vantagens no acesso à cultura, ao desporto, à saúde, ao custo dos serviços municipais, ao emprego, ao turismo, aos TIC, à natalidade, etc. Este cartão, assemelhando-se ao cartão jovem, concede para além das vantagens nacionais e europeias consagradas no cartão jovem, aquelas de âmbito local.

Entende-se ainda que o mesmo responda às necessidades sentidas pelas faixas etárias mais jovens, promovendo a fixação, o conhecimento e o uso da nossa vila e dos nossos equipamentos. O mesmo tem ainda a valência de promover o desenvolvimento cultural e económico local, visando o futuro e a renovação geracional de forma positiva.

Os jovens de Vila Nova de Cerveira precisam de Vila Nova de Cerveira, tanto quanto Vila Nova de Cerveira precisa dos jovens Cerveirenses.

Destacamos como linhas estratégicas,

+ o **Desporto**, com a facilitação nos custos de acesso às instalações desportivas.

+ a **Cultura**, com a promoção dos meios e do conhecimento local

+ a **Saúde**, com políticas de apoio à saúde pública, para o bem estar dos jovens e a minoração de encargos públicos com a mesma a longo prazo.

+ os **Serviços Municipais**, com a redução de taxas para a construção de habitação própria, e o apoio ao aluguer de casa com vista ao rejuvenescimento de alguns aglomerados.

Assunto: Cartão Jovem Municipal

Apresentado em 14 de Junho de 2014, na Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira.

A Juventude Socialista entende que os seguintes temas gerais e as propostas neles assinalados devem ser objeto de ponderação para a sua inclusão no projeto aqui apresentado.

Desporto

- Gratuidade ou redução dos custos de acesso a atividades e às instalações desportivas do município
- Apoio à prática desportiva no concelho, cujo município não oferece

Cultura

- Acesso gratuito a Museus e espaços da cultura.
- Redução de custos na aquisição de publicações promovidas pelas entidades municipais sobre o concelho, a história local, etc
- Redução de custos da atividade formativa de enriquecimento do currículo pessoal
- Acesso gratuito a eventos culturais, espetáculos, performances, promovidas pelo município.
- Redução dos custos dos serviços da Biblioteca (fotocópias)

Saúde

- Redução nos serviços de saúde não contemplados pelo sistema nacional de saúde.

Serviços Municipais

- Redução nas taxas de emissões de licenças municipais.

Serviços

- Redução na aquisição de material didático, escolar e/ou formativo.
- Redução na aquisição de livros e/ou coleções
- Redução no acesso e aquisição de TIC's

Fixação no território

- Apoio ao arrendamento jovem
- Redução nas licenças para construção ou reabilitação de habitação
- Benefícios ao empreendedorismo jovem, formação de empresas-jovem
- Redução nos custos neonatais e na primeira infância, para jovens pais.

Benefícios Nacionais

- Incentivo ao conhecimento do território, com preços especiais em Pousadas da Juventude
- Acesso a Cinemas
- Preços especiais em comboios/ autocarros
- Agências de viagem
- Acesso a Museus e Monumentos
- (...)



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ac. Câmara

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

O Presidente,

(03) ALTERAÇÃO MAPA DE PESSOAL

Foi apresentada alteração ao mapa de pessoal em virtude de se terem desligado do serviço 8 trabalhadores, por aposentação, falecimento, etc, pelo que, de forma a que os serviços mantenham o seu regular e normal funcionamento, se torna necessário criar dois lugares de assistente operacional, para contrato a tempo determinado.

A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à alteração proposta do mapa de pessoal e submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 5.º e 6.º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) e artigo 25.º n.º 1 alínea o), anexo I, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

11/junho/2014

Vítor Pereira
Chefe Divisão

MAPA DE PESSOAL DA CAMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA - JUNHO 2014

CARREIRA Área de Formação Académica ou Profissional	CATEGORIA	Trabalhadores em Contrato de Trabalho na Função Pública						Trabalhadores com Contratados a Termo				
		Ocupados (CTTI)		Vagos		Total	Prever	Ocupados (CTTD)		Vagos	Prever	Extinguir
		N.º Lugares	Notas	N.º Lug.	Notas			N.º Lugares	Notas			
Dirigentes	Dirigente Intermédio de 2.º Grau (Chefe de Divisão)	2		0		2		0				
	Dirigente Intermédio de Grau 3.º Grau ou inferior	2		0		2		0				
Comandante Operacional Municipal				1		1						
Técnico Superior	Técnico Superior	33	1 b) 2 d) 1 e) 1 h)			33		0				
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	5	2 d)	0		5		0				
	Assistente Técnico	28	1 c) 1 d)	2		30		0				
Assistente Operacional	Encarregado Geral Operacional	1				1		0				
	Encarregado Operacional	6	2 d)	1		7		0				
	Assistente Operacional	141		5		146		4	4 g)	2 g)	2 g)	
Informática	Especialista de Informática	0						0				
	Técnico de Informática	1				1		0				
Totais		219		9		228		4		2	2	

- a) Comissão de Serviço
b) Licença s/ vencimento
c) Requisição de serviço
d) Mobilidade em categoria

- e) Cedência de interesse publico
f) CTTD - Contrato de Tempo determinado (Tempo parcial)
g) CTTD - Contrato de Tempo determinado (Tempo Inteiro)
h) Deputada

Ano de 2011 - Total de Pessoal = 257
 Ano de 2012 - Total de Pessoal = 244
 Ano de 2013 - Total de Pessoal = 229
 Ano de 2014 - Total de Pessoal = 223 (nesta data existem 5 pedidos de aposentação)

Vila Nova de Cerveira, 06 de junho de 2014
 O Chefe da Divisão de Administração Geral,

Vitor Pereira

SAÍDAS DE TRABALHADORES ano de 2014

	Nome	Categoria	DATA	Motivo
627	Dulce Maria Pinto de Sá	Assist Operacional	18-01-2014	Falecimento
301	Mª Fatima Barros Alves	Assist Técnico	28-02-2014	Aposentação
96	Manuel Joaquim Esteves Neves	Assist Operacional	31-4-2014	Aposentação
231	EMANUEL RENETO SOUSA OLIVEIRA	COMANDANTE	31-03-2014	CESSAÇÃO CS
604	PAULO ORLANDO DUARTE BESSA	Assist Operacional	01-04-2014	FIM DE CONTRATO
201	Maria Gloria Castro Carrilho	Assist Operacional	31-05-2014	Aposentação
189	Jaime Manuel Romeu Martins	Encarregado Oper.	19-04-2014	Falecimento
153	Manuel Maximino M. Rodrigues	Assist Operacional	31-05-2014	Aposentação
	JUNTA MEDICA DA CGA			
303	Filomena Fatima Freitas Rodrigues	Assist Operacional		
	PEDIDOS DE APOSENTAÇÃO			
50	Antonio Amorim Vicente	Assist Operacional	*	
87	Germano José	Assist Operacional		
133	Alberto Emilio Segadães de Caastro	Encarregado Oper.	*	
44	Paulo João Sousa Guerreiro	Assist Operacional		
45	Manuel Costa Amorim Malheiro	Encarregado Oper.		



MAPA DE PESSOAL DA CAMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA - NOVEMBRO 2013

CARREIRA Área de Formação Académica ou Profissional		CATEGORIA	Trabalhadores em Contrato de Trabalho na Função Pública						Trabalhadores com Contratados a Termo			
			Ocupados (CTTI)		Vagos		Total	Prever	Ocupados (CTTD)		Vagos	Extinguir
			N.º Lugares	Notas	N.º Lug.	Notas			N.º Lugares	Notas		
Dirigentes	Dirigente Intermédio de 2.º Grau (Chefe de Divisão)		2		1		3		0			
	Dirigente Intermédio de Grau 3.º Grau ou inferior		2		0		2		0			
Comandante Operacional Municipal			1	1 a)			1					
Técnico Superior		Técnico Superior	33	1 b) 1 d) 1 e) 1 h)			33	0	0			
Assistente Técnico	Coordenador Técnico		5	2 d)	0		5		0			
	Assistente Técnico		29	1 c) 1 d)	1		30		0			
Assistente Operacional	Encarregado Geral Operacional		1				1		0			
	Encarregado Operacional		7	2 d)			7		0			
	Assistente Operacional		143		8		151		5	5 g)-i)	2	3
Informática	Especialista de Informática		0						0			
	Técnico de Informatica		1				1		0			
Totais			224				234	0	5	2	3	

- a) Comissão de Serviço
b) Licença s/ vencimento
c) Requisição de serviço
d) Mobilidade em categoria

- e) Cedência de interesse publico
f) CTTD - Contrato de Tempo determinado (Tempo parcial)
g) CTTD - Contrato de Tempo determinado (Tempo Inteiro)
h) Deputada
i) Lugar a extinguir quando vagar

Ano de 2011 - Total de Pessoal = 257

Ano de 2012 - Total de Pessoal = 244

Ano de 2013 - Total de Pessoal = 229 (dados a 25 de novembro de 2013)

Previsão para o ano de 2014 de Pessoal = 222 (nesta data existem 8 pedidos de aposentação)

Vila Nova de Cerveira, 25 de novembro de 2013
O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira,

Vitor Pereira



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ac. Câmara

APROVADO em Sessão de

14/06/2014

O Presidente,

(04) FUNDAMENTAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE TRABALHADORES PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Foi apresentada fundamentação para autorização de recrutamento excepcional de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, elaborada pelo Chefe da Divisão de Administração Geral.

A Câmara Municipal, após detida análise e discussão do assunto, deliberou, por unanimidade, concordar com a fundamentação apresentada pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira e submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 64.º n.º 2 da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, o recrutamento excepcional de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal.

11/junho/2014

Vasco Pereira
Chefe Divisão



Handwritten signature and number 4.

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA CÂMARA MUNICIPAL

Fundamentação para autorização de recrutamento excecional de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Vila Nova de Cerveira

Considerando que o Decreto-Lei 209/2009, de 03 de setembro, que procedeu à aplicação e adaptação à administração local, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos respetivos órgãos, do disposto na Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro (que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas – LVCR), que determina nos artigos 4.º e 9.º que o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou alguns postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal anexo às Grandes Opções do Plano 2013, conforme previsto no artigo 6.º n.º 2 da LVCR, são precedidos de aprovação do respectivo órgão executivo (Câmara Municipal);

Considerando a alteração agora proposta a esse mesmo mapa de pessoal.

Atendendo a que, face ao disposto no artigo 64.º n.º 1 da Lei 83-C/2013, de 31.12, *“As autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.”*;

Atendendo a que, face ao disposto no artigo 64.º n.º 2 da Lei 83-C/2013, de 31.12, *“Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando caso a caso, o número máximo de trabalhadores e desde que se verifiquem cumulativamente o requisito enunciado nas alíneas b), d) e e) do n.º 2 do artigo 48.º e os seguintes requisitos cumulativos: (sublinhado nosso).*

- a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no sector de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;*
- b) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam.*

Artigo 48.º n.º 2:

Alínea b) *impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.”*;



Handwritten signature

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA CÂMARA MUNICIPAL

Alínea d) *Cumprimento, pontual e integralmente, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;*

Alínea e) *Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior."*

Estabelece ainda o n.º 8 do referido artigo 64.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que: *"O disposto no presente artigo tem carácter excecional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias."*;

Atendendo que, conforme o previsto no n.º 2 do citado artigo 64.º da supra referida Lei 83-C/2013, *"... o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode autorizar a abertura de procedimentos concursais ..."* no caso das situações excecionais devidamente fundamentadas;

Tal autorização é admissível com o seguinte fundamento:

1.º No âmbito do mapa de pessoal 2014, proposto pela Câmara Municipal em sua reunião realizada em 27 de novembro de 2013 e aprovado pela Assembleia Municipal realizada no dia 23 de dezembro de 2013, foram estabelecidas as necessidades de recrutamento do Município;

2.º Que o recrutamento se efectue no âmbito do mapa de pessoal que agora se propôs alterar e ainda para este ano de 2014;

3.º Que este recrutamento proposto resulta de necessidades essenciais para manter em pleno o funcionamento os serviços da autarquia;

4.º Tal medida tem como fundamento o facto de, se a autorização não for concedida agora, não haver tempo para os necessários procedimentos concursais;

5.º A caracterização dos postos de trabalho necessários para o efeito são os seguintes:

Assistentes Operacionais	2 vagas
--------------------------	---------

Para o que, os trabalhadores deverão possuir uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos do artigo 6.º n.º 4 da LVCR.

Prevê o n.º 6 e para os efeitos previstos no n.º 7, ambos do artigo 6.º da LVCR, em caso de impossibilidade de ocupação de todos ou alguns postos de trabalho por aplicação do disposto no parágrafo anterior, e tendo em conta os princípios de racionalização, de economia, de eficiência e de eficácia, o recrutamento para ocupação dos postos de trabalho indicados supra seja efetuado de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA CÂMARA MUNICIPAL

De acordo com a configuração legal atualmente vigente, trata-se de uma situação excecional tal como se caracterizou supra.

Nos termos do n.º 2 do artigo 10.º, conjugado como n.º 2 do artigo 9.º, da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, pretende-se com esta situação excecional fundamentar o recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, prevista nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, de acordo com a seguinte informação:

1. Em 2012, em resultado do desligamento do serviço por aposentação, exoneração, demissão ou falecimento saíram definitivamente do serviço 4 trabalhadores, no ano de 2013, 8 trabalhadores, por aposentação, falecimento, etc e no ano de 2014, até à data, saíram 8 trabalhadores, por aposentação e por falecimento.
2. Por força da lei, em regra, dever-se-á estabelecer uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.
3. No entanto, a experiência demonstrou que não é possível recrutar apenas trabalhadores com relação jurídica de emprego público constituída por tempo indeterminado ou que se encontrem colocados na situação de mobilidade especial.
4. Também não se afigura adequado e exequível, no caso, o recurso a um instrumento de mobilidade interna para recrutar tais trabalhadores, na medida em que as necessidades de pessoal a recrutar são, em todos os casos, de natureza temporárias.
5. A contratação por tempo determinado, no caso concreto, não provoca qualquer aumento da despesa com pessoal, isto porque, como referido, muitos trabalhadores cessaram definitivamente funções no ano de 2013 e 2014.
6. A Câmara Municipal tem cumprido escrupulosamente com o estipulado na alínea e) do n.º 2 do citado artigo 48.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro.
7. Por fim, os lugares referidos estão previstos na proposta de mapa de pessoal agora alterado para o ano de 2014.
8. A presente autorização deve ser aprovada pela Assembleia Municipal.

06.06.2014


Vitor Pereira



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

AMUC 2013/12/25

Abonando R.

Ac. Câmara

unanimidade rativa

este ponto do

(13) ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

orden de trabalho

Foi presente uma informação do Chefe da DAFI e parecer do Consultor Jurídico sobre o pedido de abono de despesas de representação formulado pelo Técnico Superior senhor Nuno Esteves, resultando do parecer do Consultor Jurídico como conclusão que não há motivos para não continuar a abonar as despesas de representação aos dirigentes e que de acordo com o princípio da igualdade, da justiça, da boa fé, por forma a que a autarquia atue de igual forma e com idênticos efeitos em relação a cada um dos potenciais beneficiários do referido abono de despesas de representação, poderá agora atribuir eficácia retroactiva à deliberação que veio a conceder a atribuição a todos os chefes de divisão do citado abono, de modo a quem o não recebeu o venha a receber na totalidade.

A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao abono das referidas despesas de representação, conforme parecer do Consultor Jurídico, tendo em atenção o efeito retroactivo da deliberação que venha a ser tomada, pelo que, submete o presente assunto à Assembleia Municipal para aprovação.

30/outubro/2013

AMUC 2014/06/14

REPROVADO

NÃO 19

SIM 5

Branco 1

25



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Parecer do Sr. Consultor Jurídico de 28.06.2013
Abono de despesas de representação
Eng.º Nuno José Correia de Freitas Couto Esteves
Req. De 24.05.2013

A. Nunes da Costa
JOSE CARPINTEL
Presidente da Câmara

Relativamente ao parecer supra referido resulta do mesmo o seguinte:

- Relativamente aos cargos dirigentes da Administração Local, a atribuição de despesas de representação depende de proposta da Câmara Municipal a aprovar pela Assembleia Municipal respetiva;
- Em 24.04.2013 a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a proposta da Câmara Municipal para que fossem atribuídas despesas de representação a todos os Chefes de Divisão;
- Na sequência dessa deliberação, o Eng.º Nuno Esteves apresentou um requerimento no sentido de lhe serem também atribuídas despesas de representação, relativamente ao período em que exerceu o cargo dirigente de Chefe de Divisão de Obras e Serviços Municipais;
- Aparentemente, esta última deliberação da Assembleia Municipal terá tido como objetivo corrigir uma situação de eventual ilegalidade de atos anteriores, ou a correção de qualquer outro aspeto que porventura não tenha sido ponderado;
- Uma rigorosa igualdade entre todos os potenciais beneficiários da atribuição de despesas de representação implicaria que os órgãos da autarquia deliberassem atribuir as despesas de representação a todos os trabalhadores em funções públicas que, no quadro legal vigente, exerceram cargos dirigentes e durante todo o tempo em que exerceram esses cargos;
- Neste caso, nada impede que sejam atribuídos efeitos retroativos, ou reportados a um período já passado, às deliberações relativas à proposta da Câmara Municipal e aprovação da Assembleia Municipal, que atribuam essas despesas de representação.

27.09.2013
Agama

Vitor Faria
Câmara Municipal

Abono de despesas de representação.
Eng.º Nuno José Correia de Freitas Couto Esteves.
Req. de 24.05.2013

O impetrante formula o seguinte requerimento:

"Nuno José Correia de Freitas Coto Esteves, na qualidade de Técnico Superior, vem na sequência dos anteriores pedidos efetuados e da deliberação da Assembleia Municipal de 24 de Abril de 2013, relativa ao ponto quatro da ordem de trabalhos "Pedido de atribuição de abono de despesas de representação - Chefes de Divisão da Câmara Municipal de Cerveira" solicitar a V. Ex^a. a reapreciação dos anteriores pedidos, tendo em conta as considerações tecidas "O deputado Silvério Carvalho reforçou que era a terceira vez que este assunto vinha a votação na Assembleia Municipal e que as duas últimas foram reprovadas. Caso esta seja aprovada não se deverá esquecer o Eng.º Nuno Esteves que na sua Comissão de Serviço solicitou também o pagamento das despesas de representação e que não lhe foram concedidas", acresce ainda o facto de no período de tempo em apreço (01-10-2006 a 30-09-2009) e relativamente ao restante pessoal dirigente terem sido abonadas as despesas de representação".

Dos documentos que nos foram remetidos para a emissão do presente parecer, resultam estabilizados os seguintes factos:

1. O impetrante, por requerimento de 21.11.2006, na qualidade de Chefe da Divisão de Obras e Serviços Municipais, requereu a concessão do abono de despesas de representação, nos termos do DL. 93/2004, de 20 de Abril, que adaptou à Administração Local a Lei n.º. 2/2004, de 15 de Janeiro.

2. No requerimento em causa foi lançada informação no sentido de o impetrante ter direito à percepção do referido abono de despesas de representação, nos termos do Despacho Conjunto n.º. 625/99, de 3 de Agosto, uma vez que não contrariava o disposto no artigo 31º da Lei 2/2004, de 15.01.

3. Através de requerimento de 24.09.2007, o impetrante, na mesma qualidade, voltou a requerer a concessão do mesmo abono de despesas de representação, tendo sido lançada no mesmo informação favorável.

4. Em 26.09.2007, a C.M., face às dúvidas que tinha sobre a matéria, deliberou solicitar parecer sobre a matéria à D.G.A.L. e à D.G.A.P.

5. A DGAL havia já emitido o seu ofício circular nº. 11/DG/2004, de 3.05.2004, sustentando que deveriam continuar a ser abonadas as despesas de representação ao pessoal dirigente das Câmaras Municipais, nos termos e condições previstos no Despacho Conjunto nº. 625/99, em virtude de o mesmo não contrariar o disposto no artigo 31 da Lei nº. 2/2004.

6. Posição semelhante havia sido também expressa pela CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, mediante parecer emitido pela Jurista, Dr^a. Pilar Rosinha.

7. Através de parecer de 24.03.2008 a CCDR-Norte emitiu igualmente parecer sobre a matéria em sentido idêntico, constando do mesmo que a doutrina veiculada através do ofício-circular referido em 5. tinha sido, inclusivamente, objecto de despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local.

8. Através de requerimento de 4 de Maio de 2009, o impetrante, invocando a mesma qualidade que invocou nos dois anteriores requerimentos, solicitou a reapreciação do pedido anteriormente formulado, em face do parecer emitido pela CCDR acerca do abono de despesas de representação.

9. Em 13 de Maio de 2009, a CM deliberou propor à Assembleia Municipal a concessão do abono de despesas de representação solicitado com produção de efeitos ao início de funções no cargo de Chefe de Divisão de Obras e Serviços Municipais.

10. Na reunião da Assembleia Municipal de 17.12.2010, mediante votação por escrutínio secreto, a proposta da CM viria a ser reprovada por maioria.

11. Com data de 22.11.2012, foi formulada informação e proposta à CM pelo Exm^o. Senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira no sentido de a mesma submeter à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de atribuição

de abono para despesas de representação a todos os titulares de cargo de direcção intermédia de 2º grau da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, com as correspondentes actualizações anuais, com efeitos a 1 de Setembro de 2012.

12. A CM deliberou emitir parecer favorável à informação e submeter a mesma à Assembleia Municipal, constando da deliberação que, todavia, em caso de autorização daquele órgão, esta só deveria produzir efeitos reportados a Janeiro de 2013.

13. A Assembleia Municipal, na sua reunião de 14 de Dezembro de 2012, deliberou, mediante votação por escrutínio secreto, reprovar, por maioria, a proposta da CM.

14. Consta da acta da Assembleia Municipal de 24.04.2013 que foi apresentado um pedido por todos os Chefes de Divisão da Autarquia no sentido de que a C.M. tomasse nova deliberação relativamente ao abono de despesas de representação, invocando, nomeadamente, a sua disponibilidade permanente, a isenção de horário, a exclusividade no exercício de funções, o não pagamento de trabalho extraordinário e a responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira a que estavam sujeitos, ao que acrescia o facto de em todas as outras Câmaras Municipais do Distrito de Viana do Castelo terem sido atribuídas despesas de representação (excepto a de Caminha, que iria discutir a questão na reunião seguinte da Assembleia Municipal). O Exmº. Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, se a proposta viesse a ser aprovada, a mesma apenas produziria efeitos a partir de Maio de 2013.

15. Tal proposta viria a ser aprovada por maioria.

16. É na sequência de tal deliberação que surge o requerimento do impetrante, acima transcrito, e que aqui se dá como integralmente reproduzido.

1. O requerimento apresentado suscita, a nosso ver, duas questões distintas: uma primeira, que tem a ver com a legalidade da atribuição das despesas de representação; uma segunda, que tem a ver com a data de produção de efeitos de uma eventual decisão favorável do mesmo, já que o pedido é formulado por forma a que a deliberação que venha a ser tomada

reporte os seus efeitos ao período compreendido entre 1.10.2006 e 30.09.2009, sendo que não vem esclarecido a questão que deveríamos, em concreto, apreciar.

No que se refere à primeira questão, pensamos que não se justificaria agora qualquer apreciação concreta, que incidiria sobre a legalidade da atribuição e processamento do abono de despesas de representação. Aliás, por um lado, todos os pareceres emitidos a propósito desta questão, inclusivamente por organismos da Administração Central, e com os quais foi concordante a posição do próprio Senhor Secretário de Estado da Administração Local, vão no mesmo sentido de que o mesmo é devido. Mais do que isso: aquilo que nos pareceres se diz é que deve ser mantido o abono das despesas de representação ao pessoal dirigente da Administração Local, sendo, portanto, um direito dos respectivos titulares a sua percepção.

A nossa opinião vai no mesmo sentido, não se vendo qualquer razão para que seja colocado em causa semelhante entendimento.

Em segundo lugar, atentas as deliberações dos órgãos da autarquia, nomeadamente a última deliberação da Assembleia Municipal sobre a matéria (deliberação de 24.04.2013), é forçoso concluir-se que este órgão não colocou qualquer reserva à legalidade da atribuição das despesas de representação, pois que deliberou favoravelmente a concessão dessas despesas a todos os Chefes de Divisão.

Por último, não tendo o quadro legal que regula a matéria sofrido qualquer alteração, mais forçoso ainda é concluir que não é essa a questão a apreciar.

2. Ficamos, pois, com a segunda questão, ou seja, a da data da produção de efeitos da atribuição do abono de despesas de representação.

Decompondo a pretensão apresentada, o raciocínio que o impetrante faz no seu requerimento é, em termos simples, o seguinte: se a A.M., afinal, veio a entender que as despesas de representação eram devidas a todos os Chefes de Divisão, então não faz sentido que as mesmas não me venham a ser atribuídas a mim, no período em que exerci como Chefe de Divisão de Obras e Serviços Municipais.

Deve reparar-se que não consta de nenhuma das deliberações tomadas sobre a matéria pelos órgãos da autarquia, nomeadamente daquelas que negaram sucessivamente a atribuição das despesas de representação àqueles quem em abstracto, teriam direito às mesmas, a respectiva fundamentação, pelo que não é possível determinar-se que argumentação concreta foi convocada para se negar a concessão daquelas despesas e apreciar-se o seu bem ou mal fundado.

Em todo o caso, é sabido que as despesas de representação são abonadas para efeitos de compensação e reparação de despesas especiais que certas funções impõem, não integrando a

remuneração base mensal. Elas têm a natureza de suplemento. – cfr. artigo 15º/1 e 19º/2/b) do DL 184/89, de 2 de Junho.

No caso dos cargos dirigentes da Administração Local, a atribuição de despesas de representação depende de proposta da Câmara Municipal a aprovar pela Assembleia Municipal respectiva (cfr. artigo 14º/4 do DL. 514/99, de 24 de Novembro e, actualmente, artigo 24º/2 da Lei 49/2012, de 29 de Agosto).

Ou seja, e no que agora interessa: não estamos em presença de um direito dos titulares de cargos dirigentes que resulte *ope legis*, mas antes de um suplemento que pode ser atribuído por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Obviamente que existe aqui uma larga margem de discricionariedade dos órgãos que têm competência para se pronunciar sobre a matéria, particularmente da Assembleia Municipal que, em última análise, é quem decide se sim ou não deve ser abonado este suplemento.

Todavia, a Administração Pública está limitada pela Constituição e pelas leis e bem assim por um conjunto de princípios que deve observar e que constituem limite de toda a sua actividade interna. Desses princípios destacam-se o da legalidade, o da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos, da igualdade e da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade, da boa fé, da colaboração da Administração com os particulares, da participação, da decisão, etc. – cfr. arts. 266º/2 da CRP e 3º a 12º do CPA.

Aquilo que o requerente parece querer invocar é que os órgãos da autarquia actuem de acordo com esses princípios, nomeadamente, com observância dos princípios da igualdade, da justiça, da boa fé, por forma a que a autarquia actue de igual forma e com idênticos efeitos em relação a cada um dos potenciais beneficiários do referido suplemento.

É isso que certamente os órgãos da autarquia terão de ponderar, sendo praticamente impossível determinar se os mesmos os terão respeitado nas deliberações anteriores, pois que, como se disse, não consta das actas a fundamentação dos actos praticados até ao momento sobre esta matéria.

À partida, arriscava-mos dizer que a última deliberação da Assembleia Municipal teve, aparentemente, como objectivo, corrigir uma situação de eventual ilegalidade dos actos anteriores, ou a correcção de qualquer outro aspecto que porventura não tenha sido ponderado. De facto, se houve deliberações anteriores que, com o mesmo quadro legal, indeferiram uma pretensão e posteriormente a vêm deferir, parece poder concluir-se que se tratou de corrigir os efeitos das decisões anteriores. A ser assim, o que uma rigorosa igualdade entre todos os potenciais beneficiários reclamaria era que os órgãos da autarquia deliberassem atribuir o referido suplemento a todos os seus potenciais beneficiários, isto é, a todos os trabalhadores em

funções públicas que, no quadro legal vigente, exerceram cargos dirigentes e durante todo o tempo em que exerceram cargos dirigentes, tratando por igual situações iguais. A não ser assim, obviamente que outros pedidos de atribuição de “efeitos retroactivos” poderiam surgir daqueles que, em determinados períodos, não perceberam o suplemento em causa, pois que, como se vê das deliberações referidas no elenco da matéria de facto estabilizada, foram sempre apostos prazos para a produção de efeitos das deliberações.

A verdade é que, desconhecendo-se a fundamentação dos actos praticados, só quem participou na formação dos mesmos saberá, em rigor aquilo que ponderou e porque o fez em concreto e se, face àquilo que ponderou se justifica o deferimento da pretensão formulada pelo impetrante, face às disposições da lei e aos postulados dos princípios enunciados.

3. A última questão de importa apreciar, parece-nos, é a da possibilidade legal de se deliberar a eventual atribuição do suplemento em causa atribuindo-se às deliberações (à que viesse a propô-lo – C.M. - e à que viesse a decidi-lo – A.M.) efeitos retroactivos ou reportados a um período já passado.

Deverá adiantar-se que, desse ponto de vista, a questão não suscita dúvidas de maior, posto que a lei permite-o claramente, no artigo 128º/2/a) do CPA que dispõe que o autor do acto administrativo pode atribuir-lhe eficácia retroactiva quando a retroactividade seja favorável para os interessados e não lese direitos ou interesses legalmente protegidos de terceiros, desde que à data a que se pretende fazer remontar a eficácia do acto já existissem os pressupostos justificativos da retroactividade.

Obviamente que não se verificaria qualquer impedimento legal a uma deliberação no referido sentido.

CONCLUSÕES:

I. Tem sido pacífica a posição de que aos dirigentes da Administração Local devem continuar a ser abonadas as despesas de representação, nos termos e condições previstos no Despacho Conjunto nº. 625/99, em virtude de o mesmo não contrariar o disposto no artigo 31 da Lei nº. 2/2004, de 15 de Janeiro, não havendo razão válida para a alterar, tanto mais que o quadro legal que regula a matéria não sofreu qualquer alteração.

II. Decompondo a pretensão apresentada pelo impetrante, o raciocínio que o mesmo faz no seu requerimento é, em termos simples, o de que se a Assembleia Municipal, afinal, veio a entender que as despesas de representação eram devidas a todos os Chefes de Divisão, então não faz sentido que as mesmas não lhe venham a ser atribuídas a si próprio, relativamente ao período em que exerceu o cargo dirigente de Chefe de Divisão de Obras e Serviços Municipais.

III. Não consta de nenhuma das deliberações tomadas sobre a matéria pelos órgãos da autarquia, nomeadamente daquelas que negaram sucessivamente a atribuição das despesas de representação àqueles quem em abstracto, teriam direito às mesmas, a respectiva fundamentação, pelo que não é possível determinar-se que argumentação concreta foi convocada para se negar a concessão daquelas despesas e apreciar-se o seu bem ou mal fundado.

IV. As despesas de representação são abonadas para efeitos de compensação e reparação de despesas especiais que certas funções impõem, não integrando a remuneração base mensal, antes tendo a natureza de suplemento.

V. No caso dos cargos dirigentes da Administração Local, a atribuição de despesas de representação depende de proposta da Câmara Municipal a aprovar pela Assembleia Municipal respectiva. – artigo 14º/4 do DL. 514/99, de 24 de Novembro e, actualmente, artigo 24º/2 da Lei 49/2012, de 29 de Agosto.

VI. Não se trata de um direito dos titulares de cargos dirigentes que resulte *ope legis*, mas antes de um suplemento que pode ser atribuído por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, domínio onde existe uma larga margem de discricionariedade dos órgãos que têm competência para se pronunciar sobre a matéria.

VII. A Administração Pública está limitada pela Constituição e pelas leis e bem assim por um conjunto de princípios que deve observar e que constituem limite de toda a sua actividade interna.

VIII. Desses princípios destacam-se o da legalidade, o da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos, da igualdade e da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade, da boa fé, da colaboração da Administração com os particulares, da participação e da decisão. – arts. 266º/2 da CRP e 3º a 12º do CPA.

IX. Aquilo que o requerente parece querer invocar é que os órgãos da autarquia actuem de acordo com esses princípios, nomeadamente, com observância dos princípios da igualdade, da justiça, da boa fé, por forma a que a autarquia actue de igual forma e com idênticos efeitos em relação a cada um dos potenciais beneficiários do referido suplemento.

X. Aparentemente, e se bem que não possamos lançar mão da fundamentação dos actos praticados, aparentemente a última deliberação da Assembleia Municipal sobre a matéria terá tido como objectivo corrigir uma situação de eventual ilegalidade dos actos anteriores, ou a correcção de qualquer outro aspecto que porventura não tenha sido ponderado.

XI. Aquilo que uma rigorosa igualdade entre todos os potenciais beneficiários do suplemento em causa reclamaria era que os órgãos da autarquia deliberassem atribuir o referido suplemento a todos eles, isto é, a todos os trabalhadores em funções públicas que, no quadro legal vigente, exerceram cargos dirigentes e durante todo o tempo em que exerceram cargos dirigentes.

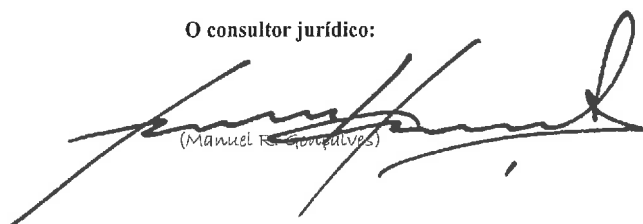
XII. Todavia, desconhecendo-se a fundamentação dos actos praticados, só quem participou na formação dos mesmos saberá, em rigor aquilo que ponderou e porque o fez em concreto e se, face àquilo que ponderou se justifica o deferimento da pretensão formulada pelo impetrante, face às disposições da lei e aos postulados dos princípios enunciados.

XIII. Nada impede que às deliberações que venham a ser tomadas venha a ser atribuída eficácia retroactiva, sendo a situação permitida pelo disposto no artigo 128º/2/a) do CPA.

Tal é, s., m., o nosso parecer.

Vila Nova de Cerveira, 28 de Junho de 2013.

O consultor jurídico:


(Manuel R. Gonçalves)



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

Informação

Despesas de Representação

Nome: Nuno José Correia Freitas Couto Esteves

Categoria Profissional: Técnico Superior

Chefe de Divisão (Dirigente Intermédio de 2.º Grau) em Comissão de Serviço - DOSM

Período: 1/10/2006 a 30/09/2009

Ano de 2006

Valor Mensal= € 185,46

De 1/10 a 31/12/2006= 3 Meses

€ 185,46 x 3 meses= € 556,38

Ano de 2007

De 1/01 a 31/12/2007= 12 meses

Valor Mensal= € 185,46

€ 185,46 x 12 meses= € 2.225,52

Ano de 2008

De 1/01 a 31/12/2008= 12 meses

Valor Mensal= € 189,35

€ 189,35 x 12 meses= € 2. 272,20

Ano de 2009

De 1/01 a 30/09/2009= 12 meses

Valor Mensal= € 189,35

€ 189,35 x 9 meses= € 1.704,15

Total: - € 6.758,25 (seis mil setecentos cinquenta e oito euros vinte e cinco cêntimos)

O Coordenador Técnico,



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

Informação

Despesas de Representação

Nome: Vítor Manuel Passos Pereira

Categoria Profissional: Técnico Superior

Chefe de Divisão (Dirigente Intermédio de 2.º Grau) em Comissão de Serviço - DAFI

Período: 1/01/2013 a 30/04/2013

Iniciaram a perceção das Despesas de Representação em 01/05/2013, na sequência de Proposta da Câmara Municipal e Deliberação favorável da Assembleia Municipal.

Ano de 2013

Valor Mensal= € 189,35

De 1/01/2013 a 30/04/2013= 4 Meses

€ 189,35 x 4 meses= € 757,40

Total: - € 757,40 (setecentos cinquenta e sete euros e quarenta cêntimos)

O Coordenador Técnico,


-Bento Silva-



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

Informação

Despesas de Representação

Nome: Sandro Renato Martins Lopes

Categoria Profissional: Técnico Superior

Chefe de Divisão (Dirigente Intermédio de 2.º Grau) em Comissão de Serviço - DOSM

Período: 1/01/2013 a 30/04/2013

Iniciaram a percepção das Despesas de Representação em 01/05/2013, na sequência de Proposta da Câmara Municipal e Deliberação favorável da Assembleia Municipal.

Ano de 2013

Valor Mensal= € 189,35

De 1/01/2013 a 30/04/2013= 4 Meses

€ 189,35 x 4 meses= € 757,40

Total: - € 757,40 (setecentos cinquenta e sete euros e quarenta cêntimos)

O Coordenador Técnico,

Bento Silva



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

Informação

Despesas de Representação

Nome: Luís Filipe Morais Sarmento Conde

Categoria Profissional: Técnico Superior

Chefe de Divisão (Dirigente Intermédio de 2.º Grau) em Comissão de Serviço - DPGU

Período: 1/01/2013 a 30/04/2013

Iniciaram a perceção das Despesas de Representação em 01/05/2013, na sequência de Proposta da Câmara Municipal e Deliberação favorável da Assembleia Municipal.

Ano de 2013

Valor Mensal= € 189,35

De 1/01/2013 a 30/04/2013= 4 Meses

€ 189,35 x 4 meses= € 757,40

Total: - € 757,40 (setecentos cinquenta e sete euros e quarenta cêntimos)

O Coordenador Técnico,


-Bento Silva-



Município de Vila Nova de Cerveira
Câmara Municipal

Informação

Despesas de Representação

Nome: Nuno Jorge Costa Correia

Categoria Profissional: Técnico Superior

Chefe de Divisão (Dirigente Intermédio de 2.º Grau) em Comissão de Serviço - DDSHC

Período: 1/01/2013 a 30/04/2013

Iniciaram a perceção das Despesas de Representação em 01/05/2013, na sequência de Proposta da Câmara Municipal e Deliberação favorável da Assembleia Municipal.

Ano de 2013

Valor Mensal= € 189,35

De 1/01/2013 a 30/04/2013= 4 Meses

€ 189,35 x 4 meses= € 757,40

Total: - € 757,40 (setecentos cinquenta e sete euros e quarenta cêntimos)

O Coordenador Técnico,


Bento Silva



ANEXO 28

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Proposta n.º 1 /2014 de 2014.05.29

da Mesa da Assembleia VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSUNTO:

Constituição de um grupo de trabalho.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

O Presidente,

SÍNTESE:

Proposta de deliberação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira (doravante designada por Assembleia), com vista a constituir um grupo de trabalho nos termos do artigo 50º do regimento para acompanhar o estudo sobre a alteração dos critérios de distribuição do FUNDO GERAL MUNICIPAL (FGM).

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL tendo em conta:

- O artigo 27º do Regimento prevê que por razões relevantes as sessões da Assembleia poderão ser descentralizadas noutro espaço da área do Município.
- As acções que privilegiem a “proximidade” dos eleitos aos eleitores devem ser uma preocupação actual e crescente da actividade política local, contribuindo, deste modo, para a auscultação das inquietações da população, a análise e o debate sobre os constrangimentos ao desenvolvimento e para a escolha das melhores soluções.
- No passado dia 28 de Maio decorreu na Biblioteca da Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira uma sessão informal da Assembleia, que foi considerada uma experiência útil e proveitosa para a actividade da Assembleia.
- A necessidade de dar continuidade ao trabalho realizado pelos alunos da Escola no âmbito do projecto “Parlamento Jovem”, colaborando na proposta de alteração dos critérios do FGM para a distribuição dos recursos financeiros entre o Estado e as Autarquias Locais que, entre outros elementos, deverá ver reflectidos as preocupações com a taxa de natalidade e a desertificação.

PROPÕE:

Único

Nos termos do artigo 50º do Regimento da Assembleia, a mesa propõe a criação de uma comissão/grupo de trabalho, para analisar e acompanhar a formalização do modelo proposto para alteração dos critérios de distribuição do FGM.

A comissão deverá ser composta por seis elementos, sendo dois indicados pelos Movimentos Independentes, dois pelo Partido Socialista, um pelo Partido Social-democrata e um técnico qualificado na área da gestão autárquica a indicar pela Câmara Municipal.

A comissão deverá apresentar o relatório do seu trabalho até ao final do presente ano.

Vila Nova de Cerveira, 29 de Maio de 2014

A Mesa da Assembleia,

A. A. S. T.

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/06/2016

O Presidente,


O grupo composto pelos deputados eleitos nas listas no Movimento Independente "Pensar Cerveira"; Movimento Independente Todos por Loivo; Movimento Independente Todos por Sopo; Movimento Independente todos por Candemil e Gondar; Movimento Independente Todos por Cerveira e Lovelhe e Movimento Independente Todos por Campos e Vila Meã, nesta Assembleia Municipal, vem pela presente apresentar a seguinte proposta:

Para composição da comissão destinada a estudar, preparar e apresentar propostas com vista ao orçamento participativo e ao FGM, propõem-se os seguintes deputados:

- Mário Luís Fernandes Afonso

- Padro Soares

O líder da bancada



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Proposta

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

O Presidente,

O grupo composto pelos deputados eleitos nas listas no Movimento Independente "Pensar Cerveira"; Movimento Independente Todos por Loivo; Movimento Independente Todos por Sopo; Movimento Independente todos por Candemil e Gondar; Movimento Independente Todos por Cerveira e Lovelhe e Movimento Independente Todos por Campos e Vila Meã, nesta Assembleia Municipal, vem pela presente apresentar a seguinte proposta

Para composição da comissão destinada a estudar, preparar e apresentar propostas relativamente ao projecto Bienal de Arte 2015 propõem-se os seguintes deputados:

- Lídia Isabel Leal Portela

- Aristides Martins

O líder da bancada



O **PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS** é uma iniciativa institucional da Assembleia da República que procura incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política. É orientado pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura e coordenado, na sua execução, por uma Equipa de Projeto da AR em colaboração com diversas entidades:

- o Ministério da Educação e Ciência;
- a Secretaria de Estado do Desporto e Juventude;
- a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas;
- o Gabinete do Parlamento Europeu, cujo Concurso Euroscola se articula com o programa.

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

O Presidente,

O Colégio participa no Programa Parlamento dos Jovens desde o início, em 2006. O Programa sucedeu o *Jogo do Hemiciclo*, no qual o Colégio também participou.

A adesão dos alunos é um requisito essencial e o seu interesse e empenho contribuem, em muito, para o sucesso do programa. Para além dos alunos que se candidatam a deputados, também os alunos que apoiam o processo eleitoral dão o seu contributo.

Ano após ano o entusiasmo para participar no programa tem crescido.

Aos professores responsáveis cabe o desafio de conseguir concretizar todas as fases do programa, que vão decorrendo ao longo do ano letivo.

De destacar o que é realizado a nível de escola: a constituição das listas e da comissão eleitoral, os debates com deputados da

AR, a campanha eleitoral, as eleições, a sessão escolar, a elaboração do projeto de recomendação e a eleição dos deputados à sessão distrital.

A sua concretização depende muito da conjugação de esforços e, por isso, deve ter a devida importância no Plano Anual de Atividades.

Os deputados do Colégio de Campos nunca foram eleitos para a Sessão Nacional, mas já conseguiram colocar medidas em projetos de recomendação que representaram o distrito. Os alunos têm melhorado o seu desempenho ano após ano!

Por dois anos consecutivos duas alunas do Colégio foram eleitas para constituir a Mesa da Sessão Distrital, nas funções de Vice-presidente e Secretária.

A professora do Colégio responsável pelo programa já foi convidada a dar o seu testemunho na Sessão de Apresentação Pública do Programa e o Colégio realizou e produziu o filme promocional do programa para a região norte, neste ano letivo.

O Programa Parlamento dos Jovens é talvez a iniciativa em contexto escolar que melhor consegue aproximar os jovens da realidade democrática, da vida política e da prática da cidadania.

O **CONCURSO EUROSCOLA** é organizado pelo Parlamento Europeu e traduz-se, para as escolas vencedoras, na realização de diversas Sessões de um dia no hemiciclo do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

O ano letivo 2011/2012 e o presente ano letivo foram especiais – alunas do Colégio de Campos ganharam o Concurso Euroscola em Viana e seguiram para a final em Lisboa; puderam assim acompanhar os deputados eleitos pelo distrito que seguiram para a Sessão Nacional do Programa Parlamento dos Jovens.

Este ano, depois de garantida a seleção na fase distrital, o trabalho escrito, subordinado ao tema - A CRISE DEMOGRÁFICA, numa perspetiva europeia, foi defendido, ~~mais uma vez, em Lisboa~~, no passado ^{Lis} 26 de maio, na AR. Para a apresentação oral, com um peso de 60% na avaliação final apostou-se numa pequena encenação, acompanhada por suporte multimédia. Da avaliação realizada pelo Júri do Concurso, o Colégio inclui-se no grupo das escola apuradas para a viagem.

Assim, é com enorme satisfação que estamos aqui hoje para dar a conhecer que, pela primeira vez, uma escola do concelho de Vila Nova de Cerveira participará numa Sessão Especial do Parlamento Europeu, conjuntamente com outras escolas dos restantes 27 Estados Membros, ^{da U.E.}

Connosco seguirão mais 23 colegas e dois professores do Colégio de Campos que, com grande orgulho, levarão a Bandeira do Colégio de Campos e de Vila Nova de Cerveira, a Estrasburgo.

Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/06/2014

O Presidente,



Ficha de Inscrição para uso da palavra

Artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira
(participação do público)

1. As sessões da assembleia são públicas, não podendo ser vedada a entrada a pessoas que a elas pretendam assistir, até ao limite da capacidade da sala.
2. Na sala das sessões haverá lugares para o público, demarcados dos que são destinados aos membros da assembleia e aos vereadores.
3. A nenhum cidadão é permitido interromper os trabalhos das sessões ou perturbar a ordem.
4. Encerrada a ordem do dia haverá um período de trinta minutos reservado à intervenção do público e destinado apenas à **prestação de esclarecimentos**, para o que será concedida a palavra pelo presidente da mesa, mediante prévia **inscrição** dos interessados, **referindo nome, morada e assunto a tratar**, por um período individual que não poderá exceder cinco minutos.
5. Na sessão do mês de abril, o período referido no número anterior terá lugar antes da ordem do dia.
6. As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

(usar letras MAIÚSCULAS, por favor)

Nome:	CANDIDO M. GAETANOS FILHO
Morada:	Lorelle
Código Postal e Localidade:	4920-080
Assunto a Tratar:	<p>- Defesas da mulher Donzel.</p> <p>- Por motivos que se prendem com a situação da Casa Formosa de Lorelle, que é hoje às 19,45h solicitamos ao Senhor Presidente o favor de ler a minha intervenção,</p>

por não ser possível estar presente, no horário dedicado ao Público.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Em primeiro lugar quero saudar o senhor presidente pelo facto de me ter remetido o conteúdo do voto de protesto enviado ao Secretário de Estado do Desporto e Juventude em 05/02/2014, deliberado na assembleia municipal na sua reunião de 23/12/2013, pelo encerramento da Pousada de Juventude, cujo conteúdo desconhecia por completo e me levou a uma afirmação despropositada na última assembleia ordinária realizada em 28/02/2014.

Desse facto, transmiti de imediato a V.Ex^a, após recepção desses documentos, através de email, as razões de tal ocorrência, e presumo tenha sido dado conhecimento da minha resposta, a todos os senhores deputados dos motivos que me levaram a proferir as afirmações de então. Reconhecendo que tinha cometido um erro, e inadvertidamente proferido afirmações que considerava despropositadas, que nas minhas palavras nunca estive em causa o funcionamento deste prestigiado órgão municipal, nem a conduta dos seus membros, mas sim a defesa intransigente da nossa terra e das suas instituições. Que tudo isto tinha acontecido por um lapso de memória no tempo mediado entre as duas assembleias e que era essa a verdade dos factos e que com toda a humildade assumia esse erro.

Na última assembleia ordinária realizada no dia 25 de Abril, à qual não pude assistir por motivos particulares, o meu nome e a minha pessoa, foram aqui falados com uma intervenção da senhora Anabela Quintas, porta voz da bancada do PS nesta assembleia municipal e que por isso, e para defesa da minha honra, e como público, venho solicitar ao senhor presidente que me conceda estes escassos minutos para solicitar que lhe comunique, porque é que um simples cidadão que interveio nesta questão e que reconheceu publicamente que se enganou, que pediu, desculpas na pessoa do senhor presidente e se redimi do erro, a incomoda tanto a ela e ao PS?

Gostaria que lhe transmitisse também, que compreendo muito bem onde quer chegar, e entendo, perfeitamente, que a azia do dia 29/09/2013 e os seus efeitos arrasadores que teve para ela e para o PS ainda não passou. Já agora, gostaria ainda que lhe transmitisse, que os antiácidos digestivos estiveram esgotados nesse período, mas os stocks já foram repostos, para uma nova saga ou praga galopante, como agora se diz, que se avizinha de novo, a uma velocidade vertiginosa.....

Mas como isso tudo não bastasse, a porta voz do PS tratou esta questão como se o assunto fosse de lesa Pátria; solicitou que a ~~minha~~ intervenção ficasse exarada em ata e fosse do conhecimento público, porque eu desrespeitei esta assembleia.

Os partidos apregoam a sete ventos que os cidadãos participem e intervenham na vida política e na vida pública, tentam por todos os meios e para os seus próprios benefícios que a cidadania esteja com eles e quando estes intervêm, são incómodos para eles, parece-me ser este o caso !

Francamente Senhor Presidente, penso que até o PS merecia melhor, essa senhora no último mandato, se a memória não me atraiçoa, - espero que não !- pouco ou nada contribuiu para o engrandecimento do debate político do nosso concelho; foi minha companheira de bancada e penso que só fez uma intervenção durante 4 anos, e essa, mereceu críticas de todos os quadrantes representados, inclusivamente do senhor presidente da câmara de então.

Muito mal vai o PS quando um simples cidadão os incomoda tanto.

O que os eleitores gostariam, era ver os senhores autarcas discutir mais os problemas da nossa terra e das pessoas , em vez de se entreterem com devaneios e tricas pessoais que não levam a lado nenhum e que são desertos de ideias.

Já agora senhor Presidente, com toda humildade que me caracteriza, solicito que esta minha intervenção fique exarada em ata e seja do conhecimento público, para memória futura.

V.N.Cerveira, 14/06/2014

Cândido Malheiro

Assembleia Municipal



Ficha de Inscrição para uso da palavra

Artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira (participação do público)

1. As sessões da assembleia são públicas, não podendo ser vedada a entrada a pessoas que a elas pretendam assistir, até ao limite da capacidade da sala.
2. Na sala das sessões haverá lugares para o público, demarcados dos que são destinados aos membros da assembleia e aos vereadores.
3. A nenhum cidadão é permitido interromper os trabalhos das sessões ou perturbar a ordem.
4. Encerrada a ordem do dia haverá um período de trinta minutos reservado à intervenção do público e destinado apenas à **prestação de esclarecimentos**, para o que será concedida a palavra pelo presidente da mesa, mediante prévia **inscrição** dos interessados, **referindo nome, morada e assunto a tratar**, por um período individual que não poderá exceder cinco minutos.
5. Na sessão do mês de abril, o período referido no número anterior terá lugar antes da ordem do dia.
6. As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

(usar letras MAIÚSCULAS, por favor)

Nome:	António Almeida Marques
Morada:	Carvalho - Campos
Código Postal e Localidade:	44201009 - VNC
Assunto a Tratar:	<p>Políticas por parte das Indústrias cheiros provenientes da ETAR fora do fuso horário - Fuzil Gravias Fluviárias Arribas / Martim / Alentejo eco-via para Camaf / V. Mica Infraestrutura Associações - Des. Campos Cultura Cultural Centro Paroquial - Igreja Paroquial</p>

A nossa zona húmida - Anil
A nova heráldica para a nova realidade antárctica